



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AÇÃO CATÓLICA RURAL:  
um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)**

PEDRO HENRIQUE PACHÊCO DA SILVA

RECIFE  
2012

**PEDRO HENRIQUE PACHÊCO DA SILVA**

**AÇÃO CATÓLICA RURAL:  
um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Abreu e Lima.

**RECIFE  
2012**

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586a Silva, Pedro Henrique Pachêco da.  
Ação Católica Rural : um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979) / Pedro Henrique Pachêco da Silva. – Recife: O autor, 2012.  
180 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Abreu e Lima.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Igreja Católica. 3. Movimentos sociais – Pernambuco. 4. Ditadura. 5. Camponeses. 6. Ação Católica Rural. I. Lima, Maria do Socorro Abreu e (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-139)

**PEDRO HENRIQUE PACHÊCO DA SILVA**

**AÇÃO CATÓLICA RURAL:  
um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Abreu e Lima.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria do Socorro Abreu e Lima (Orientador)  
Depto. de História – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (Examinador Interno)  
Depto. de História – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso (Examinador Externo)  
Depto. de Comunicação Social – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda (Suplente Interno)  
Depto. de História – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues (Suplente Externo)  
Depto. de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação - Universidade Federal de  
Pernambuco

**Recife**

**2012**

A dona Socorro e seu Pedro, meus pais.

À memória de dona Caetana, seu Antônio e Fátima.

## AGRADECIMENTOS

Enfim, terminou mais um ciclo da minha vida. Esse foi marcado por intensas experiências profissionais e pessoais, que de alguma forma contribuíram para me tornar um ser humano melhor. Durante esses mais de dois anos, o aprendizado foi algo constante, seja do ponto de vista acadêmico ou do relacionamento com outras pessoas.

Nesse período, inúmeras foram as pessoas que de alguma forma contribuíram para a elaboração dessa dissertação. Muitas vezes elas não podem medir o tamanho de sua ajuda. No entanto devo ressaltar que sem elas não seria possível concretizar esse sonho. Por isso venho por meio deste espaço agradecer. Sei que é difícil lembrar-se de todas, porém aquelas que eventualmente nós esqueçamos sintam-se abraçadas e agradecidas.

Portanto gostaria de começar agradecendo a minha família. “Dona” Socorro e “Seu” Pedro (Veio), sem eles jamais poderia ter chegado até aqui. O incentivo, apoio e a compreensão deles foram fundamentais para a concretização desse mestrado. Também não posso esquecer-me de Maria Leandra, que, apesar dos momentos de angústia e sofrimento, sempre esteve ao meu lado, me dando o amor necessário para que continuasse nessa caminhada. Ao irmão Paulo César e aos primos Márcio Pachêco e José Reinaldo Júnior (Cabeça) que me auxiliaram bastante, em especial, nos tratos com as fotos e organogramas do trabalho.

Pessoa de bastante destaque nesse trabalho foi minha amiga e orientadora, Socorro Abreu. Essa mulher que é um exemplo de mãe, profissional e militante nos mostrou que, apesar das dificuldades e angústias, podemos sempre agir com serenidade, amizade e carinho em um ambiente profissional. Essa dissertação carrega muito de sua influência como pessoa e profissional. Ela acreditou em mim, quando nem eu mesmo mais acreditava. À minha querida Socorro, que sempre me recebeu com sorriso, eu só tenho a agradecer por tudo.

No ambiente da UFPE, devemos também agradecer a uma gama de pessoas que contribuíram para a consecução desse trabalho. Posso começar pelos professores Severino Vicente e Luiz Momesso, que fizeram ponderações bastante enriquecedoras ao trabalho nas bancas de qualificação e defesa. Devemos também agradecer ao professor

Antônio Montenegro, que gentilmente cedeu sua entrevista com Pe. José Servat, e que foi de grande valia para nossa escrita.

Outros professores também foram fundamentais nesse trabalho. Como, por exemplo, não mencionar a querida Christine Dabat, que com seu profissionalismo e amizade nos mostrou caminhos teóricos e metodológicos a serem seguidos neste trabalho. Os professores Carlos Miranda, Marc Hoffnagel, Rosa Maria Godoy também nos propiciaram reflexões extremamente relevantes acerca do nosso objeto de estudo.

Aos demais professores do Programa, sintam-se também abraçados e agradecidos, em especial, aos que compuseram a coordenação do PPGH - UFPE, os professores Marcus Carvalho e George Cabral. Também não podia deixar de mencionar os funcionários Levi e “Seu” Arnaldo, mas, particularmente, Sandra, que sempre nos socorreu nos instantes de confusão burocrática com bastante atenção e carinho. Muito obrigado Sandrinha, seus e-mails ficarão guardados na memória.

Aos colegas de turma devo agradecer pelo convívio, aprendizagem e amizade. Esse período foi de extrema comunhão dos alívios e angústias passados por nós. Fui privilegiado em desfrutar com vocês essa experiência que ora se compôs de lágrimas ora de sorrisos. Lembrando que o sucesso de um, foi o de todos. Portanto muito obrigado Alexandre, Lúcio, Edmundo, Felipe, Jannaiara, Marcela, Lívia, Rafael, Magno, Thiago, Hugo e Zé Marcelo.

Aos amigos alagoanos, Anderson e Airton, mais conhecidos por visigodos, vocês foram pilares fundamentais neste trabalho. Sem a amizade e o incentivo de vocês nada teria se concretizado. Devo também mencionar minha querida Luciana Varejão que sempre me apoiou e, mesmo cheia de atribuições, mostrou-se disposta a ajudar nos momentos mais difíceis. Outros amigos da academia foram também importantes nessa caminhada, Pablo Porfírio, Rodrigo Costa, Emília Vasconcelos, Márcio Ananias e Marcelo Mac Cord, muito obrigado pelos conselhos, incentivos, apoios e troca de experiências.

Devo também agradecer aos queridos professores da UNICAP, onde fiz minha graduação. O sucesso deste trabalho também é fruto daquelas noites de encontros entre os anos de 2004 e 2007. Portanto muito obrigado José Hernani Souto Andrade, Maria

da Glória Medeiros, Luís Manuel Domingues, Newton Cabral, Emanuela Souza e Vantuil Barroso, Sumaia Madi.

Aos sempre amigos João Paulo e Frederico Alves, muito obrigado pela convivência e pelas palavras e atitudes de apoio nos momentos mais angustiantes. Esse trabalho não é só meu, é de vocês também. Gostaria também de agradecer aos amigos engenheiros, bacharéis e diplomatas da Turma da Chibata, André Pajé, Carlo Moreno (Bira), Rodrigo Shark, Filipe Boysão, Ricardo Rolinho, Diogo Minimi, Lucas Ferrugem, Fabricio Beato, Carlos Eduardo Magal, Waldimir Maia Leite (Obscuro), Flávio Kuki e Diego Lucena (Zé).

Também não posso esquecer-me dos amigos de Caruaru. Delmiro, que sempre torceu e segurou as pontas no trabalho nas horas de necessidade. Quitéria e Bezerra pela compreensão nas minhas ausências. À Elizabeth Luna pelo incentivo, apoio, carinho e confiança. Além do mais sem o seu empenho teria sido difícil conseguir minha licença junto à prefeitura de Caruaru.

Não posso também de deixar de agradecer aos funcionários dos arquivos pesquisados durante todo esse tempo. Helder, Paula e Fred (APEJE), Jair (Arquivo da Cúria de São de Paulo), Kátia (Jornal O São Paulo). Tenho que congratular, especialmente, o padre Joãozinho e Maximínio que me receberam em suas residências com toda atenção. Sem as conversas, apoios e disponibilidade deles, este trabalho seria impossível de realizar-se.

Deve também agradecer aos funcionários e amigos da biblioteca central da UNICAP, Nicolau, Gregório, Cristiano, Fábio, Anderson e Jorge. Eles sempre se mostraram dispostos em ajudar com os empréstimos de livros tão essenciais a este trabalho.

Por fim, agradecer ao CNPq pelo financiamento deste trabalho.

“O historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura.”

(Marc Bloch)

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

## **RESUMO**

Com o golpe civil-militar de 1964, o Brasil mergulhou em um extenso regime de exceção. As lutas políticas e sociais passaram a ser escassas. Pensar e agir em prol da organização e conscientização dos camponeses tornou-se algo raro e perigoso. A violência institucionalizada inibia efetivamente ações que contrariassem a ordem vigente. Contudo, em Pernambuco, uma forte tradição de lutas dos povos pobres do campo, atrelada a uma nova visão de Igreja, tornou possível a criação de um movimento que militou a favor e ao lado dos camponeses. A Ação Católica Rural, surgida em 1965 a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife, atuava no meio rural com o objetivo de fazer desses homens e mulheres pobres do campo os sujeitos de sua própria história. Na presente dissertação, analisamos como se deu a criação do movimento, a construção dos seus objetivos, suas práticas de trabalho e a participação de algumas das suas principais lideranças, no período entre os anos de 1965 e 1979.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Ditadura. Camponeses. Ação Católica Rural.

## **ABSTRACT**

With the civil-military coup of 1964, the Brazil dived into an extended regime of exception. The political and social struggles became scarce. Thinking and acting in favor of the organization and awareness raising of peasants has become rare and dangerous. The institutionalized violence inhibited effectively actions that contradict the established order. However, in Pernambuco, a strong tradition of struggles of the countryside poor people, pegged at a new vision of church, has made possible the creation of a movement that militated in favor of and beside of the peasants. Arisen in 1965, as from the Archdiocese of Olinda and Recife, the Catholic Action Rural worked in the rural environment in order to make these poor men and women of the field the subjects of their own history. In this dissertation, we analyzed how was the creation of this movement, the construction of their objectives, their work practices and the involvement of some of its main leaderships, between the years 1965 and 1979.

**Keywords:** Catholic Church. Dictatorship. Peasants. Rural Catholic Action.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 Organograma Realizado por Pedro Henrique Pachêco da Silva. Fonte: BOFF (1985). .....	51
Figura 2 Convocação da Igreja Latino Americana em face da situação de miséria.....	57
Figura 3 Conversa entre o Pe. José Servat e Dom Hélder Câmara .....	119
Figura 4 e Figura 5 A religião como meio de alcançar a libertação .....	125
Figura 6 Crucificação do trabalhador da cana-de-açúcar .....	138
Figura 7 Edição de julho de 1975 do Jornal Voix Du Monde Rural elaborado em Pernambuco .....	150
Figura 8 Organograma elaborado por Pedro Henrique Pachêco da Silva. ....	152
Figura 9 Camponeses discutem sobre sua realidade .....	154
Figura 10 Retratos da seca que atingiu o Nordeste .....	161

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACB</b>	Ação Católica Brasileira
<b>ACO</b>	Ação Católica Operária
<b>ACR</b>	Ação Católica Rural
<b>AI – 5</b>	Ato Institucional nº 5
<b>AOR</b>	Arquidiocese de Olinda e Recife
<b>APEJE</b>	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
<b>CAL</b>	Pontifícia Comissão para a América Latina
<b>CCC</b>	Comando de Caça aos Comunistas
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CELAM</b>	Conselho Episcopal Latino-Americano
<b>CLAR</b>	Conferência Latino-Americana de Religiosos
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNBB/NE-II</b>	CNBB Regional Nordeste II
<b>CNL</b>	Conselho Nacional dos Leigos
<b>COGECAL</b>	Conselho Geral da CAL
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem e Política Social
<b>DSN</b>	Doutrina de Segurança Nacional
<b>ESG</b>	Escola Superior de Guerra
<b>FETAPE</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
<b>FIMARC</b>	Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos
<b>IBAD</b>	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
<b>IPES</b>	Instituto de Pesquisa Sociais
<b>JAC</b>	Juventude Agrária Católica
<b>JOC</b>	Juventude Operária Católica
<b>JUC</b>	Juventude Universitária Católica
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores

<b>SORPE</b>	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>TdL</b>	Teologia da Libertação
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
<b>UNICAP</b>	Universidade Católica de Pernambuco
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviética
<b>Vaticano II</b>	Concílio Ecumênico Vaticano II

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - A IGREJA CATÓLICA EM MOVIMENTO .....	18
1.1. Nos labirintos do mundo moderno.....	21
1.2. Gestação, parto e crescimento de uma teologia periférica.....	36
1.2.1. Gestação .....	45
1.2.2. Parto .....	53
1.2.3. Crescimento.....	61
1.3. A Igreja Católica no Brasil .....	68
1.3.1. República: separa�o e reconcilia�o.....	69
1.3.2. Nos caminhos das mudanças.....	73
CAPÍTULO 2 - NAS ENCRUZILHADAS DO TEMPO: O BRASIL ANTES E DEPOIS DO GOLPE .....	78
2.1 O Brasil da agita�o (1945-1964) .....	80
2.2 O 31 de março e suas consequências .....	87
2.3 Experiências de lutas no campo .....	99
CAPÍTULO 3 - AÇÃO CATÓLICA RURAL: PRÁTICAS DE UM COMPROMISSO LIBERTADOR.....	105
3.1 Construindo um caminhar: o nascimento da A�o Católica Rural .....	106
3.2 “Ser fermento da massa”: a prática de trabalho da ACR .....	121
3.3 O Movimento de A�o Católica Rural e suas peculiaridades.....	143
3.4 <i>Grito no Nordeste</i> .....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	168
INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES .....	171
RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	172

## INTRODUÇÃO

O trabalho *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)* insere-se na constante preocupação de se interpretarem posicionamentos, ações e acontecimentos, envolvendo instituições e movimentos sociais no período correspondente à Ditadura Militar no Brasil. Interpretação essa em que pese a preocupação em ressaltar o fato de que o Golpe de 1964, que levou à instalação do regime militar, beneficiou vários setores do empresariado local e internacional, assim como teve o apoio de parcelas expressivas das classes médias, dos proprietários de terras e da ala mais conservadora da Igreja Católica, ou seja, de setores civis com fortes tendências anti-comunistas. Todavia não podemos negar que o Golpe foi desencadeado pelos militares, que se mantiveram no poder ao longo de todo o período.

Carlos Fico<sup>1</sup> reconhece que essa aliança entre civis e militares foi de fundamental importância para a idealização e concretização do Golpe de 1964 e, a consequente, Ditadura que o acompanha. Esse autor afirma que

É incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto foi fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas da caserna. [...] Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível.<sup>2</sup>

Dessa forma a expressão Golpe civil-militar projeta dar conta dessa aliança, que esteve durante todo o período ditatorial sob o controle dos militares. Assim sendo, é inconteste a participação de setores civis nas conspirações que derrubaram o presidente João Goulart, bem como nos governos militares que se seguiram. Contudo devemos compreender que a atuação dos civis foi ora limitada por membros hierarquia militar ora pelas divergências existentes na condução das políticas do Estado. Esses condicionantes, ao mesmo tempo em que aproximam, mostram-nos conflitos no interior das relações entre civis e militares.

---

<sup>1</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 42.

Em nossa dissertação, analisamos como se deu a atuação da Ação Católica Rural (ACR), no processo de conscientização e organização dos camponeses, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1965 a 1979.

Os limites desse espaço temporal são marcados objetivamente pela criação do movimento e pelo início do seu esvaziamento, ocorrido a partir do processo de distensão política desencadeado no governo Geisel. Esse processo deve ser percebido como reflexo das conjunturas nacional e internacional que se apresentavam. No âmbito interno podemos destacar como elementos essenciais o fim do milagre econômico, que por alguns anos creditou aos militares a pecha de eficientes condutores do Estado brasileiro; a derrota da esquerda armada, que sepultou a oposição mais radical à Ditadura; e o resultado das eleições de 1974.

No que se refere às eleições, podemos visualizá-las como um marco importante para o processo de abertura do regime. Pois nesse embate eleitoral o partido oficial de oposição ao governo, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conseguiu impor uma derrota significativa aos militares. Para Maria Helena Moreira Alves<sup>3</sup>, esse fato mostra uma característica peculiar, pois as eleições foram em geral consideradas equivalentes a um plebiscito em que os eleitores votaram antes *contra* o governo do que *na* oposição.<sup>4</sup> Nesse sentido o regime não poderia mais ignorar o questionamento do povo.

Em âmbito internacional, é preciso considerar algumas mudanças relevantes. Essas se apresentam a partir da crise do petróleo em 1973, que redimensionou de maneira geral práticas do capitalismo liberal. Também podemos mencionar a derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. A partir desse episódio este país vai ter que repensar seu papel internacional e suas relações com os países da América Latina. Dessa forma a manutenção das ditaduras, por exemplo, começa a ser inconveniente e os estadunidenses adotam a política de defesa dos direitos humanos no governo de Jimmy Carter.

É nesse quadro mais geral que podemos entender a chamada abertura lenta, gradual e segura, iniciada no governo Geisel. Vale ressaltar que os militares insistem em pontuar que tal processo foi concebido a partir de sua inteira iniciativa. Essa forma de pensar acaba por diminuir o contexto nacional e internacional que se apresentava, bem

---

<sup>3</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 189.

como outros atuantes personagens. Além do mais, coloca os militares como protagonistas centrais de um episódio muito mais amplo.

Esse cenário de abertura propiciou a possibilidade de retomada de alguns espaços de lutas do pré-64, bem como o surgimento de novos. As eleições de sindicatos marcadas para 1978 são um exemplo disso. Nestas, as oposições sindicais se apresentam com grande chance de vitória, e acabam por conquistá-las em algumas localidades. Outro espaço de atuação intensa foram os partidos políticos, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT), que aglomerou uma série de setores da esquerda. Nesse contexto o movimento de Ação Católica Rural conhece seu esvaziamento, pois vários de seus quadros se lançam em novas experiências, leiam-se: sindicatos, partidos políticos e outros movimentos. Com relação aos membros da hierarquia católica, alguns vão assumindo outras missões dentro da instituição que acabam por inviabilizar suas participações.

Naturalmente, em um trabalho historiográfico, o recorte temporal não pode ser encarado como algo inflexível, engessado. Portanto, no decorrer do texto, não nos furtaremos em recuar ou avançar além do período estabelecido.

Dessa forma visualizamos que a construção do conhecimento histórico é uma tarefa imbricada nos interesses sociais e políticos do historiador, em que encontramos influências do tempo e da sociedade de então. A escolha do objeto de estudo, bem como da metodologia e das fontes utilizadas, passam por uma identificação teórico-ideológica. Como reflexo, a historiografia apresenta correntes e períodos, nos quais temas, personagens, posicionamentos etc. são ora silenciados e esquecidos ora trazidos à tona e enaltecidos.

Desse modo, durante muitos anos, a historiografia apresentou a história como o resultado das ações de grandes impérios, sistemas, acontecimentos e personagens. Nessa perspectiva se priorizavam, nas análises históricas, as participações dos mais abastados, dos governos constituídos, das grandes instituições e dos heróis. Nesse sentido, a maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes (HOBSBAWM, 1998, p. 216).

Esse tipo de história carrega inúmeros problemas. Assim como qualquer outro modelo historiográfico. Entretanto as principais críticas recebidas por ele estão ligadas, de um lado, à busca da construção de uma história oficial e definitiva, personificada em

alguns indivíduos e instituições; por outro, ao silêncio proposital que é imposto às camadas subalternas/pessoas comuns e as suas representações políticas, sociais, culturais etc. Tal fato decorre da natureza política que permeou e ainda se faz presente, nos horizontes de parte da historiografia, em que a história é contada pelos vencedores em detrimento dos vencidos.

Na tentativa de analisar a história a partir de outra ótica e, conseqüentemente, de resgatar e interpretar o passado das pessoas comuns, surge, a partir das obras de Jules Michelet, publicadas nos séculos XVIII e XIX, o que se convencionou chamar de história social. A principal contribuição desse autor foi sua preocupação com as massas/multidões que participaram da Revolução Francesa de 1789, e que haviam sido alijadas das análises históricas do período.

Para o historiador inglês Peter Burke<sup>5</sup>, Michelet defendia o que hoje poderíamos descrever como uma “história das classes subalternas” (BURKE, 1990, p. 19). O caminho trilhado pelo autor francês abriu a porta para inúmeras possibilidades teórico-metodológicas, que se refletem em pesquisas nas quais os trabalhadores, pobres, oprimidos, perseguidos etc. são o objeto de estudo, em detrimento de análises que privilegiam as classes sociais mais abastadas.

Nas palavras do próprio Michelet, ele busca a história daqueles que sofreram, trabalharam, definham sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos (*apud*. BURKE, 1990, p. 19). Um dos fatos que fascinam o autor é justamente emergir ao grande público as histórias das multidões de franceses pobres que participaram da Revolução.

Por sua vez, Eric Hobsbawm<sup>6</sup> assinala que, a partir dos movimentos de massa do século XVIII, a história das pessoas comuns foi se tornando um campo específico de estudos, com Jules Michelet, Georges Lefebvre, Marc Bloch, entre outros. Sendo Lefebvre o primeiro historiador a fazer referência a uma história vista de baixo, ou seja, a história dos vencidos. Após esse momento, as pessoas comuns tornam-se importantes não somente quando ocorrem grandes mobilizações populares como revoluções, mas na maioria dos períodos. Contrariando um pouco essa lógica, mas ressaltando o valor dessa

---

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *A escola dos annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.218.

perspectiva historiográfica, Sharpe<sup>7</sup> destaca que a história vista de baixo deve ser usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história.

Nesse campo da história social, outro autor de bastante destaque é o inglês Edward Thompson. Sua obra

versou não só acerca do movimento operário, mas também sobre crime, protestos (individuais e coletivos) e o caráter tradicional e ativo da cultura popular, concorreram decisivamente para inspirar e dar forma e conteúdo a um modo diverso de pensar, pesquisar, analisar e redigir a história, vista a partir ‘de baixo’.<sup>8</sup>

Thompson<sup>9</sup>, em sua obra *Costumes em comum*, defende que uma análise mais complexa dos sujeitos anônimos da história seja realizada. Sendo esta composta pelos hábitos, cultura e a maneira de pensar da classe que se está considerando.

Nesse sentido as principais contribuições de Thompson para os estudos sobre trabalhadores alicerçam-se nos conceitos de formação e consciência de classe. Para Célia Regina Vendramini, o autor inglês observa a classe social

como um *fenômeno histórico*, como *algo que ocorre efetivamente nas relações humanas*, não de forma determinada, mas como uma capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses diferem dos seus.<sup>10</sup>

Nesse sentido Thompson ressalta que a classe social é uma formação tanto política como econômica e cultural, que se manifesta historicamente nas relações humanas, como resultado de experiências comuns, determinadas a grande medida pelas relações de produção. Dessa forma a classe operária formou a si própria, tanto quanto foi formada.

---

<sup>7</sup> SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 62.

<sup>8</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*: E.P. Thompson. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 23-24.

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>10</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. *Experiência humana e coletividade em Thompson*. In: ESBOÇOS. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº 12, 2004, p. 26.

A consciência de classe, por sua vez, forjar-se-ia ao mesmo tempo em que a própria classe fosse sendo construída. Fundindo-se nas experiências que articulam uma identidade de interesses entre todos os grupos de trabalhadores contra os interesses de outra classe, bem como no crescimento das formas de organização política e industrial.

Com essa análise o autor inglês nos fornece um parâmetro a ser utilizado nos estudos das lutas sociais no meio rural brasileiro, onde observamos que as tradições, os valores e os hábitos, atrelados a uma posição econômica em face dos meios de produção, bem como dos embates decorrentes desta, forjou uma consciência de classe nos camponeses.

Isso posto, vamos nos deter agora às questões acerca das fontes, com as quais necessariamente temos o dever de cumprir um ritual de observação do lugar social, de quem escreveu e das circunstâncias em que o documento foi produzido. Tendo procedido dessa forma, estaremos historicizando o documento, o que é de fundamental importância para a elaboração de um trabalho historiográfico.

Portanto as fontes utilizadas em nossa dissertação foram fundamentais na elaboração de um texto que analisa a atuação de um movimento de leigos, que buscou conscientizar os camponeses através do evangelho, em um período de exceção. Isso porque exprimem discursos e ações, muitas vezes distintos, acerca de acontecimentos que orbitam em torno da Ação Católica Rural.

Inicialmente levantamos a documentação pertencente à ACR<sup>11</sup>. Nela nos deparamos com relatórios de encontros e assembleias regionais e nacionais, envolvendo leigos e membros hierarquia católica, em especial, padres comprometidos com o trabalho no meio rural. Bem como os exemplares do *Jornal Grito no Nordeste*.

Embora essa documentação apresente-se como um grande leque de informações, devemos mencionar suas limitações no recorte temporal adotado. Essas se apresentam em comparação com ao volume de documentos existentes no arquivo da ACR, em fins da década de 1970 e início da de 1980.

No que concerne à documentação encontrada, pudemos observar nos relatórios aspectos relevantes sobre a atuação da ACR, tais como: as estruturas do movimento, as

---

<sup>11</sup> Encontrada e pesquisada na sede do movimento, na cidade do Recife-PE. Atualmente está sob a guarda do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (NUDOC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

discussões realizadas, o método e as dificuldades de trabalho, a formação das equipes regionais e da central, as tentativas de expansão e os participantes envolvidos.

Com relação ao *Grito no Nordeste*<sup>12</sup>, tornou-se de grande valia para redação de nosso texto, pois apresenta vestígios que nos ajudaram a entender o cotidiano do movimento. Em suas páginas podemos visualizar uma amplitude de assuntos, que vão desde reflexões acerca de temas teológicos a denúncias decorrentes das lutas travadas no campo. Devemos ainda ressaltar uma característica que permeou intensamente o *Grito*. Essa foi sua linguagem simples e acessível, que se tornou necessária devido às condições incipientes de leitura de muitos camponeses.

Outro aspecto relevante da pesquisa feita junto aos arquivos da ACR foi detectarmos que o movimento nasceu com o nome de Ação Católica Rural e, em fins da década de 1960, encontramos o termo Animação dos Cristãos no Meio Rural para rebatizar à ACR. No início dos anos de 1970 ocorrem mais duas mudanças, no entanto se utilizavam os nomes acima referidos. Há de se destacar que a sigla ACR permaneceu inviolável.

Tal fato não foi justificado nos documentos impressos nem nas entrevistas realizadas. Todavia podemos apontar uma possível explicação. Essa se alicerça na tentativa de tirar do movimento o peso que carrega o nome Ação Católica, bem como apresentar a ACR como algo novo, dissociado das experiências anteriores da Igreja na atuação junto aos trabalhadores.

Portanto achamos por bem adotar em nosso trabalho o termo Ação Católica Rural, pois foi assim que o movimento surgiu e permaneceu durante boa parte do recorte temporal adotado nessa pesquisa. Além do mais, verificamos que a troca de nomes só ocorreu de forma documentada em 1986, quando se funda a Sociedade Beneficente da Animação dos Cristãos no Meio Rural do Brasil (ACR do Brasil)<sup>13</sup>.

Ao longo de um trabalho historiográfico, a ampliação de fontes se faz necessária. Assim sendo utilizamos os periódicos da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), intitulado *Boletim Arquidiocesano*<sup>14</sup> e da Arquidiocese de São Paulo, batizado de *O São Paulo*<sup>15</sup>. Esses documentos serviram como meio para observarmos as

---

<sup>12</sup> Jornal publicado de forma trimestral pela Ação Católica Rural a partir de janeiro de 1967.

<sup>13</sup> Ata da fundação da Sociedade Beneficente da Animação dos Cristãos no Meio Rural do Brasil e eleição da coordenação. Data 30/10/1986. Acervo da ACR.

<sup>14</sup> Encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife, na cidade do Recife.

<sup>15</sup> Encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e em sua sede, na cidade de São Paulo.

mudanças internas sofridas pela Igreja Católica em âmbito internacional e nacional. Eles são de grande valia porque expressam os discursos feitos a partir da própria instituição religiosa.

Ainda com relação às fontes impressas, tivemos o cuidado de pesquisar a documentação oriunda dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Afinal o recorte temporal de nossa dissertação insere-se no período da Ditadura imposta a sociedade brasileira em março de 1964. Esse conjunto de documentos é majoritariamente formado por prontuários funcionais. Embora tenhamos tido acesso ao prontuário individual de um dos entrevistados, esse foi Maximínio Pereira.

Essas fontes nos serviram para mostrar o olhar dos órgãos de repressão sobre as atividades do movimento e de alguns de seus membros. Embora tenhamos tido uma enorme frustração, pois o conjunto documental referente à ACR mostrou-se escasso.

Ainda no campo das fontes, devemos destacar a importância dos registros orais em nosso trabalho. Eles mostraram-se necessários, pois em se tratando de um período de exceção sabemos que nem todas as informações são registradas em documentos escritos, mas também por apresentarem as impressões individuais dos depoentes sobre suas participações no cotidiano do movimento de ACR. Nesse sentido a história oral foi utilizada em nossa dissertação como

[...] um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico. Traz[endo] em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades.<sup>16</sup>

O uso da memória, elemento essencial para história oral, surgiu então como mais uma possibilidade para se entender o passado. Tendo a consciência de que ela é objeto

---

<sup>16</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 16.

das experiências vividas de forma individual e coletiva, em que a subjetividade se torna uma característica presente, Delgado afirma que

A memória [...] é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.<sup>17</sup>

Portanto a história oral nos permitiu ter acesso aos registros de testemunhas que participaram de maneira intensa, dos acontecimentos históricos abordados em nosso trabalho. Naturalmente essas memórias representam “histórias dentro da história” e, dessa forma, ampliam as possibilidades de interpretação do passado<sup>18</sup>.

Posto isso dividimos nosso trabalho em três capítulos. Esses apresentam temáticas relativamente distintas, mas que acabam se cruzando na criação e atuação do movimento de Ação Católica Rural.

O primeiro capítulo chama-se *A Igreja Católica em movimento*. Nele promovemos um debate acerca da instituição eclesial, enfatizando as mudanças sofridas por ela a partir da segunda metade do século XX. Nesse processo analisamos as consequências do Concílio Vaticano II para as relações internas da Igreja, assim como para com o mundo e seus fiéis.

Nesse capítulo também discutimos as adaptações do Vaticano II à realidade latino-americana. Essas foram empreendidas por parte da hierarquia católica local e ganharam força a partir das resoluções aprovadas na II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín, em 1968. Como parte desse processo singular vivido pela Igreja de nosso continente, surge a Teologia da Libertação (TdL).

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>18</sup> ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.155.

No mesmo capítulo ainda analisamos parte da história da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido enfatizamos sua influência enquanto instituição frente ao Estado e à sociedade de maneira geral, apresentando o contexto religioso que influenciou a criação da Ação Católica Rural.

O segundo capítulo, *Ação Católica Rural: práticas de um compromisso libertador*, inicia-se com o diálogo acerca do contexto social, político e econômico, que caracterizou o Brasil durante os anos pré e pós 1964. Essa análise teve o objetivo de introduzir a ACR no cenário no qual ela foi criada e atuou.

A partir daí discutimos como se deu o surgimento da Ação Católica Rural, enfatizando a chegada do Pe. José Servat ao Brasil e sua relação, bem como a do movimento, com a Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) e com Dom Hélder Câmara. Abordamos também como se deu a atuação da ACR junto aos camponeses.

No terceiro capítulo, intitulado *Resistindo: as experiências de lutas no campo*, apresentamos um breve histórico dos conflitos existentes no campo, assim como a participação e as propostas de alguns setores envolvidos. Também acabamos por discutir como o movimento de Ação Católica Rural se inseriu nesse meio, destacando desde suas ligações no universo da hierarquia católica até suas ações concretas.

Por fim devemos destacar que a Ação Católica Rural foi um movimento composto majoritariamente por leigos. Caracteriza-se por atuar na conscientização da realidade concreta vivida pelos homens e mulheres pobres do campo, através do evangelho, tendo seus resultados percebidos à medida que alguns camponeses buscaram assumir o papel de protagonistas de suas vidas.

## CAPÍTULO 1

### A IGREJA CATÓLICA EM MOVIMENTO

Uma das mais antigas e tradicionais instituições do mundo, a Igreja Católica, tem sido alvo de pesquisas e interpretações nos mais variados âmbitos das ciências humanas. Em parte, isso se deve ao fato de a mesma se fazer presente em uma gama de acontecimentos importantes, nos mais distintos lugares ao longo da história da humanidade.

Na História do ocidente, a Igreja Católica ocupa um lugar de centralidade nos estudos historiográficos, pois teve uma enorme influência na formação dessa sociedade. Portanto estudar a instituição eclesiástica romana deste lado do mundo é entender, em parte, as formas de pensamento e de ações de diversos e distintos povos, tendo em mente que a cátedra de Pedro, assim como qualquer outra instituição, é um produto do seu meio e do seu tempo, ou seja, influencia e é influenciada pela sociedade em geral.

Inúmeros são os pesquisadores que fizeram da instituição eclesiástica seu objeto de estudo. No Brasil não poderia ser diferente. Diversos autores analisam a Igreja desde sua chegada em terras tupiniquins, com os portugueses, até os dias atuais. Afinal, em organização e recursos, só encontrou rivais nas forças armadas e no Estado. (SERBIN, 2008, p. 26)

Dentro dessa tradição, é que se insere nosso trabalho. Sendo palco de nossa pesquisa a segunda metade do século XX, buscamos entender como essa instituição, por meio de uma ala batizada de progressista, participou de forma decisiva, ora contestando aspectos da Ditadura Militar (1964-1985) ora estimulando e organizando as reivindicações dos trabalhadores do campo, em um dos momentos históricos mais relevantes em nossa história recente.

Em um período de recuo das organizações dos trabalhadores em geral, em especial, dos camponeses e camponesas, surge, a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), um movimento que visa fazer desses homens e mulheres sujeitos da sua própria história.

Buscamos, então, interpretar os discursos e ações da Ação Católica Rural (ACR), movimento formado por membros da hierarquia e laicato católicos, assim como a participação de algumas das suas principais lideranças, no cenário rural,

tradicionalmente envolvido em embates, da zona da mata de Pernambuco entre os anos de 1965-1979.

Com a instalação do regime de exceção em 31 de março de 1964, ocorreu o desmantelamento das ligas camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) ligados aos comunistas. Embora também tenha havido intervenções em STRs influenciados pela Igreja. A perseguição e o medo tomavam conta meio rural pernambucano. O cenário antes, de grande efervescência, passa agora a ser de quase total monotonia. Então o surgimento da ACR pode ser encarado como um contraponto a esse momento vivido pela sociedade brasileira.

Nesses anos o trabalho desenvolvido pela Ação Católica Rural tornou-se um dos poucos mecanismos de enfrentamento da ordem vigente. A conscientização da realidade política, econômica e social animou inúmeros militantes e trabalhadores, bem como voltou a trazer esperanças de mudanças. Apesar do aumento de obstáculos introduzidos pela ditadura, o caminhar da ACR seguiu firme no seu propósito. No entanto, a partir de 1975, com chegada ao poder do Gen. Ernesto Geisel tem início o processo de abertura lenta, gradual e segura. Nele a ACR entra em um momento de esvaziamento, pois vários de seus membros acabam por trilhar outros caminhos. Estes estão ligados, principalmente, à criação de novos partidos políticos.

Diante da perspectiva de trabalho adotado pela ACR, utilizaremos o conceito teórico-metológico defendido por Ginzburg<sup>19</sup> como um dos parâmetros para nossas análises. Nele encontramos a ideia de se reinterpretar a história a partir de um novo ângulo, que não foi contemplado pelos gregos, nem pelos positivistas, ou seja, dar voz e vez àqueles que ao longo dos anos foram subjulgados pelas reflexões históricas. No nosso trabalho, são estes: os camponeses e as camponesas animados pela Ação Católica Rural.

Esse conceito utilizado por Ginzburg está, inerentemente, ligado às relações de forças empreendidas pelos vencedores face aos vencidos e sua conseqüente influência perante o que será passado para as gerações futuras, bem como os argumentos utilizados para se sobrepor diante de outros povos e outras culturas.

Intrinsecamente relacionado a esse conceito de produção do conhecimento histórico, trabalharemos com dois dos maiores legados da Escola dos Annales: o

---

<sup>19</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

método regressivo e a história problema. A partir desta, buscamos interrogar alguns posicionamentos da Igreja Católica nas encruzilhadas em que estava inserida, tendo a perspectiva de que nenhuma das respostas para essas perguntas serão respondidas em sua plenitude, mas, sim, indicam apenas caminhos percorridos. Isso porque os fatos históricos sempre nos proporcionam inúmeras interpretações e, conseqüentemente, nunca se esgotam.

Lembramos que são de extrema importância para o historiador a catalogação, a veracidade e a interpretação de suas fontes. Ginzburg afirma que um dos mecanismos para consecução do êxito historiográfico está relacionado diretamente com a confrontação das fontes utilizadas. Nessa perspectiva, Marc Bloch, um dos fundadores do *Annales*, afirma que os documentos só nos falam quando os interrogamos de forma correta.

Neste capítulo tivemos o cuidado de escolher fontes majoritariamente ligadas à Igreja e à Ação Católica Rural. Os documentos impressos advêm dos periódicos da Arquidiocese de São Paulo, intitulado *O São Paulo*<sup>20</sup>, da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), chamado de *Boletim Arquidiocesano*<sup>21</sup> e da ACR, batizado de *o Grito no Nordeste*<sup>22</sup>; jornais de grande circulação em Pernambuco e no Recife, nesse caso, o *Diário de Pernambuco* e o *Diário da noite*<sup>23</sup>; também utilizamos fontes orais, por meio das entrevistas realizadas com os senhores João Francisco da Silva, carinhosamente chamado de *Padre Joãozinho* e Maximínio Pereira de Lima, conhecido pelo seu primeiro nome, *Maximínio*. Ambos foram membros de destaque da ACR.

As fontes orais são de muita importância em nosso trabalho. Nesse caso, por nosso recorte temporal tratar-se de um período de ditadura, quando os registros escritos são mais difíceis de serem feitos e conservados. Reconhecemos, porém, seus limites, por se tratarem de recursos imbuídos de forte subjetividade, dadas as “distorções” da

---

<sup>20</sup> Pesquisado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e fotografado em sua sede, na cidade de São Paulo.

<sup>21</sup> Pesquisado e fotografado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife, na cidade do Recife.

<sup>22</sup> Encontrado na sede do movimento no bairro da Iputinga, na cidade do Recife; atualmente sob guarda do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (NUDOC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>23</sup> Ambos encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), anexo do DOPS, pasta “Recorte de jornal”, fundo SSP nº 29.010.

memória, como assinala Alberti<sup>24</sup>. Foram utilizadas como uma fonte que, assim como as outras, necessita de crítica e interpretação.

É através do cruzamento dessas fontes com a leitura da bibliografia que percorremos o caminho longo, tortuoso e às vezes contraditório, que a Igreja católica teve de passar, para chegar às mudanças ocorridas no catolicismo na segunda metade do século XX, necessário ao entendimento da criação e da participação de um movimento de leigos, em pleno período ditatorial, nas lutas cotidianas de homens e mulheres pobres do campo em nosso estado.

### 1.1. Nos labirintos do mundo moderno

Ao pesquisarmos sobre a Igreja Católica Apostólica Romana, devemos perceber que a mesma é uma instituição global, tradicional, centralizadora, hegemonicamente masculina e formada por várias correntes teológicas. Sendo, então, considerada um corpo heterogêneo. No entanto, por ser um organismo que preserva ainda uma estrutura absolutista de poder, as ações dos seus inúmeros segmentos têm de estar de acordo com o que foi delimitado pelo papa e o Vaticano.

Nas palavras de Serbin,

A Igreja Católica é uma organização global com centenas de milhões de fiéis e mais de 1 milhão de servidores, entre eles centenas de milhares de padres e freiras. Sua imensa rede de dioceses subdivide-se em uma infinidade de paróquias. A Igreja é uma instituição eclesiástica, mas também é o “povo de Deus”. Esse termo refere-se ao clero e aos fiéis.<sup>25</sup>

Mesmo sendo uma instituição milenar e de forte caráter centralizador, o que normalmente impede e não facilita à flexibilidade, a Igreja sofreu alguns processos de mudanças internos e externos que a contrariavam. Os deslocamentos de rotas foram principalmente evidenciados a partir da Reforma Protestante, no século XVI, e da

---

<sup>24</sup> ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.166.

<sup>25</sup> SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 26.

formação de uma sociedade moderna, secularizada e capitalista, que emergiu ao mundo com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ambas ocorridas no século XVIII.

Esses fatos moldaram novos discursos e ações da Igreja romana, para assim poder condenar, defender ou mesmo se adaptar a uma recém-inaugurada realidade, tendo esses acontecimentos minado, de alguma forma, o poder da Santa Sé.

A Reforma, conduzida inicialmente no continente europeu, posteriormente teve desdobramentos sentidos em todo o mundo católico, como, por exemplo: perda de fiéis, de recursos financeiros, de espaços políticos e aliados importantes, e gerou por parte da Igreja uma reação conhecida por Contra-reforma. Essa iniciativa tentou frear os avanços protestantes e resguardar a instituição eclesiástica tradicional, mas também deu impulso a uma série de mudanças e afirmações, propagadas principalmente por meio do Concílio de Trento<sup>26</sup>.

União da Igreja, disciplina, ênfase no sacerdócio e na sua formação e monopólio da interpretação da Bíblia pelo clero são algumas das resoluções de Trento. Para Serbin,

Trento reagiu reforçando a importância do sacerdócio e da confissão. Criou o confessionário moderno, que separa o padre do penitente por uma tela. Com essa nova ênfase nos sacramentos, a Igreja quis remodelar a devoção popular padronizando valores e comportamentos, eliminando o paganismo renitente e estabelecendo uma clara distinção entre sacro e profano. Procurou abolir jogos, danças, canções, festivais, peças teatrais e quaisquer outras atividades que pudessem despertar a sensualidade das pessoas e conduzir à fornicção. Trento declarou guerra ao concubinato. O Padre era fundamental – como guardião moral e exemplo de conduta virtuosa.<sup>27</sup>

Trento então moldou uma nova Igreja. Esta valorizou, principalmente, a educação e a disciplina do clero, para assim combater a Reforma e manter sua influência na Europa e nas áreas de colonização, em especial na América e na Ásia. A ênfase dada à formação sacerdotal foi necessária, primeiro, pelo grande número de clérigos analfabetos, e, segundo, para unificar o discurso católico.

---

<sup>26</sup> Concílio ocorrido entre os de 1545 a 1563.

<sup>27</sup> SERBIN, *Op. Cit.*, p. 62.

Na Igreja, a disciplina passou a ser sinônimo de seminário tridentino e tradição católica. Esta passou a ser interpretada como o elo milenar que envolvia um passado cristão e um presente que se modernizava.

No Brasil, a Igreja só começou a implementar a sério as resoluções de Trento no início dos anos 1700, quando a corrida do ouro e a crescente importância da colônia avivaram o interesse da coroa e dos bispos pela reforma clerical<sup>28</sup>.

Entretanto as inovações de Trento, em terras brasileiras, só foram efetivamente percebidas depois da implantação dos seminários diocesanos na segunda metade do século XIX. Até então a identidade católica e o modelo da Igreja estavam fortemente ligados à identidade do padre (SERBIN, 2008, p. 29).

As medidas adotadas por meio de Trento foram parte de um processo de modernização conservadora da Santa Sé em terras brasileiras. Para Serbin,

[...] o programa de modernização conservadora na Igreja Católica brasileira recorreu a um padrão internacional de formação clerical em seminários, determinado pelo Vaticano e implementado graças à importação de padres estrangeiros. A Igreja também apoiou as formas europeias de devoção religiosa, orientada pelo clero. Portanto, o catolicismo brasileiro sofreu uma romanização, ou europeização, um processo que, como a modernização, perdura até hoje. Como a elite brasileira, o clero macaqueou os usos da Europa.<sup>29</sup>

Em meio ao processo de implantação das mudanças defendidas pelo concílio de Trento, vislumbra-se na Europa outro movimento que desafiaria o poder da Santa Sé. Era a ascensão do capitalismo dando os primeiros passos como modo de produção hegemônico, e a consequente Revolução Industrial, que aconteceria anos mais tarde. As transformações oriundas dessa marcha ressoaram na Igreja.

Com o alvorecer de um novo modelo econômico, percebemos que a Igreja sofre um grande baque. As relações sociais passam a serem guiadas por uma dinâmica diferente, com a qual a cátedra de Pedro não estava acostumada e muito menos preparada para enfrentar naquele momento. Severino Vicente então afirma que:

---

<sup>28</sup> SERBIN, 1990 *apud* LIMA, 2008, p. 62.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 30.

[...] a expansão do novo modo de produção fabril contribuía para desmontar antigas formas de relações da Igreja com as populações cada vez mais urbanizadas. As cidades eram um desafio para uma instituição que se formara em uma sociedade plenamente rural, com valores diversos desses novos que se vinham estabelecendo desde o século XVII, sob os auspícios de uma economia sempre mais monetarizada, prática e que busca satisfações imediatas e materiais.<sup>30</sup>

Essas são as primeiras dificuldades encontradas pela instituição eclesiástica face ao nascimento do capitalismo, ou seja, a mudança de cenário onde se dava a vida em sociedade, a transferência geográfica de grandes parcelas das populações, o surgimento de novas relações de trabalho, sociais e culturais que afetavam diretamente o poder de influência da Igreja perante a população. Posteriormente a Santa Sé reagiu reprovando esse mundo que surgia nas cidades industriais, e que a isolava de largas parcelas da população.

A reação condenatória da cátedra de Pedro ao mundo moderno e ao capitalismo apareceu, explicitamente, em forma documental por meio das encíclicas publicadas pelos papas Gregório XVI<sup>31</sup> (1831-1846) e Pio IX<sup>32</sup> (1846-1878). Esses documentos versam sobre condenações e afirmações feitas pelos santos padres, face às inúmeras preocupações da Santa Sé no século XIX.

As condenações giravam em torno das liberdades de imprensa e consciência; da separação entre Igreja e Estado; dos povos que se rebelavam contra autoridades constituídas; das sociedades secretas; do liberalismo; da fé no progresso ilimitado; do racionalismo; do indiferentismo e do comunismo. Com relação a este último, o papa Pio IX, na encíclica *Qui Pluribus*, afirma que:

[...] essa doutrina funesta – mais do que nunca, contrária ao direito natural – aponta para o que chamam “comunismo”. Uma vez

---

<sup>30</sup> SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: Universitária/ UFPE, 2006, p. 55.

<sup>31</sup> Publicou no dia 15 de agosto de 1832 a encíclica *Mirari Vos*.

<sup>32</sup> As encíclicas *Qui Pluribus*, *Nostis et Nobiscum* e *Quanta Cura* foram publicadas, respectivamente, por esse papa nos dias 09 de janeiro de 1846, 08 de dezembro de 1848 e 08 de dezembro de 1864.

admitida, seriam completamente revolvidos os direitos, os patrimônios, a propriedade e até a sociedade humana.<sup>33</sup>

As afirmações correspondiam à autoridade do papa; ao matrimônio entre cristãos; à defesa dos direitos e privilégios da Igreja; à religião como guia das ações humanas; e ainda apontavam para atitudes a serem postas em prática pelos bispos, tais como: vigilância sobre seu rebanho e clero, consultas recíprocas, instrução e pregações ao laicato, missões populares e retiros espirituais, fidelidade e lealdade à Santa Sé.

Podemos destacar ainda do governo de Pio IX, em meio aos assuntos expostos e discutidos nas cartas papais citadas acima, a convocação do concílio Vaticano I<sup>34</sup>. Este é assim descrito pelo jornal *O São Paulo*:

Concílio que não acabou. Interrompido pela guerra franco-alemã de 1870. A 6 de dezembro de 1864 o Papa Pio IX anunciou a convocação de um concílio ecumênico. Reunir-se-á cinco anos depois. Após quase 300 anos do último concílio. O 1º concílio vaticano ia proclamar a infalibilidade do Papa.<sup>35</sup>

Nesse trecho da reportagem publicada no jornal da arquidiocese de São Paulo, observamos alguns pontos interessantes, entre eles estão: a necessidade da Igreja reunir-se para debater a sociedade em que ela estava inserida, haja vista que essa instituição precisa de novas respostas aos desafios que os oitocentos lhe impuseram e a que o concílio de Trento não mais respondia; a proclamação da infalibilidade do santo padre; e a interrupção abrupta da assembleia, devido a uma guerra envolvendo a França e Prússia, ocasionando um desfecho sumário e não satisfatório para a cátedra de Pedro.

Os motivos que levaram à instalação desse concílio foram também explicados por esta reportagem:

Por que este Concílio?

O Século XIX é o século das revoluções. Revoluções nacionalistas em toda a Europa. [...] Revolução industrial: ocasionando tremenda

<sup>33</sup> IGREJA CATÓLICA. *Documentos de Gregório XVI (1831-1846) e de Pio IX (1846-1878)*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 89.

<sup>34</sup> Concílio ecumênico anunciado pelo papa Pio IX, no ano de 1864, e ocorrido entre os anos 1869-1870.

<sup>35</sup> Jornal *O São Paulo*. Ano X, nº 515: 12 de dezembro de 1965, p. 05.

miséria pelo egoísmo de capitalistas e seu amor ao dinheiro. Revolução ideológica, Karl Marx publica o manifesto comunista. [...] A filosofia é antirreligiosa. Os jornais difundem novas ideias. Os governos são perseguidores. O homem se orgulha da ciência e pensa que pode explicar tudo.<sup>36</sup>

Pode-se perceber que os motivos que ocasionaram a convocação dessa assembleia são basicamente os mesmos que serviram de inspiração para as encíclicas, que já mencionamos anteriormente, publicadas por Gregório XVI e Pio IX. Temas como a revolução industrial e suas consequências; propagação de ideologias que pregam um Estado sem influência da religião e muito menos da Igreja Católica; avanço da ciência e da filosofia racionalista e antirreligiosa; perseguição de governos; e difusão de ideias contrárias aos princípios da instituição eclesiástica romana através de jornais.

Percebe-se então um antagonismo latente gerado entre as sociedades idealizadas pela Igreja e pelo sistema capitalista, bem como as ideologias que o faziam oposição, neste caso, o comunismo e o anarquismo.

Embora na obra de Michel Löwy<sup>37</sup> se encontre um capítulo dedicado às interpretações de Karl Marx e Max Weber sobre a religião, percebemos que existe, entre certas formas religiosas e o estilo de vida capitalista, um relacionamento de afinidade eletiva. Contudo, no início do processo de implantação e a primeira fase de difusão do capitalismo, Weber observa que o modo de vida católico (ou sua ética) se fosse levado à risca, seria totalmente contrário ao sistema do capital.

É no final do século XIX que a Igreja muda seu discurso ferrenho de oposição ao desenvolvimento capitalista, quando, então, passa a apontar algumas críticas localizadas, para assim promover a melhoria de vida dos trabalhadores e ao mesmo tempo não deixá-los ser influenciados por doutrinas que condenassem a instituição eclesiástica.

Primeiro documento oficial da Igreja relacionado à dialética capital/trabalho e suas consequências, a *Rerum Novarum*<sup>38</sup>, é um marco na instituição eclesiástica, pois trata da situação dos conflitos envolvendo trabalhadores e patrões nos oitocentos. Assim

<sup>36</sup> Jornal O São Paulo. Ano X, nº 515: 12 de dezembro de 1965, p. 05.

<sup>37</sup> LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-55.

<sup>38</sup> Carta Encíclica publicada no dia 15 de maio de 1891, pelo papa Leão XIII (1878-1903).

como condena o socialismo e afirma a posição conciliatória da cátedra de Pedro face aos embates derivados da luta de classes. Além do que inaugura a chamada Doutrina Social da Igreja<sup>39</sup>.

Na visão de Mainwaring, esse documento também,

... marcava a aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja depois de seu combate aberto contra a modernização durante grande parte do século XIX. Mas, embora clamasse por uma ordem social mais justa e por um equilíbrio entre o trabalho e o capital, sua doutrina social continuava a conter elementos conservadores.<sup>40</sup>

A encíclica de Leão XIII reconhece a situação econômica precária dos operários, quando em seu segundo parágrafo afirma: “vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida”. Contudo, no quinto item, defende a posse da propriedade privada dos meios de produção e sua exploração, “a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural.”

A carta papal ainda revela as obrigações dos operários e dos patrões. No que concerne aos trabalhadores, destaca:

[...] deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre [...]; as suas reivindicações devem ser isentas de violências [...]; devem fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Cf. SILVA, 2006. O autor expõe que a Doutrina Social da Igreja não foi apresentada sistematicamente de uma só vez, mas sim, construída com a publicação de diversos textos propagados pelos papas que sucederam Leão XIII no trono de Pedro. Estão inseridas dentro desse conjunto de documentos as encíclicas: *Quadragesimo Anno* (15/05/1931) de Pio XI; *Mater et Magistra* (15/05/1961) e *Pacem in Terris* (11/04/1963) de João XXIII; *Populorum Progressio* (26/03/1967) e *Octogésima Adveniens* (14/05/1971) de Paulo VI; *Laboren Exercen* (14/09/1981) e *Centesimus Annus* (01/05/1991) de João Paulo II. Também corrobora com esta linha de pensamento RIVAS GUTIÉRREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.

<sup>40</sup> MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 43.

<sup>41</sup> PAPA LEÃO XIII. Carta encíclica *Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas, 1991, p.23-24.

Quanto aos detentores dos meios de produção, a encíclica diz que:

[...] aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem [...]. O trabalho do corpo [...], longe de ser um objeto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro [...]. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade e sexo. [...] é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém.<sup>42</sup>

Nas palavras do herdeiro do trono de Pedro, percebemos que a Igreja colocava-se como uma instituição acima das relações derivadas do embate capital/trabalho e ainda tentava impor uma autoridade à sociedade, que há muito deixara de existir, que “não se contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um”. Levando em conta que “o primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”.

Dessa forma o Vaticano almeja buscar uma resolução conciliatória para os conflitos, obtendo assim um reconhecimento social e político das classes envolvidas e a condenação do socialismo por parte dos trabalhadores. Também defende a manutenção das diferenças sociais, econômicas e políticas da sociedade capitalista. Embora saibamos que um dos motivos para tal mudança em seus discursos será para que os trabalhadores não entrem nas fileiras dos militantes comunistas e anarquistas, que a essa altura já eram considerados os principais inimigos da Igreja e do capitalismo.

Scott Mainwaring aponta então que:

[...] o objetivo principal de qualquer Igreja é propagar uma mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha essa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência

---

<sup>42</sup> *Ibidem.*, p.23-24.

na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira.<sup>43</sup>

Percebemos que para conseguirmos entender a *Rerum Novarum* e o posicionamento da Igreja Católica, em fins do século XIX, devemos atentar que a construção dos discursos e das ações empreendidos por essa instituição são frutos das encruzilhadas que envolviam a sociedade nos oitocentos.

Dessa maneira a visão de séculos da teologia e da tradição popular, que nos fala que os pobres são a imagem terrestre de Cristo, servirá para que a Igreja promova uma ação caritativa frente aos trabalhadores e excluídos do sistema capitalista. No Brasil, entretanto, essa doutrina social não alterou de forma significativa as práticas pastorais entre as classes populares até muito mais tarde (MAINWARING, 2004, p. 50).

Já na primeira metade do século XX, o mundo passa por momentos difíceis. A roda da história alcança uma velocidade cada vez maior e os acontecimentos atropelam o ritmo lento em modernizar-se, característico da Igreja. São duas grandes guerras mundiais, uma crise econômica intensa entre as décadas de 20 e 30, revoluções socialistas, ascensão de regimes fascista etc. Nas palavras do historiador inglês Eric Hobsbawm, essa foi a Era da Catástrofe<sup>44</sup>. Esses fatos tornaram-se as principais preocupações dos governos e das instituições, entre elas a cátedra de Pedro.

O corpo teórico da Doutrina Social católica passa nesse momento por um período de letargia, com exceção da publicação de duas encíclicas. A primeira foi no pontificado de Pio XI (1922-1939), *Quadragesimo Anno*; e a segunda foi no governo de Pio XII (1939-1958), *La Solemnita*. Essas cartas papais comemoram o aniversário da publicação da *Rerum Novarum* e apontam novos desafios a serem enfrentados pelos católicos.

Somente com a eleição de João XXIII (1958-1963) e com uma renovada dinâmica mundial, tem início uma nova etapa na história da Igreja e nas suas relações com o mundo moderno. Este pontífice contribuiu com suas encíclicas *Mater et Magistra*

---

<sup>43</sup> MAINWARING, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>44</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric J.. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Nesta obra o autor denomina o século passado como sendo o Breve Século XX. Tendo esse iniciado com a eclosão da primeira guerra mundial, em 1914, e terminado com a desintegração da URSS, em 1991. O historiador inglês ainda o divide em três períodos: Era da Catástrofe, que vai de 1914 até o final da 2ª guerra; Era de Ouro, compreende o período posterior ao fim do segundo grande conflito mundial e estende-se até o início da década de 1970; e o Desmoronamento, que tem início no começo nos 70 e vai até 1991.

e *Pacem in Terris* para o corpo teórico da Doutrina Social da Igreja, todavia essas foram mais além. Esses documentos apontavam uma análise ampla da sociedade, reconheciam progressos da ciência, embora se afirme que os mesmos não supriram as necessidades dos homens; indicavam um novo diálogo a ser desenvolvido pelos católicos com as problemáticas do seu tempo, bem como seus direitos e deveres. Assim nos fala o santo padre, no parágrafo 44 da *Pacem in Terris*: “quando uma pessoa surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosamente a consciência do dever”.

No entanto o governo desse papa será lembrado não só pela publicação dessas cartas, mas também, e principalmente, pela convocação surpreendente do concílio Vaticano II. João Batista Libanio afirma que tudo se podia esperar, menos a convocação do Concílio, por causa da teologia romana do Primado e da infalibilidade do magistério pontifício (LIBANIO, 2006, p. 57). O Jornal da arquidiocese de São Paulo expõe as palavras de convocação, em 1959, de João XXIII desta forma:

Anunciamos o projeto de celebrar um concílio ecumênico, para o qual serão convocados, como para um novo Pentecostes todos os bispos da Igreja [...] Será uma assembleia que pede uma imensa e profunda preparação.<sup>45</sup>

Percebemos que nessa mensagem o santo padre exorta, pela primeira vez na história da instituição eclesiástica, todos os bispos da Igreja a participarem do concílio. Não seriam excluídos das convocações clérigos da África, América Latina e Ásia, diferentemente do que aconteceu em outras assembleias, onde não houve representação do episcopado de todas as regiões do mundo. Muito embora os europeus ainda continuassem a dominar as articulações internas e a cúria nesse momento.

Severino Vicente observa a importância do papado de João XXIII a partir dessas palavras:

Ao lado das encíclicas sociais de João XXIII, é indispensável que seja mencionado a realização do Concílio Vaticano II, uma convocação inesperada, cujos sucessos provocaram mudanças no relacionamento da Igreja com o mundo. Uma janela aberta, um esforço para alcançar a contemporaneidade nos diversos sentidos. Na liturgia, na ação

---

<sup>45</sup> Jornal O São Paulo. Ano X, nº 515: dezembro de 1965, p. 05.

pastoral, na aceitação do diálogo com o diferente, na indicação de uma nova forma de direção da Igreja, diminuindo o poder da Cúria e aumentando os espaços para a ação do episcopado.<sup>46</sup>

Rivas Gutierrez, por sua vez, aponta o diálogo entre católicos e seguidores de outras religiões, assim como com os ateus, como elemento essencial das contribuições do papado de João XXIII. Nessas palavras o autor coloca que:

[...] entre as maiores contribuições de João XXIII conta-se sua visão da *relação entre católicos e não-cristãos*. A diretriz geral rezava que, em nossas sociedades pluralistas, para resolver algum assunto importante, os católicos deveriam colaborar com ou pedir colaboração de pessoas não cristãs ou, então, diretamente de ateus.<sup>47</sup>

No que concerne ao concílio inaugurado pelo papa no ano 1962, embora tenha sido considerada uma surpresa dentro e fora da instituição eclesiástica, foi algo necessário para modernizar mais uma vez a Igreja e responder as interrogações feitas pelo episcopado e leigos católicos nesse tempo. Mainwaring aponta que:

Tanto para os críticos como para partidários, o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcava um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano. Apesar das contradições, tensões e limites que cercavam as mudanças, o Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações.<sup>48</sup>

O mundo estava inserido em outras encruzilhadas, que cobravam da Santa Sé novos diálogos e posturas. Era o período da guerra fria, momento histórico surgido após

---

<sup>46</sup> SILVA, *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>47</sup> RIVAS GUTIÉRREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 51.

<sup>48</sup> MAINWARING, *Op. Cit.*, p. 62.

a Segunda Guerra Mundial, que teve como uma de suas consequências a imersão do mundo em um conflito tenso envolvendo duas superpotências; de um lado, os Estados Unidos; do outro, a União Soviética. Tal divisão parecia esgotar as possibilidades históricas dos povos dos cinco continentes. Pois sua dimensão direcionava-se para campos amplos, tais como: o político, o diplomático, o bélico, o social, o econômico, o cultural etc.

A ressonância desse embate internacional proliferou-se nos mais diversos âmbitos da sociedade mundial. A dinâmica histórica de cada país passou a sofrer influência da guerra fria, e seus acontecimentos internos também passaram a pautar esse conflito. Na América Latina e no Brasil, suas consequências foram sentidas no cotidiano das pessoas.

No primeiro momento esse período será batizado, por Eric Hobsbawm, como a Era de Ouro<sup>49</sup>, sendo caracterizada por cerca de 30 anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável (HOBSBAWM, 1995, p. 15).

Dentro desse período, podemos destacar acontecimentos importantes que, sem dúvida alguma, exerceram algum tipo de influência na caminhada da Igreja e de outras instituições. São estes: as lutas de libertação nacional na África; as constantes rivalidades pela hegemonia global envolvendo Estados Unidos e União Soviética, embora nunca tenha ocorrido nenhum ataque direto entre as duas superpotências; a Revolução Cubana e a Aliança para o Progresso na América Latina etc.

Sem essa preocupação em modernizar-se, a cátedra de Pedro poderia novamente perder o fio da história e, conseqüentemente, ficar pra trás nas disputas pelas respostas a serem dadas aos problemas desse tempo. Além de, notadamente perder mais espaço de influência, em uma sociedade cada vez mais distinta daquela em que se havia alicerçado.

No trecho da reportagem reproduzida abaixo, do jornal da arquidiocese paulistana percebemos essas preocupações, quando o mesmo reflete as interrogações da comunidade católica acerca da missão do concílio.

---

<sup>49</sup> HOBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 223-390.

Como em todos os concílios a tarefa será dupla: doutrinária e pastoral. Diante do mundo em evolução rápida, que medidas permitirão a Igreja não ficar atrás, desatualizada, apegada as formas antigas?<sup>50</sup>

Porém as demandas por novas posições e modernizações não surgiram a partir da cúria, mas sim por meio da base. Foram as reflexões das dificuldades cotidianas enfrentadas por leigos e por clérigos, mais próximos destes, que serviram de inspiração para a reunião ecumênica. Ademais podemos mencionar o papel fundamental exercido por João XXIII na convocação desta assembléia. O Concílio Vaticano II reproduziu uma dialética que reaparece nas várias instâncias da Igreja Católica. A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula (MAINWARING, 2004, p. 63).

Todo esse processo de mudança iniciou-se efetivamente a partir da década de 1950. Inúmeras são as experiências que contribuíram para tal fato. Podemos citar aqui uma delas que achamos essencial nessa caminhada: o compromisso dos padres operários franceses. Esses clérigos desempenharam um trabalho que teve grande ressonância no mundo católico, seja o hierárquico ou o leigo, além de promoverem uma nova prática pastoral inspirada a partir da base. Pois assumiram a missão de evangelizar em espaços dedicados a dialética capital/trabalho, como nas minas de carvão ou nas fábricas da Renault, onde os operários se afastavam da Igreja e inclinavam-se a influência do socialismo.

Embora João XXIII tenha falecido no ano de 1963, o concílio continua com suas discussões sob a tutela de seu sucessor Paulo VI (1963-1978). Para Rivas Gutierrez:

[...] o concílio Vaticano II foi, sem dúvida, o acontecimento mais marcante na vida da Igreja desde o concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563. Este concílio constituiu o maior legado de João XXIII e de seu sucessor Paulo VI.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Jornal O São Paulo. Ano X, nº 515: 12 de dezembro de 1965, p. 05.

<sup>51</sup> RIVAS GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*, p. 53-54.

Com o fim do concílio floresce uma nova Igreja. Esta, semeada em meio aos labirintos de um mundo moderno e cada vez mais complexo. Nele se fazia necessário o envolvimento da instituição eclesiástica em algumas das dificuldades cotidianas, enfrentadas por muitos de seus fiéis, pois, caso não procedesse dessa forma, correria o risco de afastar da sua esfera de influência uma larga parcela da população envolta nas encruzilhadas desse tempo.

No periódico da Arquidiocese de Olinda e Recife, observamos esse caminho a partir da mensagem publicada no *Boletim Arquidiocesano*:

As quatro sessões do Concílio e os 16 documentos que dele resultaram nos oferecem uma visão nova da Igreja e dos problemas da Igreja e do mundo, e acenderam decididamente o espírito de renovação e geraram o desejo ardente de atualização para que a Igreja, aceitando o desafio que lhe faz o mundo de hoje, ofereça respostas e soluções para os graves problemas que preocupam, seja no campo religioso, seja na ordem humana e temporal.<sup>52</sup>

Na América Latina, onde a Igreja detinha grande influência, o contexto econômico, político e social era efervescente. A instituição eclesiástica que sempre esteve ao lado das elites precisava agora de uma nova práxis, pois largas parcelas das populações não mais aceitavam o modelo de desenvolvimento vigente, que por sua vez havia fracassado. E o continente latino-americano era terreno fértil para a proliferação de ideais socialistas.

Ao seu término, o Vaticano II impõe à comunidade católica o desafio de pôr em prática suas discussões e determinações. Estas serviram para aproximar a Igreja do povo, bem como para ocupar um espaço de influência nos labirintos de uma sociedade moderna e cada vez mais afastada da instituição eclesiástica. Em *O São Paulo* isso é relatado da seguinte maneira:

E, quando acabar de ser lido o DECRETO DE ENCERRAMENTO, quando o povo começar a esvaziar a praça, quando os primeiros prelados, às corridas, irão às suas hospedagens para recolher malas e

---

<sup>52</sup> Boletim Arquidiocesano. Nº 5: dezembro de 1965, p. 01.

pertences em vista de um embarque neste mesmo dia, então sim, podemos dizer: agora vai começar o Concílio [...]

Paradoxal que pareça, mas verdadeiro, porquanto, só então é que o trabalho de seis longos anos começará ser posto em prática. Só então o Concílio começará a produzir seus efeitos [...].<sup>53</sup>

Nessas palavras publicadas em *O São Paulo*, devemos perceber que o concílio não fora terminado com a leitura do decreto de encerramento. Mas, sim, fora iniciado a partir daí. É com o fim da assembleia que começa o desafio da comunidade católica de pôr em práticas suas resoluções. As dificuldades eram imensas, porém os ventos sopravam na direção de uma Igreja rejuvenescida e inspirada a partir da base.

Os esforços em acompanhar o mundo moderno foram muitos, assim como os obstáculos enfrentados. Porém o concílio garantiu, em partes, a inspiração e a manutenção de experiências que vinham sendo estabelecidas em prol de uma maior integração entre a Igreja e a sociedade. Então o Vaticano II abriu as comportas da inovação (SERBIN, 2008, p. 162).

Nas palavras de Rivas Gutierrez,

As contribuições mais valiosas do concílio em matéria social são as seguintes:

1. Um espírito de *solidariedade universal* [...]
2. Uma consciência renovada de que a Igreja, precisamente por ter uma *missão estritamente religiosa* [...], pode iluminar como seu ensino social a convivência humana e empreender as ações de serviço que os sinais dos tempos reclamam [...]
3. O reconhecimento da legítima *autonomia das realidades temporais* [...] é uma chave para compreender a nova postura assumida pela Igreja frente à ciência e sob esta luz devemos discernir os erros cometidos no passado. [...]
4. Como fruto maduro de uma crescente tomada de consciência por parte da Igreja acerca da dignidade da pessoa humana, os padres conciliares, num gesto que poderíamos considerar como o clímax do

---

<sup>53</sup> Jornal O São Paulo. Ano X, nº 514: 05 de dezembro de 1965, p. 01.

referido processo, proclamaram o direito de toda criatura racional à *liberdade religiosa*. [...]

5. O decreto sobre os meios de comunicação social, o qual considera estes como uma das maravilhas da tecnologia moderna.<sup>54</sup>

As orientações do Vaticano II foram preponderantes, bem como os experimentos realizados em fins da década de 1950 e início da de 1960, para o florescimento de uma igreja progressista na América Latina. Ela buscou uma nova missão para a instituição eclesiástica. Seu principal fruto, a Teologia da Libertação (TdL), que almeja fazer dos homens e mulheres pobres sujeitos de sua própria história, foi seu cartão de visita, tendo esse se estruturado a partir de 1968.

Essa visão de Igreja acompanhada de sua versão teológica influenciou inúmeros clérigos, leigos e movimentos no continente latino-americano. É sua opção pelos pobres que balançará os alicerces das relações políticas e sociais do catolicismo com a sociedade na América Latina.

No Brasil, em especial, na Arquidiocese de Olinda e Recife, as orientações do Vaticano II, da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano e, posteriormente, da Teologia da Libertação terão um espaço privilegiado de atuação. Isso porque o arcebispo Dom Helder Câmara será um dos principais incentivadores das inovações defendidas por essa nova forma de ser Igreja, que caracterizam esses espaços acima. Nesse contexto de renovação da instituição eclesiástica e da tradição de lutas dos povos pobres do campo de Pernambuco, surge a Ação Católica Rural, movimento que pode ser encarado com um exemplo concreto desse processo intensamente dinâmico.

## **1.2. Geração, parto e crescimento de uma teologia periférica**

Na América Latina, a Igreja Católica sempre foi uma instituição importante, desde o período da colonização até os dias atuais. Nesses mais de cinco séculos de presença, a instituição eclesiástica passou por várias etapas. Diversos historiadores apresentam pesquisas que apontam essas divisões. Em nosso trabalho, não teríamos

---

<sup>54</sup> RIVAS GUTÍERREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 54-56.

como propor tal iniciativa, pois demandaria anos de pesquisas. No entanto podemos destacar uma delas, que achamos bastante pertinente.

Essa é a divisão proposta por Enrique Dussel<sup>55</sup>. Esse autor separa a história da Igreja em nosso continente em três grandes períodos: o primeiro é o *regime de cristandade colonial* (1492-1807), alicerçado na aliança entre a instituição eclesiástica romana e o estado, entre a cruz e a espada, entre a evangelização e o poder temporal; o segundo é denominado de *crise da cristandade colonial* (1807-1962), ligado às independências das colônias espanholas e às ascensões dos governos liberais neocoloniais, dependentes históricos da Inglaterra, França e, posteriormente, dos Estados Unidos. Com a formação dos estados liberais, a Igreja católica passa a depender diretamente de Roma, além de ter se introduzido o protestantismo; o terceiro começa a partir do Vaticano II, aqui ocorre o confronto entre a *igreja dos pobres* e a *igreja de cristandade*. Vale salientar que essa periodização não é uniforme. O próprio Dussel subdivide essas etapas maiores em pequenos períodos.

Nessa divisão percebemos o quanto o catolicismo na América Latina foi plural. Viveu-se paralelamente uma crença romana institucional e outra popular. Momentos de avanços e recuos, alianças e embates compõem a história dessa instituição eclesiástica. Os discursos e as práticas pastorais refletem o contexto político do presente. A Igreja ora impõe ora reage aos desafios contemporâneos enfrentados por nossa sociedade ao longo do processo histórico. Assim ela persiste por mais de quinhentos anos com grande influência perante a população e os governos.

Na ótica de Leonardo Boff, a entrada do cristianismo no continente americano teve uma característica peculiar, que se reflete de maneira hegemônica no seu caminhar histórico até os dias atuais, sendo apenas confrontada pela versão teológica defendida pela igreja dos pobres. Essa se explica nas seguintes palavras:

Durante quinhentos anos houve um processo, ainda em curso, de *negação do outro*. Desde a colonização e a Conquista, os povos do sul não foram reconhecidos como sujeitos e *protagonistas* na organização socioeconômica, política, cultural e religiosa. Negaram-lhes o seu

---

<sup>55</sup> DUSSEL, Enrique (Org.). *História liberationis: 500 anos de história da igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 05-32

modo de viver como seres humanos e os substituíram pelo do ocidente.<sup>56</sup>

Como veremos mais adiante, são justamente esses povos do sul colonizados por reis católicos e, posteriormente, por países de tradição protestante, que serão os principais motivos de atuação da igreja dos pobres e de sua versão teológica.

Com essa periodização, podemos visualizar que a igreja dos pobres, na última etapa apontada por Dussel, surge a partir da segunda metade do século XX. A partir daí se desenvolve, cercada de significações e originária de uma região do globo considerada periférica, a Teologia da Libertação. Essa é a principal contribuição do continente latino-americano para o cristianismo internacional no século passado. Na ótica de Löwy, ela é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960<sup>57</sup>. Contudo tem sua dimensão teórica construída a partir de um corpo de textos produzidos na década seguinte. Também é considerada o braço teórico da Igreja progressista da América Latina.

O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez foi o primeiro a usar a expressão *Teologia da Libertação*, em julho de 1968. Esta se concebe como uma reflexão crítica sobre a experiência de fé vivida pelos cristãos nas lutas de libertação (BOFF, 1996, p. 18).

Löwy ainda propõe chamá-la de cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática<sup>58</sup>.

O documento oficial de seu nascimento data de 1971. Nesse ano foram publicados os primeiros textos sistemáticos da Teologia da Libertação, no Peru, no Uruguai e em outras partes da América Latina<sup>59</sup>.

No fomento de seu arcabouço teórico

[...] pode-se dizer que a produção da TdL ocorre em um duplo lugar: o *lugar da fé*, neste caso as comunidades de base, a igreja dos pobres que vivem a fé e querem compreender os seus problemas à luz da fé; o

<sup>56</sup> BOFF, Leonardo. *Teologia da Libertação: balanço e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996. p. 50.

<sup>57</sup> LÖWY, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>59</sup> BOFF, *Op.Cit.*, p. 10.

*lugar social*, onde se pratica a opção pelos pobres, as maiorias empobrecidas e esmagadas por condições desumanas de existência.<sup>60</sup>

Em sua formação teórica, bem como em sua prática, a teologia periférica utiliza constantemente o termo libertação. Esse verbete carrega inúmeros significados nessa versão teológica, que se apresenta em diversas ramificações. Entretanto podemos diluir esses em apenas um: a formação de um novo estado de consciência.

Notadamente essa recente consciência moldará uma renovada maneira de agir. Gustavo Gutiérrez aponta que essa nova forma de ação deve ser alicerçada em uma transformação radical da realidade existente. Onde

[...] torna-se cada vez mais evidente que os povos latino-americanos não sairão de sua situação a não ser mediante uma transformação profunda, uma revolução social que mude radical e qualitativamente as condições em que vivem atualmente. Os oprimidos no interior de cada país vão tomando consciência – lentamente, é verdade – de seus interesses de classe e do penoso caminho a percorrer até a ruptura do atual estado de coisas, e – mais lentamente ainda – do que implica a construção de uma nova sociedade.<sup>61</sup>

Essa mesma perspectiva é apontada por Leonardo Boff. Todavia este alerta que as causas de toda essa situação de infortúnio devem ser entendidas pelos cristãos a partir da superação de amarras da consciência, tais como: o moralismo, a utopia e o idealismo. Neste sentido

O importante reside na identificação da causa geradora do empobrecimento e do dinamismo de sua perpetuação. Deve-se, aqui, superar o moralismo, a utopia e o idealismo, tão frequentes entre os cristãos, que se expressam com rodeios, tais como: a raiz de todos os males reside no egoísmo humano; frente a ele, deve-se postular uma sociedade fraterna, justa e cristã, que se atinge mediante a solidariedade, a corresponsabilidade e a prática do amor. Tais generalidades não ajudam diagnosticar a realidade conflitiva, nem preparam uma saída viável. Deve-se descer às determinações

---

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>61</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 146.

concretas e históricas que sirvam de razão à situação de pobreza generalizada.<sup>62</sup>

Nota-se que esse conceito de libertação está intimamente ligado a outro, o de dependência, e implica em uma recusa global do sistema desenvolvimentista e uma denúncia de sua estrutura subjugadora. Urge romper com a rede de dependências. Essa ruptura não se faz sem conflito (BOFF, 1980, p. 17).

Evidentemente que não podemos falar em processo libertador sem atrelarmos tal iniciativa a uma luta árdua contra as redes de dependências econômica, política, social, cultural etc. que envolvem os povos latino-americanos. A dialética existente entre o binômio dependência e libertação é o alicerce que estrutura a teologia periférica.

Tal estrutura ergueu-se a partir de um processo lento e conflitivo, que alcança historicamente seu momento mais complexo a partir de um aprofundamento das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nesse instante aceleram-se no continente latino-americano tais distinções. Daí irrompe o questionamento, qual é a causa dominante que explica a pobreza das grandes maiorias periféricas dentro do modelo capitalista? Deve-se afirmar que a pobreza dos países subdesenvolvidos é consequência dos países desenvolvidos de nosso sistema ocidental (BOFF, 1991, p. 59). Em consequência, prolifera-se um imenso cenário de contestação, no qual os povos oprimidos buscam desvencilhar-se das amarras da dependência. Emergem os conflitos envolvendo trabalhadores do campo e da cidade. Avançam os sindicatos, os movimentos de camponeses e os partidos políticos de esquerda.

Nesse tocante, podemos então visualizar a emergência de uma práxis libertadora em nosso continente, em que a liberdade proposta pela ideia de libertação é uma palavra-processo, palavra-ação intencionalmente orientada a uma práxis que liberta *de e para*. Nesse sentido a experiência sócio-política do subdesenvolvimento como estrutura de dependência e de dominação do centro sobre a periferia levou à consciência de libertação (BOFF, 1980, p. 18-19).

O teólogo Gustavo Gutiérrez afirma que:

---

<sup>62</sup> BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 58-59.

Entre os grupos e pessoas que levantaram a bandeira da libertação latino-americana, a inspiração socialista é majoritária e representa o veio mais fecundo e de maior alcance. Não se trata, porém, de orientação monolítica. Aos poucos delinea-se uma diversidade teórica e prática. As estratégias e práticas são distintas e, em muitos casos, até divergentes.<sup>63</sup>

Na segunda metade do século XX, o mundo passa por um período conturbado, em especial a América Latina. As estruturas econômicas dão sinais de esgotamento. O modelo de desenvolvimento adotado sofre com críticas e reivindicações de numerosas parcelas da população. As massas levantam-se contra as desigualdades sociais e em prol de uma participação política maior.

Avançam as forças de esquerda. Os partidos e movimentos crescem. A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, influencia toda uma geração. Notadamente a ideologia marxista põe em suas fileiras milhares de militantes.

A Igreja também passa por tempos de mudanças. O Vaticano II imprime uma nova agenda ao catolicismo. Parte da comunidade católica latino-americana segue essa iniciativa e igualmente empunha a bandeira da libertação. Inspirada na luta contra a dependência e opressão dos povos pobres, brota, portanto, a primeira teologia latino-americana e, de modo geral, *a primeira teologia da periferia*, do sul do mundo (BOFF, 1996, p. 18).

Gustavo Gutiérrez observa essa movimentação histórica da Igreja e de seus membros, bem como do continente latino-americano da seguinte maneira:

[...] uma percepção melhor da trágica realidade do continente, as nítidas tomadas de posição que a polarização política acarreta, o clima de participação mais ativa na vida da Igreja criado pelo concílio e o impulso dado pela conferência episcopal de Medellín levaram o setor sacerdotal (e religioso) a ser hoje um dos mais dinâmicos e inquietos da Igreja latino-americana.<sup>64</sup>

Em nosso continente é fácil identificar, no seio da sociedade, alguns dos principais elementos que moldaram a teologia periférica, como também é conhecida a

---

<sup>63</sup> GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 159.

Teologia da Libertação e, levaram a Igreja, a partir de uma reflexão mais profunda, a torna-se dinâmica no que concerne a sua práxis, por exemplo: o capitalismo dependente, a violência institucionalizada, as injustiças sociais, a opressão política etc.

Fator importante para identificação com a teologia periférica diz respeito à compaixão, ou seja, a noção de que o indivíduo tem de se contrapor à situação de opressão e miséria em que os pobres se encontram. Nesse sentido,

[...] a teologia da libertação pressupõe um protesto enérgico ante a situação que significa:

- No nível social: opressão coletiva, exclusão e marginalização;
- No nível humanístico: injustiça e negação da dignidade humana;
- No nível religioso: pecado social 'situação contrária ao designo do criador e à honra a ele devida'.<sup>65</sup>

Torna-se relevante ainda mencionar os passos que deveriam ser dados para sair da situação acima citada e, conseqüentemente, concretizar a libertação. O primeiro deles é ter o cuidado para não se deixar levar por medidas assistencialistas ou reformistas, pois elas não mudarão as estruturas em que os pobres estão inseridos. No segundo, podemos destacar a reflexão que desembocará em uma prática. Esta se caracteriza como:

[...] refletir a partir da prática, no interior do imenso esforço dos pobres com seus aliados, buscando inspirações na fé e no evangelho para o compromisso contra a sua pobreza em favor da libertação integral de todo o homem e do homem todo.<sup>66</sup>

Nesse contexto a TdL tornou-se uma ponte ágil e concreta que encurtava o caminho entre a instituição eclesial e seus fiéis ávidos por mudança. No bojo desses acontecimentos o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), criado no ano de 1955, fez-se um importante espaço para a discussão, elaboração, organização e difusão da teologia libertadora. Também tirou, do isolamento de suas dioceses, os bispos que se

<sup>65</sup> BOFF, Clodovis. BOFF, Leonardo. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 14.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 22.

encontravam presos aos afazeres diocesanos, para colocá-los em contato uns com os outros e, assim, poderem observar que as dificuldades enfrentadas em suas dioceses eram similares. As conferências de Medellín e Puebla, realizadas, respectivamente, nos anos de 1968 na Colômbia e 1979 no México, foram seus pontos máximos.

Essas duas importantes reuniões da hierarquia católica e do laicato tornaram-se marcos na história da Igreja em nosso continente. Foram esforços de dialogar com a sociedade à luz do Vaticano II. Fomentaram discussões e textos que traduzem a preocupação e a necessidade do envolvimento direto da instituição religiosa com os temas mais peculiares envoltos na sociedade. Temáticas que englobam, de um lado, o desenvolvimento, a justiça, a paz e, do outro, questões internas à instituição religiosa, tais como: a liturgia, a catequese, a formação do clero, os movimentos de leigos, a família etc. Nesse sentido, Medellín e Puebla ajustaram esses assuntos à realidade cotidiana da instituição e dos fiéis.

Nesse momento histórico, nas palavras de Dussel,

[...] a Igreja deixa de ser uma instituição à margem da história latino-americana, que reagia diante dos acontecimentos externos em defensiva, para se transformar em protagonista histórica a partir da vida real, política, econômica, cultural e religiosa do povo, dos pobres explorados.<sup>67</sup>

No que tange à reunião de Medellín, percebemos que o episcopado, por meio de seu documento final, profere um discurso abrangente e significativo no que concerne à fé, à política, à economia etc. Tal iniciativa é fruto também da concorrência que a Igreja sofria. Nesse momento avança perante as massas as forças de esquerda e outras religiões, em especial, o cristianismo protestante. A instituição eclesial tinha que dar uma resposta convincente com as necessidades dos povos oprimidos. Dessa maneira, parte de sua retórica sofre uma mudança. Visualizamos tal alteração nas conclusões da II conferência do CELAM (1987, p.10), onde se diz que “a igreja latino-americana tem uma mensagem para todos os homens que, neste continente, têm ‘fome e sede de justiça’”.

Ainda nas conclusões de Medellín, observamos que a Igreja latino-americana coloca a Teologia da Libertação como um caminho a ser adotado pelas populações,

---

<sup>67</sup> DUSSEL, *Op. Cit.*, p. 263.

diante de uma condenação explícita ao capitalismo liberal e ao comunismo como sistema a serem seguidos.

O sistema capitalista liberal e a tentação do sistema marxista pareciam esgotar em nosso continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Ambos atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem como pressuposto a primazia do capital, o poder do mesmo e sua discriminante utilização em função do lucro. O outro, embora ideologicamente sustente um humanismo, olha com exclusividade o homem coletivo, e na prática se traduz numa concentração totalitária do poder do Estado. Devemos denunciar que a América Latina se vê encerrada entre estas duas opções e permanece dependente dos centros de poder que canalizam sua economia.<sup>68</sup>

Nesse trecho do documento final da reunião de Medellín, observamos que o episcopado diagnostica que a América Latina encontra-se em uma encruzilhada ideológica que levará, conseqüentemente, à dependência econômica e política de um determinado centro de poder, seja ele os Estados Unidos ou a União Soviética. Ambos eram as grandes lideranças dos blocos econômicos e de poder que representavam. Então se coloca, de um lado, o sistema capitalista que corrói o homem em função do lucro financeiro; e do outro, o comunismo que defende a concentração de poder nas mãos do Estado, em prol exclusivamente do homem coletivo. Dessa forma os adeptos da igreja progressista se apresentam como uma terceira via, defendendo reformas estruturais no seio da sociedade latino-americana.

Esses são ingredientes que compõe o contexto mais amplo da Guerra fria, e de alguma forma levaram a Igreja na América Latina a agir e voltar a desempenhar um papel central no intrincado xadrez político do nosso continente. Sua opção pelos pobres, evidenciada a partir de 1968 e reafirmada em 1979, torna-se elemento primordial para sua nova práxis, que de acordo com os teólogos progressistas visava à libertação integral do homem e da mulher. Além de moldar as ações de inúmeros movimentos que se fazem presente nesse cenário cada vez mais politizado, entre eles a Ação Católica Rural.

---

<sup>68</sup> CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). *Conclusões de Medellín/II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 14.

Então para um melhor esclarecimento sobre o desenrolar da Teologia da Libertação, adotaremos uma divisão simples, todavia significativa no que concerne ao espírito dessa versão teológica. Três tópicos englobam momentos importantes de seu caminhar que envolvem a sua gestação, o seu parto e o seu crescimento.

Essa divisão segue o raciocínio levantado por José Ramos Regidor<sup>69</sup>. O mesmo divide historicamente a Teologia da Libertação em pelo menos quatro períodos. São estes: 1) gestação e gênese; 2) difusão e crescimento; 3) consolidação; e 4) revisão e novo impulso. Deixaremos de lado a quarta fase, pois a mesma compõe-se de um período mais recente, em que se contempla em especial a década de 1990, e que não é nosso objeto de estudo. Entretanto, no decorrer de nossa narrativa, muitas vezes os caminhos, que compõem as três primeiras etapas, irão se cruzar, ou mesmo seguir juntos.

### **1.2.1. Gestação**

Filha de uma confrontação entre a fé e as injustiças aos pobres, surge a Teologia da Libertação. Sua gestação ocorre na América Latina, e estão, intrínsecos ao seu arcabouço teórico, elementos peculiares da vida cotidiana em nosso continente. A opressão, a miséria, a dominação e o subdesenvolvimento são peças-chaves para entender a criação desse novo cristianismo nascido na periferia do mundo e da própria instituição religiosa, assim como o processo libertador que o caracteriza.

Na divisão que propomos para um melhor esclarecimento do caminhar da teologia periférica, o período inicial é o da gestação. Esse se estende desde os fins da década de 1950 até a conferência de Medellín, em 1968. Durante esses anos aceleraram-se os acontecimentos, e as mudanças ocorrem. A Igreja passa por um concílio ecumênico, o Vaticano II, que modifica sua relação com o mundo, com a hierarquia eclesiástica e com os fiéis.

Seu término acontece com a II conferência geral do CELAM, que aponta novos discursos e práticas a serem postos em ação. Vale salientar que, nesses anos, o catolicismo saiu de uma posição tradicionalmente elitista para figurar como opção

---

<sup>69</sup> REGIDOR, José Ramos. *Vinte cinco anos de Teologia da Libertação*. p. 17-97. In: BOFF, Leonardo. *Teologia da Libertação: balanço e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996. Nessa obra o autor faz uma análise crítica da história da teologia da libertação. São divididos os períodos e apontadas dificuldades, êxitos e perspectivas que se fizeram presente no caminhar dessa versão teológica.

ideológica na luta contra o modelo de desenvolvimento adotado e suas consequências na América Latina. Por sua vez, Dussel afirma que a Igreja abandona a posição narcisista anterior de lutar na defesa de seus direitos (ao ensino, ao culto etc.), para defender os direitos do outro, do pobre, do indefeso, de quem não tem voz (DUSSEL, 1992, p. 267).

Organismos como as juventudes católicas, leiam-se a operária (JOC), a universitária (JUC) e a agrária (JAC), os movimentos de educação de base e as ações católicas, entre elas a Ação Católica Operária (ACO) e a ACR, ilustram parte dessa posição. Esses movimentos são instrumentos para uma nova forma de fazer igreja, que consistia em uma aproximação maior com os problemas das camadas populares. Muitos foram influenciados por experiências ocorridas na Europa, onde correntes teológicas da França e da Alemanha inovavam na forma de fazer seus trabalhos pastorais. São os padres operários franceses e a divisão da ação católica, bem como suas juventudes em segmentos, que inspiram muitas dessas realizações empreendidas deste lado do mundo.

Para José Ramos Regidor esse primeiro momento pode ser batizado como de gestação e gênese. Na visão do autor, esse período inicial caracteriza-se da seguinte maneira:

*[...]gestação (1962-1968) e gênese (1969-1971): do concílio Vaticano II inaugurado por João XXIII (1962) e encerrado por Paulo VI (1965) até a II Conferência Episcopal Latino-Americana, que se realizou em Medellín (Colômbia), em agosto de 1968. Tentava-se a abertura a um mundo diferente daquele do norte, mundo marcado pela secularização e pelo ateísmo, mas sim pela situação de pobreza e miséria das maiorias do continente americano.<sup>70</sup>*

Já na visão de Enrique Dussel, esse período que vai de fins da década de 1950 até 1968 é um momento de preparação e amadurecimento. Em suas palavras, os anos que compreendem o espaço temporal entre 59 e 68, são como a grande renovação preparatória aos grandes acontecimentos (DUSSEL, 1992, p. 245).

Durante esses anos devemos perceber que não é só na América Latina que existe um contexto adverso à maioria da população. A partir do momento que caracterizamos os países pobres como dominados e oprimidos, e os percebemos mergulhados em um mar de miséria, nos levaremos a falar em uma libertação econômica, social e política.

---

<sup>70</sup> *Ibid.*, p.18-19.

Estariam em jogo, porém, uma visão muito mais integral e profunda da existência humana e de seu devir histórico (GUTIÉRREZ, 2000, p. 83).

No caso específico de nosso continente, Gustavo Gutiérrez afirma que:

[...] caracterizar a América Latina como um continente dominado e oprimido leva, naturalmente, a falar de libertação e, sobretudo, a participar no processo que a ela conduz. De fato, trata-se de um termo que exprime uma nova postura do homem latino-americano.<sup>71</sup>

Esses elementos característicos da América Latina, bem como o desafio proposto pelo Vaticano II em modernizar-se, levou a Igreja latino-americana a criar e difundir uma teologia que propaga discursos e ações coerentes com as realidades adversas da maioria de seus fiéis. Portanto é uma teologia nova, sendo

[...] a primeira teologia histórica que nasce da periferia do cristianismo e que apresenta um novo modo de fazer teologia, com uma sistematização coerente dos conteúdos da fé. Coloca em seu centro a prática de libertação com os pobres. Por isso é profética, denunciando as opressões. É pastoral, porque se interessa por transformações práticas. É militante, porque as transformações devem ser feitas a partir dos pobres e abertas a todos os demais.<sup>72</sup>

Ações desencadeadas desde o final da década de 1950, tais como: as experiências de padres operários franceses, novas perspectivas teológicas oriundas da Alemanha, a eleição de João XXIII, a maior participação do leigo nas atividades da instituição etc, colocam a Igreja ao lado dos menos favorecidos no conflito por uma vida melhor contra os detentores dos meios de produção, inspiram um movimento mais amplo e forte que surge na instituição religiosa com o objetivo de adaptar as reflexões do concílio Vaticano II à realidade da América Latina.

Mesclando análises das ciências sociais e de uma nova interpretação de textos bíblicos, os teóricos da libertação fazem surgir uma nova forma de pensar e agir da Igreja perante as classes menos abastadas do sistema capitalista. Baseada na libertação integral do homem e da mulher pobre, essa novidade teológica se fez necessária em

---

<sup>71</sup> GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*, p. 145.

<sup>72</sup> BOFF, 1996, p. 13.

nosso continente, pois os discursos e as práticas tradicionais do catolicismo não mais identificavam-se com as mudanças reivindicadas pelos oprimidos.

Podemos também destacar nesse processo instituições que agruparam e contribuíram de alguma forma com episcopado latino-americano e, conseqüentemente, ajudaram no fomento de discussões sobre as temáticas que envolviam nosso continente e a Sé apostólica. Essas são: o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM); a Pontifícia Comissão para a América Latina (CAL), provida por Pio XII, em 1958; a Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR), criada no pontificado de João XXIII, em 1959; e o Conselho Geral da CAL (COGECAL), criado por Paulo VI, em 1963.

Quando mencionamos as origens da Teologia da Libertação, devemos nos remeter a uma análise mais ampla do processo histórico, e não ficarmos presos a elementos meramente religiosos. Só assim conseguiremos entender o início do processo de libertação, bem como do próprio cristianismo libertador.

Apresentam-se então algumas interrogações ao fato do surgimento dessa nova teologia ou cristianismo da libertação na América Latina, tais como: por que a Igreja ou parte dela se faz presente nos embates derivados da dialética capital/trabalho, agora diretamente ao lado dos trabalhadores, pobres e excluídos? Qual seu intuito imediato e em longo prazo com esse posicionamento?

Para Michael Löwy, esses questionamentos podem ser respondidos a partir de ao menos quatro hipóteses sobre a origem do cristianismo da libertação. A primeira explicação afirma que a Igreja mudou para não perder sua influência, o que se deveu ao avanço de correntes religiosas (protestantismo), concorrência política (partidos e movimentos de esquerda), queda no recrutamento de padres e crise financeira.

Na segunda, adota-se a análise da esquerda cristã, afirmando que a Igreja mudou porque o povo “tomou conta” das instituições, conseqüentemente fazendo com que ocorresse a conversão de ações a seu interesse.

Já na terceira, coloca-se que a teologia da libertação é como um movimento social, e, por sua vez, teria surgido a partir de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja, que ocorreram ainda na década de 1950, tendo se desenvolvido da periferia para o centro da instituição.

Por último, na quarta explicação, atribui-se a mudança a partir de duas frentes: de um lado, o contexto interno, composto pelo desenvolvimento de correntes teológicas

novas, em especial, na Alemanha e na França, de novas formas de cristianismo social (padres operários); abertura às preocupações modernas na filosofia e nas ciências sociais; o pontificado de João XXIII e o concílio Vaticano II. Do outro, o contexto externo, formado a partir dos anos 50, pela industrialização subdesenvolvida do continente latino-americano e a revolução cubana.

Na visão de Leonardo Boff,

[...] a teologia da libertação (TdL) nasceu e se desenvolveu na América Latina, em um processo histórico caracterizado pela articulação de duas realidades históricas:

- 1) Em primeiro lugar, uma realidade sociopolítica: o movimento popular, o despertar dos oprimidos, a conscientização dos povos empobrecidos e a sua organização para lutar contra a pobreza. [...]
- 2) Uma realidade cristão-eclesial, presente nesses movimentos em favor dos pobres e empenhada nessa práxis libertadora. Isso ocorreu sobretudo nos grupos e nas associações operárias e estudantis de inspiração cristã e na experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).<sup>73</sup>

Já para Clodovis Boff, que privilegia em sua análise as condições econômicas e religiosas, a Teologia da Libertação surge da confrontação da fé com a injustiça social aos pobres, sendo estes os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados – são os peões e posseiros do campo, boias-frias como mão de obra sazonal (BOFF, 1985, p. 15).

Todas essas explicações possuem um alto grau de veracidade. Foram necessidades internas e externas que levaram ao surgimento dessa teologia. Aqui não iremos apontar meramente uma dessas respostas como sendo a correta, mas, sim, trabalharemos com uma ampla análise desse processo que contempla todas essas justificativas, pois acreditamos que sua construção deriva de uma dialética permanente que envolve a relação entre Igreja e sociedade.

Caso viéssemos a reduzir a sua origem a uma dessas explicações, estaríamos correndo o risco de diminuir o processo que levou à sua criação, bem como à sua

---

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 17.

expansão e penetração na sociedade. E notadamente a colocaríamos como sendo uma consequência direta de um desses elementos citados nas justificativas acima e não perceberíamos o quanto essa marcha foi plural.

É importante ainda perceber que todo esse processo é fruto de posicionamentos de indivíduos. Homens e mulheres, religiosos e leigos, transformaram por meio de suas formas de pensar e agir partes das estruturas da instituição eclesial. Madeleine Adriance afirma que a mudança na Igreja ocorreu graças a uma combinação de fatores nos dois níveis: o das pessoas comuns e o hierárquico (ADRIANCE, 1996, p. 27).

Sem essa perspectiva de mudança dos indivíduos, sejam eles membros da hierarquia ou leigos, toda e qualquer explicação sobre o início da teologia periférica se tornaria vazia. Isso porque foi por meio dessas pessoas que a Teologia da Libertação nasceu e se expandiu, tornando-se uma versão teológica importante e atuante não só na América Latina, mas em todo o mundo.

No que tange aos campos iniciais de ação, podemos destacar: os movimentos católicos laicos (Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Universitária Católica – JUC etc.), movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e as comunidades eclesiais de base (CEBs). Sendo estas últimas, fundadas no Brasil a partir de 1956 (BOFF, 1996, p. 17).

Outro fator relevante diz respeito aos que produziram o arcabouço teórico e disseminaram as ideias: as ordens religiosas (dominicanos, jesuítas, capuchinhos, franciscanos), equipes de especialistas que trabalhavam para os bispos ou conferências, padres estrangeiros (França, Espanha e América do Norte) e movimentos leigos.

No que concerne à parte teórica, podemos ainda observar que a Teologia da Libertação se sustenta em três pilares, como afirmam os irmãos Boff<sup>74</sup>. Seriam: o profissional, o pastoral e o popular, que, por sua vez, ocupariam o espaço denominado de níveis básico, médio e elevado. Esse nivelamento possui uma ligação direta com a confrontação da fé cristã em face da situação de opressão vivida pelos pobres. Para um melhor entendimento, vejamos o organograma abaixo.

---

<sup>74</sup> BOFF, 1985. Nesta obra os irmãos Clodovis e Leonardo Boff, tratam, entre outras coisas, de refletir sobre os espaços ocupados pelos personagens que produzem o arcabouço teórico e põem em prática a Teologia da Libertação.



**Figura 1 Organograma Realizado por Pedro Henrique Pachêco da Silva. Fonte: BOFF (1985).**

A partir dessa estrutura, podemos observar os diferentes espaços ocupados por esses níveis. No entanto torna-se claro que todos os níveis estão intrinsecamente ligados entre si e imbuídos da mesma prerrogativa para sua reflexão e seu modo de agir: o confronto da fé cristã em face da situação de opressão dos pobres.

Deve-se também mencionar que os espaços/níveis são fluidos, ou seja, para o teólogo refletir, ele deve conhecer a realidade e discutir com as CEBs e os círculos bíblicos. Lembrando que estes também promovem uma teologia, embora esta não seja elaborada a partir de modos científicos, mas sim por meio de elementos cotidianos de suas vidas.

Dessa maneira podemos então sinalizar que o cristianismo libertador consiste em um fenômeno eclesial e cultural por demais rico e complexo para indicar somente teólogos de profissão. Trata-se, na verdade, de um tipo de pensamento que atravessa em boa parte todo o corpo eclesial, especialmente no terceiro mundo (BOFF, 1985, p. 25).

Com relação a seu discurso, a Teologia da libertação adotou plenamente os valores modernos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e a separação entre a Igreja e o Estado (Löwy, 2000, p. 88).

Até o concílio Vaticano II, o pensamento católico condenava os avanços/ideais modernos e não permitia o uso de análises das ciências sociais como base para seus estudos. Após a reunião ecumênica e a incorporação de modelos científicos específicos, as interpretações católicas ganham a oportunidade de enriquecer seu discurso, além de ampliar sua penetração na sociedade. Muito embora alguns conceitos conservadores cristãos (como o aborto, o divórcio, o uso do preservativo) não sejam assuntos tratados

por teóricos da libertação. Outro fator importante diz respeito à hierarquia católica, pois embora alguns reclamem da ordem imposta, a imensa maioria acaba por segui-la.

Embora defendendo alguns valores políticos da modernidade representados pela Revolução Francesa, a teologia da libertação adota uma postura bastante crítica em face de outro aspecto moderno, a civilização industrial e suas desigualdades.

Nesse sentido, podemos destacar alguns temas característicos do discurso da teologia da libertação, entre eles: 1. *A crítica constante ao sistema capitalista*, que produz um excessivo número de pobres em face da concentração de riquezas nas mãos de uma pequena elite; 2. *Privatização da fé/adoração do capital*: aqui os teólogos da libertação afirmam que o capitalismo promove a profanação da fé religiosa por uma adoração constante ao capital, dessa forma se perdem alguns valores e o sentido de comunidade coletiva em troca dos ideais individuais do capital. 3. *Individualismo X comunidades eclesiais de base (CEBs)*: uma das medidas defendidas pelo cristianismo da libertação está na valorização das CEBs, pois essas seriam as potenciais defensoras e perpetuadoras das comunidades coletivas. Isso iria de encontro ao projeto individualista proposto pelo capitalismo.

Assim estaria intrínseca na Igreja Católica uma tradição específica de condenação ao capitalismo. A Teologia da Libertação poderia ser parte desse contexto, no entanto, com suas devidas características.

Isso posto, observamos que muitos, ou quase que majoritariamente os discursos de oposição, dentro e fora da Igreja, à Teologia da Libertação, se resumem a classificá-la como sendo comunista, ou, no mínimo, ainda tendo uma aliança perigosa e prejudicial com os seguidores da doutrina marxista. É inegável que o cristianismo da libertação utiliza-se de análises das ciências sociais, e entre elas estão os estudos marxistas. Contudo alguns desses aspectos são deixados de lado, entre eles: o ateísmo e o materialismo dialético.

Tal fato gerou discussões ferrenhas para a Teologia da Libertação: de um lado, a Igreja Católica, que condena de uma forma ampla o comunismo; do outro, os partidos de esquerda de alguns países latino-americanos, que afirmavam que o cristianismo da libertação era apenas mais um instrumento para a manutenção do seu poder e influência, e também que a libertação não se daria nesse momento (décadas de 1960 e 1970), pois as forças capitalistas ainda não haviam se desenvolvido completamente em nosso continente.

Todavia devemos ressaltar que a Teologia da Libertação, apesar das críticas feitas a ela por setores da Igreja, da sociedade e de partidos de esquerdas, teve um papel importante nos embates existentes na América Latina e no Brasil durante quase três décadas (1960, 1970 e 1980). Seus defensores, sejam eles membros da hierarquia eclesiástica ou leigos, incentivaram e organizaram lutas e reivindicações de parcelas pobres da população latino-americana, além de defenderem os direitos humanos e, conseqüentemente, condenarem as ditaduras militares impostas a nossa sociedade. A Ação Católica Rural é um exemplo concreto desse posicionamento teológico e político. Apesar de a ACR ser criada antes da publicação dos primeiros textos do cristianismo da libertação, a mesma carrega consigo alguns desses elementos.

### 1.2.2. Parto

Gestada a partir do casamento da Igreja com os pobres na América Latina, durante cerca de aproximadamente dez intensos anos, nasce a primeira teologia latino-americana. Batizada pelo nome de Teologia da Libertação, seu parto se dá na II Conferência Geral do CELAM, em 1968, na cidade colombiana de Medellín.

Estavam presentes ao seu nascimento várias pessoas e órgãos ligados à Igreja Católica. Entre eles podemos destacar: a CLAR, a CAL, o COGECAL, as conferências episcopais nacionais, o clero secular, núncios apostólicos, peritos e leigos. Além de observadores de outras religiões, nesse caso: os evangélicos e os ortodoxos.

Medellín foi um marco na história do cristianismo na América Latina. Seus efeitos até hoje podem ser sentidos. Nas palavras de Oscar Beozzo, podemos ter uma ideia da importância dessa reunião:

Indubitavelmente, há na história da Igreja na América Latina um antes e um depois de Medellín. Naqueles poucos dias, consolidou-se a consciência de uma identidade eclesial latino-americana, ficando claros os imensos desafios e as novas tarefas que incumbiam aos cristãos da América Latina e às igrejas de cada país frente à realidade, tanto eclesial, quanto econômica, política e social.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> BEOZZO, José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 153.

Este segundo tópico, envolvendo a Teologia da Libertação, apresenta-se como sendo o parto. Nele destacaremos a II conferência geral do CELAM, popularmente conhecida pelo nome da cidade onde foi realizada, Medellín. Ela será analisada a partir da importância que teve para a Igreja na América Latina, para a consolidação da chamada *igreja dos pobres* e, principalmente, para a construção do cristianismo libertador.

A Igreja latino-americana chega a Medellín depois de uma década de intensos e profundos acontecimentos. Por um lado, uma efervescência dentro da instituição eclesial, causada, especialmente, pelo Vaticano II, mas também, pelas novas posturas adotadas por membros da hierarquia e leigos que almejavam a uma práxis renovada do catolicismo em nosso continente. Por outro, um mundo mergulhado na guerra fria, na qual não existia meio termo; ou se era a favor do capitalismo ou do socialismo. Sem falar do significativo ano de 68 para a população mundial, quando inúmeros questionamentos são feitos e tabus são quebrados no seio da sociedade.

Na América Latina, o cenário não era animador. O subdesenvolvimento fazia suas vítimas. A miséria e a opressão estavam intrínsecas à nossa sociedade. A politização aumentava em todos os setores sociais. Forças de esquerda e direita duelavam pelo poder político. Debatia-se a questão da revolução com inspiração na experiência cubana e chinesa. Irrompia a luta armada. O método de guerrilha era adotado. O período das intervenções militares com apoio estadunidense já havia começado. O Brasil foi a primeira vítima no cone sul, em 1964.

Nas conclusões de Medellín esse contexto é definido da seguinte maneira:

O momento histórico atual de nossos povos se caracteriza, na ordem social e do ponto de vista objetivo, por uma situação de subdesenvolvimento, revelada por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (neocolonialismo). E do ponto de vista subjetivo, pela tomada de consciência dessa mesma situação, que provoca em amplos setores da população

latino-americana atitudes de protesto e aspirações à libertação, ao desenvolvimento e à justiça social.<sup>76</sup>

Diante desse quadro, realiza-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Esta busca adaptar as reflexões do concílio ecumênico, convocado por João XXIII, ao cenário do nosso continente. Percebendo que se o Vaticano II tentou adaptar a Igreja Católica ao mundo moderno, a conferência de Medellín procurou ajustá-la à realidade latino-americana, de capitalismo dependente, miséria e exploração (SALEM, 1981, p. 39).

Nas palavras de Dom Avelar Brandão, então arcebispo de Teresina e presidente do CELAM, publicadas no jornal *O São Paulo*, percebemos o quanto essa preocupação norteou a reunião episcopal. Vejamos:

Esta é uma oportunidade [ú]nica para a Igreja e a mensagem de que é portadora... Dentro desses anseios e perspectivas é que se vai realizar a Segunda Confer[ê]ncia Geral do Episcopado Latino-Americano... para dar a resposta exata da Igreja da América Latina [a]o Concílio Ecum[ê]nico Vaticano II. Que esta resposta seja aquela que de nós espera o Povo de Deus na configuração histórica em que vivemos.<sup>77</sup>

No trecho dessa reportagem, visualiza-se a necessidade de responder aos desafios feitos pelo Vaticano II à Igreja de todo mundo. No caso específico da América Latina, essas repostas passam pela conferência de Medellín, onde o episcopado dialoga a partir das determinações do concílio e da realidade histórica em que está mergulhado nosso continente. Outro fator importante mencionado é a preocupação em contemplar em suas resoluções os anseios do povo. Nesse sentido podemos também destacar que a conferência de Medellín carrega uma grande responsabilidade. Os sinais do tempo haviam sido dados. Os povos de *nuestra América* levantam-se contra as situações adversas que enfrentam diariamente e vislumbram uma resposta positiva a seus interesses por parte da instituição religiosa.

Portanto, a nosso ver a Igreja latino-americana não podia mais relegar essa situação. Imensas parcelas de católicos clamavam por um novo modelo de cristianismo

---

<sup>76</sup> CELAM, *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>77</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 658: 08 de setembro de 1968, p. 03.

e vários bispos percebem a necessidade de uma nova práxis. A presença da Igreja na transformação de nosso continente se faz necessária. O homem e não a instituição é o centro desse novo modelo de catolicismo. Em *O São Paulo*, podemos visualizar tal virada religiosa:

A Igreja latino-americana, reunida na segunda conferência geral de seu episcopado, situou no centro de sua atuação o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico.<sup>78</sup>

Esse pequeno trecho da reportagem publicada no periódico arquidiocesano traz inúmeros significados. O primeiro deles é que a Igreja, a partir da conferência de Medellín, muda seu centro de atuação. Tal fato mostra-se carregado de um imenso peso, pois mudanças na instituição religiosa não ocorrem constantemente. O segundo diz respeito à troca dessa centralidade de atuação. Substitui-se um modelo de neocristandade, baseado nos interesses da instituição e nas alianças com os governos vigentes, por outro batizado de igreja dos pobres, no qual o alicerce está nas pessoas. O terceiro leva em consideração a contextualização do homem dentro de um processo histórico amplo e não meramente religioso.

Em outra reportagem podemos também visualizar esta linha de raciocínio.

O conceito do homem, em relação à Igreja, mudou, situando-o no verdadeiro centro. Isto significa que o foco evangelizador, desviou-se de questões puramente filosóficas e de culto, para canalizar-se através do desenvolvimento, a fim de elevar a dignidade humana, melhorar as condições de vida, aumentar a educação e, desta maneira, transformá-lo numa pessoa mais capaz de receber a evangelização.<sup>79</sup>

Nessas palavras publicadas em *O São Paulo*, observa-se que realmente o homem passa a ser o centro de atuação da Igreja na América Latina. Tal atitude preconiza uma ampliação no foco evangelizador. Acrescenta-se o fator econômico aos filosóficos e de culto, para um melhor entendimento da situação do indivíduo. Com isso buscam-se novas formas de ação que visam melhorar as condições de vida e educação do homem e,

---

<sup>78</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 659: 15 de setembro de 1968, p. 01.

<sup>79</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 658: 08 de setembro de 1968, p. 01

consequentemente, torná-lo mais receptivo à influência católica. Vale salientar que tal objetivo pode ser encarado como um meio de não se afastar da população e manter, assim, o seu prestígio.

Essa nova maneira de atuar reflete-se em uma postura mais avançada, que tem como consequência direta outra forma de práxis, evidenciada diretamente pela ação. Podemos perceber tal intento na reportagem seguinte.

Não basta, por certo refletir, conseguir mais clarividência e falar. Há de se fazer. Não deixou esta de ser a hora da palavra, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação.<sup>80</sup>

Nesse trecho, a reportagem clama por uma ação. As palavras não mais serviam para confortar os povos de nosso continente. Chega-se à conclusão de que a situação é insustentável, e urge a necessidade do fazer, do agir. A ação deixa de ser um elemento figurativo para torna-se uma realidade. Talvez seja essa ideia a grande contribuição de Medellín para o cristianismo.

Em outra edição do periódico *O São Paulo*, percebemos, por meio de sua capa, o quanto se discutiu e clamou-se por ação a partir da II conferência do geral do CELAM.



**Figura 2-** Convocação da Igreja Latino Americana em face da situação de miséria<sup>81</sup>

Na chamada dessa reportagem, visualizamos o quanto a forma de atuação e a posição social da Igreja latino-americana modificam-se. O agir em favor dos pobres tornou-se elemento essencial na prática pastoral dessa instituição. A hora era de ação, como preconiza a mensagem acima, “CELAM: É HORA DE AGIR”. Na foto à

<sup>80</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 659: 15 de setembro de 1968, p. 01.

<sup>81</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 663: 20 de outubro de 1968. p.01

esquerda, percebe-se o quanto era difícil a manutenção da vida em nosso continente e a favor de quem a comunidade católica deveria atuar. A fome e a miséria eram obstáculos diários para imensas parcelas da população. As palavras de conforto e conciliação não mais serviam para acalmar algumas pessoas. A instituição eclesiástica pauta-se agora na ação e, por sua vez, esta será libertadora. Ao lado direito, podemos visualizar a imagem de um dos principais representantes dessa nova postura da instituição eclesiástica, Dom Helder Câmara. O dom da paz, como também ficou conhecido o arcebispo de Olinda e Recife, foi um dos mais combativos membros do episcopado na luta contra as injustiças sociais e a favor da reforma na práxis da Santa Sé.

Sem dúvida, a posição em favor da luta por mudanças dos cenários políticos, econômicos e sociais foi uma das principais contribuições das conclusões de Medellín. No entanto ela não se deu de forma unânime. Em seu documento final, a conferência chama a atenção dos bispos para os problemas sociais da seguinte maneira:

[...] o episcopado latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina que mantém a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza e que, em muitos casos, chega a ser miséria desumana.<sup>82</sup>

Existe a necessidade de ação e de novas posturas. O documento final de Medellín convoca os bispos e convida toda a comunidade cristã a tomarem posição nessa empreitada em favor da libertação dos pobres e excluídos, que, devido ao subdesenvolvimento, vivem em uma situação de miséria extrema. Essa opção, na ótica de Gustavo Gutiérrez, leva a profundos reposicionamentos e a uma nova visão da fecundidade e originalidade do cristianismo, bem como do papel que a comunidade cristã pode desempenhar nesse processo (GUTIÉRREZ, 2000, P. 158).

Contudo ocorreram celeumas envolvendo o documento base, preparado para a discussão da II conferência do CELAM. Ele fora aprovado com ressalvas e modificações de setores mais conservadores, antes da redação final. Na reportagem de capa do jornal *O São Paulo*, podemos perceber claramente que houve ponderações quanto ao envolvimento da Igreja em questões econômicas e sociais, por parte da ala mais tradicionalista.

---

<sup>82</sup> CELAM, *Op. Cit.*, p. 143.

O documento-base foi criticado como excessivamente radical por setores tradicionalistas da Igreja. Estes mesmo setores, que acham que a Igreja não deve entrar no campo dos problemas sociais, econômicos e políticos, estão agora aborrecidos com a orientação [trazida] pela conferência.<sup>83</sup>

Tais discussões servem para percebermos que em Medellín, ocorreu uma assembleia de representantes do episcopado, mas também uma mostra, em pequeno, da diversidade da Igreja e de suas complexas relações (BEOZZO, 1993, p. 152).

Com o fim da conferência e a aprovação do documento final, as posturas adotadas, bem como os discursos proferidos pós-conferência, ilustram que Igreja latino-americana deve sim envolver-se nos problemas que afetam cotidianamente os pobres. Vejamos as declarações de Dom Helder, em sua chegada ao Recife, quando do encerramento da reunião do episcopado, em 1968, publicadas no Diário de Pernambuco:

Adiantou o arcebispo de Olinda e Recife que os prelados latino-americanos 'estão unidos no propósito decidido de estimular, ao máximo, a reforma das estruturas econômicas, culturais, políticas e sociais da América Latina' dentro das coordenadas traçadas pelo encontro de Medellín.<sup>84</sup>

A partir das declarações de Dom Helder, podemos visualizar o quanto a reunião de Medellín serviu para unificar o discurso do episcopado de todo o continente. Todavia não significa dizer que todas as dioceses e seus respectivos bispos tenham colocado em prática o texto final da conferência. As críticas feitas ao sistema de subdesenvolvimento e suas mazelas se acentuam em toda a América Latina, e parte dessas advém da Igreja. As resoluções da II conferência do CELAM, como afirma o arcebispo de Olinda e Recife, estimulam reformas nas estruturas de nossa sociedade. O discurso do episcopado não se refere mais somente a temas religiosos, mas abrange um amplo leque de temáticas.

Devemos também esclarecer que nem todos os bispos se posicionavam a favor de reformas estruturais. O conjunto do episcopado era formado em sua grande maioria

---

<sup>83</sup> Jornal O São Paulo. Ano XIII, nº 658: 08 de setembro de 1968, p. 01.

<sup>84</sup> Diário de Pernambuco. 10/09/1968. Fundo SSP nº 30.386. Acervo DOPS – PE. APEJE.

por tradicionalistas e conservadores reformistas, muitos sofreram grande influência da romanização em seminários tridentinos, porém os progressistas, embora em um número menor, eram mais habilidosos em termos teológicos e políticos, além de perceberem o papel destacado que a Igreja poderia exercer nas transformações sociais. Com isso, estes últimos conseguiram convencer ou mesmo cooptar os votos necessários à aprovação do texto final da conferência de Medellín.

Nas palavras de José Ramos Regidor, podemos observar com clareza as correntes teológicas que se fazem presente nas discussões pela hegemonia da Igreja em nosso continente.

Depois da conferência de Medellín (1968) começaram a se formar na Igreja Católica da América Latina três correntes, cada uma com a sua estratégia diferente. Com a aprovação das CEBs se difundiu a igreja dos pobres, a igreja popular, com sua estratégia de *libertação*, de mudança radical do modelo de desenvolvimento, verdadeira causa da situação de injustiça e violência em que vivem as maiorias. No interior da igreja de cristandade se distinguiu uma igreja de regime colonial, cuja estratégia *conservadora*, em face de uma situação que lhe concede muitos privilégios, é a de aliar-se com as oligarquias conservadoras de matriz colonial para manter governos fortes, de cultura cristã e anticomunistas. Existe, enfim, um tipo de igreja de cristandade com uma estratégia *reformista*, que recorda as tentativas de formar uma cristandade reformista, que se verificou entre 1930 e 1960, e retoma temas da modernidade criticamente assumidos pelo concílio Vaticano II.<sup>85</sup>

Nessa perspectiva observa-se que o que vai distinguir cada segmento desse na Igreja é sua lida com os menos favorecidos. Com base no princípio do carisma, a *igreja popular* se acha a serviço dos pobres e os reconhece como sujeitos na mudança da sociedade e das igrejas, lhes reconhecendo a subjetividade (BOFF, 1996, p. 39).

A partir daí podemos observar o quanto o conjunto da Igreja católica latino-americana era plural. Não podemos falar em uma Igreja única, homogênea e singular, mas, sim, em uma instituição múltipla e heterogênea. Toda essa configuração se notou em Medellín e em outros espaços de discussão e atuação. As ações e os discursos do

---

<sup>85</sup> REGIDOR, José Ramos. *Op. Cit.* In: BOFF, 1996, p. 38.

episcopado, bem como de toda a comunidade católica refletem essa pluralidade. Houve dioceses e prelazias onde os bispos puseram em prática as resoluções do Vaticano II e da II conferência geral do CELAM, exemplo disso é a Arquidiocese de Olinda Recife (AOR), com Dom Helder Câmara. Entretanto, em outras, como a de Diamantina, em Minas Gerais, sob o governo de Dom Geraldo de Proença Sigaud, elas foram condenadas.

### 1.2.3. Crescimento

Para iniciar este tópico, devemos esclarecer que o crescimento da Teologia da Libertação ocorreu de uma maneira concreta. Após o concílio Vaticano II e a conferência de Medellín, novos discursos e formas de ação foram postos em práticas. A Igreja na América Latina, a partir deste momento, configura-se como a mais dinâmica e avançada do mundo.

Inúmeras parcelas da comunidade cristã assumem essa forma de pensar e agir de parte da Igreja, identificada com a TdL. São bispos, padres, seminaristas, irmãs, teólogos profissionais e leigos que formam esse imenso corpo imbuído de uma nova práxis. A libertação integral dos povos pobres é sua principal bandeira. Soma-se a esta a abertura da instituição eclesiástica aos problemas do mundo moderno e a luta em defesa dos direitos humanos.

Os anos que se seguem à conferência de Medellín, até 1972, podem ser encarados como sendo de difusão e consolidação da Teologia da Libertação. Nesse período foram publicados os primeiros textos e enfatizou-se a participação da Igreja na transformação da América Latina. As experiências libertadoras ganham respaldo da cúpula da instituição eclesiástica. Embora sejam comandadas em sua imensa maioria por leigos, as ações devem estar concatenadas com as diretrizes elaboradas pela Santa Sé.

Florescem, então, por todo o continente, exemplos inspirados no cristianismo libertador. No Brasil, em especial, esses experimentos ganham força, pois a chamada *igreja dos pobres* goza de grande prestígio, uma vez que é a única Igreja da América Latina sobre a qual a Teologia da Libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva (LÖWY, 2000, p. 135).

No cenário episcopal da América Latina, as orientações da II Conferência do CELAM se mantêm firmes até a XIV assembleia ordinária desse órgão. Nessa reunião, realizada na cidade de Sucre, na Bolívia, no ano de 1972, o Conselho Episcopal Latino-Americano passa ao comando de quadros episcopais conservadores. Dom Afonso López Trujillo é o principal representante dessa ala na diretoria do conselho. O mesmo fora eleito para a secretaria geral do órgão e tem sua gestão marcada por tentativas de rever algumas orientações de Medellín, bem como de esvaziar a Teologia da Libertação. Esse obstáculo institucional à implementação da TdL segue-se até 1979, em Puebla.

Entretanto não havia como conter parte do episcopado e dos leigos católicos. A Teologia da Libertação já era uma realidade concreta no coração da Igreja latino-americana. O Vaticano II e Medellín não poderiam ser esquecidos e muito menos apagados da memória daqueles que lutavam por uma instituição mais preocupada com os problemas diários enfrentados por seus fiéis. Dessa forma a ala progressista da Igreja consegue novamente a aprovação, em meio a grandes debates e uma oposição duríssima dos defensores de teologias tradicionais, na III conferência geral do CELAM, realizada na cidade de Puebla, no México, em 1979, de orientações que privilegiavam uma práxis direcionada à libertação dos oprimidos. Portanto na década de 1970 a teologia periférica, apesar de não contar com o apoio integral da diretoria do CELAM, ganha espaço e consolida-se.

Uma das principais causas dessa consolidação e, conseqüentemente, de seu crescimento está intrinsecamente relacionado com as orientações de Medellín quanto ao papel dos leigos dentro da instituição eclesial. Atrela-se a isso o incentivo dado à proliferação das Comunidades Eclesiais de Base, notadamente evidenciada no texto final da conferência de Puebla.

Em seu documento final, a II conferência geral do CELAM, afirma que:

O apostolado leigo terá maior transparência de sinal e maior densidade eclesial, quando apoia seu testemunho em equipes ou de comunidades de fé, nas quais o Cristo prometeu especialmente estar presente. Desse modo, os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a Igreja “aconteça” no mundo, na tarefa humana e na história.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> CELAM, *Op. Cit.*, p. 103.

A partir desse trecho do documento final de Medellín, podemos observar a importância dada à participação dos leigos em todo esse processo de mudança. A Igreja abriu-se ao mundo moderno, mas também e, principalmente, à participação do laicato. Esses passam agora a ocupar lugares estratégicos nas formulações e práticas de ações pastorais.

Foram as CEBs o maior exemplo de participação leiga na vida pastoral da Igreja latino-americana. Sem dúvida alguma podemos afirmar que as comunidades eclesiais de base expressaram intensamente os princípios da Teologia da Libertação; sendo elas grupos de dez a 60 pessoas, principalmente das classes populares, que se reúnem para estudar a bíblia à luz do seu cotidiano, de modo geral uma vez por semana (ADRIANCE, 1996, p. 27).

Na ótica de Madeleine Adriance,

As CEBs são, antes e acima de tudo, grupos com base na Igreja, [...]. Desse modo, não são grupos políticos em busca de uma legitimação religiosa a fim de aumentar o próprio poder, mas, antes, grupos religiosos, cujo papel político deriva do compromisso que têm com a fé.<sup>87</sup>

Dessa forma os irmãos Boff afirmam que a libertação na teologia periférica só será possível a partir do contato direto com a realidade vivida pelos pobres. Tal intento tornou-se um dos principais instrumentos das CEBs. Para tanto, o primeiro passo será dado a partir do momento em que o compromisso de fé cristã estiver a serviço do processo libertador. Nesse sentido, para Clodovis e Leonardo Boff, os conhecimentos teóricos do cristianismo da libertação somente servirão se os mesmos estiverem diretamente ligados à prática, caso contrário serão unicamente meras palavras.

Dado o passo inicial, o método a ser trabalhado, em um segundo momento, é o do ver, julgar e agir. Essa metodologia de análise conjuntural advém de experiências realizadas na Bélgica, onde o Pe. Joseph Cardijn labutou junto a operários pobres. Utilizando-se dessa forma de proceder, ele buscava tornar esses trabalhadores conscientes da realidade em que estavam inseridos. Esse procedimento era pensando a partir de três mediações: 1. a sócio-analítica; 2. a hermenêutica; e 3. a prática.

---

<sup>87</sup> ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

Segundo os irmãos Boff, essas mediações podem ser explicadas da seguinte forma: a primeira é a mediação sócio-analítica. Nela, quando se fala em libertação, é libertação do oprimido. Para que esta ocorra, deve-se conhecer a realidade primária do pobre, só depois interpretá-la a partir de conceitos religiosos.

Portanto, para compreendermos a realidade concreta do oprimido, devemos inseri-lo no fenômeno geral da opressão. Dessa forma podemos destacar três explicações para efetuar tal tarefa: a *explicação empirista*, em que se compreende a pobreza como um vício, e esta, por sua vez, seria fruto da ignorância e da indolência; o pobre é visto como o “coitado” e encarado de uma forma particular, individual; a solução para tal problemática estaria em medidas assistencialistas.

A *explicação funcionalista* observa que a pobreza é encarada como atraso (econômico e social – com o tempo e o processo de desenvolvimento, ela desapareceria) e um fenômeno coletivo, porém não conflitivo; o pobre aparece como “objeto” da ação dos que estão acima na pirâmide social; a solução se daria por meio de medidas reformistas.

Por último a *explicação dialética*, na qual se percebe a pobreza como sinônimo de opressão e como um fenômeno coletivo e conflitivo. Sua causa seria o sistema capitalista; o pobre é considerado como sujeito; a solução seria um sistema social alternativo, implantado por meio de uma revolução. Essa linha de pensamento utiliza bastante análises das ciências sociais e da teoria marxista.

Nessa mediação também devemos perceber a importância da pluralidade dos pobres e oprimidos. No conjunto destes, identifica-se o negro, a mulher e o índio. Porém ainda podemos mencionar o operário e o camponês como membros peculiares dessa parcela enorme da sociedade. Então observamos que a Teologia da Libertação discute desde a opressão econômica e social até a racial, étnica e sexual.

Para José Ramos Regidor essa ampliação do conceito de pobre pode ser explicada da seguinte maneira:

[...] sentiu-se a necessidade de ampliar o conceito de *pobre*, que não podia ser reduzido apenas à sua dimensão socioeconômica. Com efeito, a mulher, o indígena e o negro apareceram como sujeitos cujo sofrimento e opressão ia além da análise de classe, embora fossem por ela fortemente condicionados. Afirmou-se que levar em conta apenas os aspectos socioeconômicos impede

o conhecimento de tipos de opressão que têm suas raízes nas dimensões culturais e religiosas que fazem parte da vida dos pobres.<sup>88</sup>

A segunda mediação é a hermenêutica. Observamos que depois de conhecer a situação real do oprimido, vem a construção teológica, que será guiada pela palavra de Deus sobre a realidade concreta. Trata-se, portanto, a essa altura, de ver o processo de opressão/libertação “à luz da fé”<sup>89</sup>.

A leitura bíblica e sua interpretação devem ser forjadas a partir da realidade social do oprimido. Embora não se possa ficar exclusivamente nas explicações religiosas. No que concerne à hermenêutica teológico-libertadora:

- Deve-se privilegiar o momento da aplicação sobre o da explicação;
- Busca-se descobrir e ativar a energia transformadora dos textos bíblicos, ou seja, “produzir uma interpretação que leve à mudança da pessoa (conversão) e da história (revolução)”<sup>90</sup>.
- Enfatiza-se a tradução do contexto social da mensagem passada, por meio da leitura teológica-política.

Isso posto, observamos que para a TdL os principais livros bíblicos a serem estudados são: êxodo, profetas, evangelhos, atos dos apóstolos e apocalipse, pois nestes se alicerçam, de forma mais clara, a junção entre a realidade de opressão e a construção teológica libertadora.

A Teologia da Libertação tem consciência de ser uma teologia nova, contemporânea ao período histórico vigente e adequada às grandes maiorias pobres, cristãs e também não cristãs, do terceiro mundo<sup>91</sup>. Frente à tradição teológica, o cristianismo da libertação adota uma dupla atitude: no primeiro momento destaca-se a crítica. Aqui se percebem os limites e insuficiências das elaborações do passado, para assim criticar. Porém toma para si aquilo que acha importante utilizar. Como exemplo pode-se citar a *Teologia Escolástica* (séculos XI-XIV). Nesta, a TdL, observa como ponto negativo a falta de sensibilidade social e a ausência da procura pela libertação

---

<sup>88</sup> REGIDOR, José Ramos. *Op. Cit.* In: BOFF, 1996, p. 31-32.

<sup>89</sup> BOFF, 1985., p. 57.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 62-63.

histórica do pobre, além do elitismo e de a mesma ser considerada a-histórica. Como positivo deve-se enaltecer a sistematização da verdade cristã.

No segundo instante se realiza o resgate. Ele incorpora experiências teológicas que foram esquecidas, mas que podem ser trazidas como contribuição para o enriquecimento teológico da TdL. Como ilustração pode-se mencionar a *Teologia Patrística* (século II-IX). Nela visualiza-se a sensibilidade pelos pobres, a dimensão profética da missão da Igreja e o sentido das exigências sociais do evangelho.

A terceira e última mediação é a prática. Esta se compõe como a mais importante, pois é nela que se encontra o momento da ação frente à situação de opressão enfrentada pelos pobres. Busca-se, portanto, identificar e seguir os caminhos que levarão à superação de todo contexto adverso. Vale salientar que suas linhas operativas devem ser conduzidas nas estradas designadas do plano de Deus.

Sem dúvida alguma, a metodologia utilizada pela Teologia da Libertação, foi um dos seus aspectos mais relevantes. Esse método era de fácil compreensão e assimilação. O que também o fez espalhar-se de maneira rápida. Quando se ouvia falar em *ver, julgar e agir* sabia-se que o cristianismo da libertação estava inserido. A principal ilustração, em tal maneira de se proceder eram as CEBs, todavia outros movimentos e órgãos que se utilizaram da TdL serviram-se dessa forma de trabalhar. A ACR foi um desses. Em seu jornal, denominado de *Grito no Nordeste*<sup>92</sup>, explica-se na realidade prática como se deveria labutar.

1. VER: ‘O fato da vida’

a) Escolher um fato de vida: isto é; um acontecimento do lugar; um caso que se deu com uma pessoa qualquer; qualquer coisa que acontece na vida de todos os dias, (vida de trabalho, de família, de edu[ca]ção, fato da comunidade ou problema da atualidade. [...]

2. JULGAR – Como cristãos, olhamos o fato e as atitudes como Deus olha.

a) O que há de positivo [...]

b) O que há de negativo [...]

c) O que Deus diz a esse respeito [...]

3. AGIR: ‘O que vamos fazer, ajustando a realidade encontrada comparado-a com o Plano de Deus [...]

b) Que fazer para mudar as estruturas, as organizações e a situações

---

<sup>92</sup> Jornal publicado pelo do movimento de Ação Católica Rural, a partir do primeiro trimestre de 1967.

descobertas.<sup>93</sup>

Como podemos perceber na reportagem publicada no *Grito*, o trabalho da ACR utilizava-se da mesma metodologia defendida pela Teologia da Libertação. Os ensinamentos eram carregados de um discurso religioso que os militantes acreditavam levar a alguma ação libertadora diante do cenário de miséria, exploração e opressão em que viviam os trabalhadores, muito embora alguns de seus militantes não percebessem essa aproximação entre a TdL e a Ação Católica Rural. Neste sentido, para Maximínio Pereira<sup>94</sup>, “...se ela entrou no processo da ACR, ela entrou por uma porta que eu não senti [...] Se tive algumas influência dentro delas, eu não senti até hoje não”<sup>95</sup>.

De uma maneira ampla, podemos apontar a década de 1970 como sendo a de maior efervescência para a Teologia da Libertação, pois esta passou por um período de difusão, consolidação e crescimento, mas também, por enormes críticas e desconfianças. Todavia o que nos importa perceber é que, pela primeira vez, existia uma teologia correspondente à realidade latino-americana e que fazia de seus povos os protagonistas do processo histórico em que estavam inseridos.

Processo esse marcado, em especial, pelas Ditaduras Militares. Nesse período ocorreu a proliferação de intervenções militares com o apoio dos Estados Unidos. A partir destas, instalaram-se governos autoritários de direita, alicerçados na doutrina de segurança nacional (DSN), tendo o primeiro desses episódios sombrios ocorrido no Brasil, em 31 de março de 1964, posteriormente se espalhou por outros países, tais como: Bolívia, 1971; Uruguai, 1973; Chile, 1973; Peru, 1975; Equador, 1976; e Argentina, 1976.

Com a ascensão dessas e de outras ditaduras, espalhadas por todo continente latino-americano, impunha-se outro grande desafio à Teologia da Libertação. Este passava pela defesa intransigente dos direitos humanos, pois nesses governos autoritários as perseguições dos aparelhos repressivos face aos oprimidos e a todos que

---

<sup>93</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº I: Jan/Mar 1967, p.23.

<sup>94</sup> Maximínio Pereira de Lima foi um dos mais eminentes quadros da ACR, era membro da equipe central, órgão mais alto na estrutura do movimento, onde militou desde 1965. Ele destacou-se como uma liderança importante na zona da mata de Pernambuco, em especial, na região de Vitória de Santo Antão, onde havia sido fundador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dessa cidade, do início da década de 1960 até a intervenção ocorrida depois do golpe de 1964. Posteriormente, com o processo de abertura política no final da ditadura, voltou e ser presidente do mesmo sindicato.

<sup>95</sup> Depoimento concedido ao autor no dia 15 de abril de 2011, em sua residência no município de Vitória de Santo Antão – PE.

vinham a contestar a ordem imposta tornaram-se fatos cotidianos. Prisões, sequestros, torturas e assassinatos passaram então a figurar na vida de milhares de pessoas, entre elas leigos e membros da hierarquia católica.

Para Regidor,

Isso provocou notável impacto na TdL. Grande parte da sua prática e da sua elaboração teórica se articulou em torno da crítica à ideologia da segurança nacional, sobre a temática dos direitos humanos, sobre os problemas da democracia, abordando também outros temas teológicos, reinterpretados do ponto de vista dos pobres.<sup>96</sup>

Dessa forma percebemos o quanto esses governos autoritários assombraram e influenciaram toda uma caminhada de renovação da Igreja latino-americana. Seus efeitos podem ser sentidos de uma maneira clara nos posicionamentos e discursos adotados por parte do episcopado, no fomento teórico da teologia periférica e nas atividades de movimentos populares dessa instituição, entre eles a ACR.

### 1.3. A Igreja Católica no Brasil

Considerada como uma das principais instituições do Brasil, a Igreja Católica ao longo dos anos desempenhou um papel importante no cenário político, religioso e social. Ela chegou aqui ainda com os portugueses e, posteriormente, espalhou-se pelo país. Nesses séculos de presença participou de forma direta ou indireta de inúmeros acontecimentos. Tradicionalmente sempre se colocou ao lado das elites e do Estado, gozando assim de certa estabilidade política, como afirma Lustosa<sup>97</sup>. Diante do alvorecer do período republicano, a instituição eclesiástica perde espaço no cenário nacional, em face da separação com o Estado. O prestígio e influência somente voltaram a serem exercidos, de forma efetiva, com o modelo de neocristandade, que teve seus momentos áureos entre os anos de 1930 e 1945.

<sup>96</sup> REGIDOR, José Ramos. *Op. Cit.* In: BOFF, 1996, p. 19-20.

<sup>97</sup> “Durante todo o período *colonial* (1500-1822) e durante toda a fase *imperial* (1822-1889), a Igreja católica no Brasil viveu, do ponto de vista *político*, um processo de estabilidade e segurança em razão de sua dependência total do Estado.” LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil – República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 15

Toda essa trajetória foi, ao longo dos anos, objeto de estudo de diversos historiadores. Nessas pesquisas, encontramos divisões que demonstram as mais distintas e peculiares fases, bem como as formas de atuação. Alguns enfocam o lado político, outros, o religioso, e há ainda os que se detêm ao social. No entanto o que nos importa neste momento é visualizar as mudanças ou avanços sofridos por essa instituição eclesiástica e suas consequências para a sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX. Nesse instante a Igreja católica assume uma postura com a qual tradicionalmente não estava acostumada, ou seja, sua práxis transpõe as alianças objetivas com setores elitistas, que visam à manutenção do *status quo*. Dessa forma a Igreja passa a ser vista, por determinados setores da direita, como intrusa no cenário político. Para Newton Cabral,

Dentre algumas análises que são repetidas quase à exaustão em nosso país, está a tese de que a Igreja teria permanecido pelo menos, até os anos sessenta do século passado, ausente do cenário político. Afirmação fora de propósito. A Igreja sempre teve uma atuação que incide na política. Todavia, quando essa atuação esteve ao lado dos grupos que detinham o poder, apoiando-os, não houve acusações de inserção em um campo alheio ao seu.<sup>98</sup>

O historiador estadunidense, Kenneth Serbin<sup>99</sup>, aponta essa instituição como uma das principais do Brasil. Destacando-se também o seu caráter nacional, masculino e hierárquico, além de sua forte formação ideológica. Para esse autor, na história da instituição eclesiástica, é fundamental observar a enorme dificuldade encontrada quando da instalação da república. Tal embaraço coloca-se pelo fato da separação ocorrida entre a Igreja e o Estado e a conseqüente quebra das benesses da instituição religiosa. Esse foi um dos fatos que marcaram a história da instituição em questão.

### **1.3.1. República: separação e reconciliação**

---

<sup>98</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* História e memórias do Seminário Regional Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008, p. 35.

<sup>99</sup> SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Com o advento da república no Brasil, em 1889, a Igreja católica sofreu muitas mudanças. Antes esta estava sob a tutela do Estado, ou seja, à mercê dos interesses do imperador. Este governava toda a instituição eclesiástica em terras brasileiras; podia, por exemplo: autorizar a criação de dioceses e indicar ou mesmo repreender bispos. Era o chamado regime de padroado<sup>100</sup>.

Entretanto, desde meados de 1874, existe um desgaste intrínseco nas relações envolvendo a instituição eclesiástica e o Estado brasileiro. Tal problemática ficou conhecida como a questão religiosa<sup>101</sup> e teve como principal personagem o então Bispo de Olinda, Dom Vital. Esse acontecimento obteve uma forte repercussão na vida religiosa e política do país. Alguns estudos põem esse fato como um dos contributos para a decadência do império e o surgimento da república.

Portanto, a partir de 1889, a Igreja se vê em uma situação dúbia. Por um lado ganhou a liberdade em face ao Estado, que boa parte do clero e políticos liberais buscava; por outro, encontra-se mergulhada em uma série de interrogações. Essas estariam ligadas ao fim dos privilégios de sua incorporação pelo Estado. Com a outorga da constituição de 1891, podemos perceber o quanto a instituição religiosa foi atingida. Ela perde, dentre outras coisas: o título de religião oficial, o monopólio educacional, o reconhecimento do casamento religioso para fins civis etc.

Esse cenário então suscita para a hierarquia eclesiástica católica uma série de problemas que vão desde o mal-estar em face às *ideologias* modernas que parecem dominar, até as preocupações financeiras que desnorream a vida cotidiana das dioceses e freguesias. (LUSTOSA, 1991, p. 15)

Frente a esse contexto, a Igreja tinha, essencialmente, dois caminhos a seguir: o primeiro, consistia em aceitar tais determinações do poder civil e, na medida do possível, procurar utilizar sua influência frente às elites como fonte de restaurar ou ainda diminuir as perdas já tão sentidas; o segundo, poderia muito bem resumir-se à condenação de tais iniciativas. Todavia, caso optasse pelo segundo, correria o risco de

---

<sup>100</sup> “Padroado é a outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma Igreja local, ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião, e como estímulo para futuras ‘boas obras’.” BRUNEAU, Thomas C.. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 31.

<sup>101</sup> Cf. SILVA, 2006, pp. 116-119. Nessa obra, Severino Vicente, promove uma sucinta discussão sobre o breve governo de Dom Vital na diocese de Olinda, bem como os problemas enfrentados à frente desta e junto ao governo imperial; BRUNEAU, 1974, pp. 57-75. O autor analisa o conflito e a separação gradual entre a Igreja e o Estado, que se tornará evidente quando da proclamação da república, afirmando a questão religiosa como o ponto inicial desse processo.

despertar um enorme anti-clericalismo e, conseqüentemente, se afastar ainda mais do poder estatal e de uma parcela considerável da população.

A Igreja seguiu a primeira opção. Dessa forma podemos observar que em todas as etapas dos primeiros tempos do regime republicano, a reação eclesial se manifesta sob diversas formas e em diversos níveis. Tal posicionamento comporta um conjunto de iniciativas e atitudes diferentes: *apelos pessoais, conversações, negociações*. (LUSTOSA, 1991, p. 21)

No decorrer do período republicano, em especial, na fase tradicionalmente batizada de república velha (1889-1930), a Igreja católica ocupa um lugar à sombra das grandes decisões do Estado. Nesse momento destaca-se a romanização, a crise financeira e uma política de reorganização, como elementos internos à instituição religiosa. Ela somente voltará a desempenhar um papel importante no tabuleiro político e social brasileiro com a adoção do chamado modelo de neocristandade. Assim demonstra-se uma reconciliação com o Estado, muito embora ambos nunca fossem considerados inimigos ferrenhos. Em poucas palavras, esse modelo pode ser caracterizado como sendo uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma (MAINWARING, 2002, p. 43).

Dessa forma, a neocristandade que teve seus pilares lançados ainda em 1916 por Dom Sebastião Leme<sup>102</sup>, em uma de suas cartas pastorais, pode ser definida da seguinte maneira: modelo de Igreja baseado em uma aliança tácita com Estado, visando à importância da instituição religiosa como elemento essencial para sociedade brasileira, bem como a organização interna por meio da disciplina e o respeito à hierarquia. Como características podemos ainda mencionar o conservadorismo, as alianças com as classes elitistas, um ferrenho anticomunismo e a ausência de um discurso social face aos pobres.

---

<sup>102</sup> Cf. SILVA, 2006, p. 122-128. Aqui o autor promove uma análise desse documento e suas pretensas intenções. Também contextualiza a formação de Dom Sebastião Leme e sua matriz teórica, observando que “A sua elevação ao episcopado deve-se à sua obediência à política romana, formada mais pelas encíclicas de Pio IX e pela atuação de Pio X do que pela visão social de Leão XIII.” p. 124; MAINWARING, 2004, p. 41-57. Em sua obra o autor faz uma análise política de todo o modelo de neocristandade. Com relação à carta pastoral de Dom Sebastião Leme, ele afirma que: “Nela, ele chamava atenção para a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira.” p. 41.

Essa fase da Igreja só foi possível graças a uma reorganização interna, que tanto a impulsionou como revigorou. Em consequência, a instituição eclesiástica passa novamente a figurar como uma instituição central à sociedade brasileira, pois o seu capital político havia crescido substancialmente a partir das alianças feitas com Estado. Nas palavras de Serbin,

A reorganização reforçou a ideologia de neocrisandade, que ambicionava o monopólio religioso do catolicismo e um papel central para a Igreja na sociedade. A Igreja trabalhou para atingir esses objetivos atraindo o apoio do Estado e das classes média e alta. A neocrisandade prosperou sob líderes como Dom Leme. Ele reafirmou a catolicidade do Brasil e defendeu a ordem social apoiando as autoridades, recristianizando as classes superiores seculares e mantendo uma postura conservadora e paternalista em relação aos pobres.<sup>103</sup>

O regime de neocrisandade foi muito importante para a Igreja católica e para o Estado. Foram nos anos entre 1930 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, que essa aliança viveu seu apogeu. Ambos se aproveitaram do que um poderia oferecer ao outro. A instituição eclesiástica precisava do Estado brasileiro para conseguir alcançar algumas de suas reivindicações, entre as quais: a obrigatoriedade do ensino religioso, a tentativa do monopólio da religião católica etc. Já o governo secular necessitava do prestígio moral da Igreja para empreender algumas de suas ações, além de seu apoio político.

Na visão de Lustosa podemos entender tal momento histórico da seguinte maneira:

Esse período de ‘aliança implícita’ no relacionamento entre Igreja e Estado pode ser visto como favorável aos católicos em nível do ‘pragmatismo de resultados’. [...] Fora de dúvida, foram *quinze* anos de maré alta para a instituição eclesiástica que, apesar dos momentos de sombra, conseguiu, em boa parcela, o que almejava, desde 1889, isto é, um *lugar de projeção na sociedade* brasileira de onde pudesse,

---

<sup>103</sup> SERBIN, *Op. Cit.*, p. 98.

através das mediações de grupos políticos dominantes, conduzir o povo brasileiro nos caminhos da salvação.<sup>104</sup>

Em resumo, o modelo de neocristandade que se personificou na figura de Dom Sebastião Leme foi benéfico para os interesses políticos da Igreja. Com a morte deste e a deposição de Vargas, em 1945, em um cenário nacional, e o fim da segunda guerra mundial (1939-1945), em um contexto internacional, surge a necessidade de a instituição religiosa se renovar internamente e procurar novas formas de atuação e de influência face ao governo civil e à sociedade. A isso se soma, mesmo que cerca de uma década depois, a elevação do cardeal Roncalli a sumo pontífice. Este, como nós vimos anteriormente, tem seu governo marcado por uma profunda tentativa de renovação da cátedra de Pedro.

Todos esses elementos somados, assim como outros, vão influenciar as mudanças ocorridas na Igreja brasileira a partir da década de 1950. Estas irão propiciar um novo diálogo entre a instituição eclesial, o governo civil e a sociedade.

Esse processo tomou corpo a partir da década de 1950. Podemos indicar como elementos intrínsecos a esse novo diálogo: a industrialização, o crescimento da classe operária, a urbanização, o êxodo rural, o aumento significativo da participação política das classes sociais menos abastadas etc. No âmbito internacional se tem o início da guerra fria, que durante décadas influenciou discursos e ações ao redor do mundo. Sem dúvida alguma, essas particularidades influenciaram na maneira de pensar e agir de parte do clero e do laicato.

### **1.3.2. Nos caminhos das mudanças**

A busca de novas práticas para qualquer instituição pode significar enormes dificuldades. No caso de uma instituição milenar como a Igreja Católica, esse processo pode ser ainda mais doloroso, pois as transformações não ocorrem constantemente. Uma mudança de direção se torna então algo bastante significativo. No Brasil, essa perspectiva aparece para substituir o modelo de neocristandade, que, em sua essência, não dava mais conta das complexas relações sociais, políticas e econômicas que envolviam o governo civil, a instituição eclesial e a sociedade. Embora o modelo de

---

<sup>104</sup> LUSTOSA, 1991, *Op. Cit.*, p. 58-59.

neocristandade não tenha desaparecido por completo da instituição eclesiástica. Ao contrário, ele sobrevive e opõe-se de forma clara às modificações que levam a Igreja a ficar mais próxima do povo.

Portanto uma nova maneira de atuar passa por uma renovação interna da Igreja. Esta esteve, no primeiro momento, diretamente ligada a um processo de compreensão, de parte do clero e do laicato, das estruturas econômicas, políticas e sociais do país. A conscientização foi sentida à medida que se buscou efetivamente uma mudança social, implicando assim em um novo posicionamento político. No segundo instante, devemos mencionar a influência das encíclicas *Mater et magistra* e *Pacem in terris*, além do concílio Vaticano II. Podemos ainda citar, como terceiro elemento, a ascensão de novos quadros eclesiásticos.

Por sua vez, Lucilia Delgado e Mauro Passos<sup>105</sup> veem as transformações ocorridas na Igreja a partir de uma análise que contempla o cenário internacional e o nacional. Nela encontramos elementos importantes, tais como: a guerra fria, a revolução cubana e a aliança para o progresso, isso em um contexto mundial, e o avanço de setores populares progressistas da sociedade civil brasileira, como, por exemplo, os movimentos populares do campo e da cidade.

Para esses autores, no bojo desse clima de transformações ou tentativas destas, estava também vinculado o processo de mudança da mentalidade de uma parcela da Igreja, que fará da dela mais um mecanismo interlocutor dos clamores e anseios políticos, econômicos e sociais de uma parte da sociedade.

Convém destacarmos que a aproximação da hierarquia católica com os problemas sociais vai se dando de forma distinta, lenta e sob diversos aspectos. Logo se percebe a importância da questão social, depois sua existência identificada na realidade histórica e, finalmente, se reconhece a necessidade de enfrentá-la.

A ideia de mudança social foi então o pano de fundo da renovação da Igreja. Essa perspectiva moldou discursos, ações e estruturas da instituição religiosa brasileira. Podemos visualizar esse novo posicionamento e sua forma de atuação, a partir da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e também do CELAM, em 1955. Com esses dois organismos, os bispos conseguem manter uma proximidade maior entre suas ideias, discursos e ações. As dioceses agora podem deixar

---

<sup>105</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O Tempo da Ditadura. *Op. Cit.*

seu isolamento para atuarem em conjunto. Nesse processo existe a troca da liderança unitária da Igreja, personificada durante anos no modelo de neocristandade e na figura do Cardeal Leme, por uma colegiada, advinda da CNBB. Esse órgão no decorrer dos anos passa a ser a voz do clero brasileiro.

A CNBB, criada através de uma articulação entre o Mons. Helder Câmara, secretário geral de sua fundação até 1964, e o Mons. Giovanni Montini, então secretário de Estado do Vaticano e futuro papa Paulo VI, foi considerada, entre 1952 e 1964, um órgão progressista. O trabalho desempenhado por ela, durante esses anos, ilustra bem a visão de mudança social defendida por parte da hierarquia. Muito disso se deve à sua autonomia em relação às estruturas tradicionais da Igreja, entre elas: a cúria romana e as dioceses. Mas também a influência decisiva de Dom Helder e de um grupo de bispos conscientes e comprometidos com a superação das dificuldades econômicas e sociais. Estes advinham em sua maioria do nordeste.

As inovações pastorais tornaram-se características desse grupo que comandou a CNBB no pré-64. A mudança da realidade social foi o estímulo e objetivo final desse processo. A cooperação com o Estado, em projetos de interesse da instituição eclesiástica, foi um dos caminhos encontrados para se alcançar tal êxito, porém não foi o único. Notadamente a questão educacional ocupou um lugar central nesse meio. Podemos então citar o Movimento de Educação de Base (MEB) como o maior exemplo.

A CNBB então passa por um processo de consolidação na sociedade e nas entranhas da Igreja brasileira. Em parte, isso se deve à importante participação do núncio apostólico, Dom Armando Lombardi, representante direto do Vaticano e do papa no Brasil, durante 1954 e 1964. Ele via com bons olhos o trabalho dessa instituição, além de possuir uma ótima relação com Dom Helder. Os dois encontravam-se semanalmente para discutir os rumos da renovação da Igreja no Brasil e das atividades da conferência dos bispos.

A participação de Dom Armando Lombardi pode também ser destacada a partir da significativa revitalização da hierarquia católica. As indicações de bispos<sup>106</sup>, feitas por esse núncio, nos mostram uma eminente preocupação em renovar a face do clero brasileiro. Outro ponto importante, diz respeito ao aumento da estrutura da Igreja, evidenciado por meio da criação de um número expressivo de dioceses e prelazias. Em

---

<sup>106</sup> Segundo Bruneau, “Ele tratou da nomeação de 109 bispos e 24 arcebispos e isso, em comparação com o número total de dioceses (116) e arquidioceses (31), indica que ele estava intimamente engajado na renovação da vasta maioria da hierarquia.” BRUNEAU, 1974, *Op. Cit.*, p. 209.

Pernambuco, podemos mencionar a fundação da diocese de Afogados da Ingazeira, em 1956, e a de Palmares, em 1962.

Também se deve mencionar o papel da Ação Católica Brasileira (ACB) nesse processo. Esse órgão, que se instalou no Brasil ainda na década de 1930, teve uma enorme responsabilidade na formação e atuação de leigos. Sua importância na renovação da Igreja brasileira começa quando de sua mudança de modelo, em 1948. Troca-se o modelo tradicional italiano, de divisão entre os sexos: masculino e feminino, e adota-se o francês, baseado na separação por classes e categorias sociais. Atrelado a isso, se introduz o método da Juventude Operária Católica belga, o ver, o julgar e o agir.

Dentro da ACB, as juventudes especializadas, em especial, a JUC e a JOC, desempenharam um trabalho intenso em fins da década de 1950 e início da de 1960. Estes órgãos trilham caminhos de renovação na instituição eclesial, envolveram-se em lutas de cunho nacional e formaram novas lideranças. De forma geral, dividiram com membros das organizações de esquerda, um espaço político destinado à participação dos jovens.

No bojo desse processo a influência política da Igreja então passa a ser exercida, como afirma o historiador Thomas Bruneau, por meio dos grupos de pressão. Estes funcionavam a partir dos interesses da instituição eclesial em áreas consideradas estratégicas; como exemplo maior, pode-se mencionar a educação. Notadamente tal atuação visava assegurar o prestígio político da instituição religiosa, preservar seu poder perante as decisões do Estado e assegurar a visão católica sobre a formação educacional das pessoas. A partir daí surgem parcerias em projetos que ganharam grande notoriedade nacional, entre eles: o MEB.

O Movimento de Educação de Base foi fundado em 1961. Ele nasceu da parceria entre a CNBB e o governo federal e consistia em um programa de alfabetização popular em regiões pobres do país. O método utilizado foi o de Paulo Freire. Os monitores, em sua maioria, eram jovens católicos universitários ligados à JUC. Estes estavam sintonizados com o contexto de mudanças que sociedade e Igreja brasileira passavam.

Em um cenário externo à instituição religiosa, podemos observar o quanto este foi marcado por disputas políticas acirradas, o contexto nacional e internacional compõe o pano de fundo desse processo. Com o fim da segunda guerra mundial, o mundo se vê sob a influência política, econômica e social de dois blocos antagônicos, de um lado, o capitalismo e do outro, o socialismo. Era a guerra fria. Com o aprofundamento desta, os

países, as instituições e os indivíduos se posicionam a favor de um dos lados. A Igreja também toma sua posição, sendo caracterizada, principalmente, por um forte anticomunismo, embora alguns setores façam críticas profundas ao modelo de desenvolvimento capitalista.

No Brasil, com fim do Estado Novo, vive-se um período democrático, que se estende até 1964, embora no meio do caminho tenham ocorrido algumas tentativas de golpes. Esse período caracterizou-se por uma luta constante entre propostas políticas distintas, de um lado, a chamada direita, que defendia intransigentemente o modelo capitalista; do outro, a esquerda, que almejava à implantação de um regime socialista. Embora esta vivesse uma proliferação de propostas para alcançar tal êxito.

Portanto percebe-se que a Igreja Católica, até meados do fim da década de 1950 e início da de 1960, tinha uma proposta baseada em um projeto de classes sociais elitistas. A partir dessa data, visualiza-se um novo posicionamento de alguns membros da hierarquia eclesiástica e de parte dos leigos, que estavam sintonizados com um diálogo existente na sociedade. Essa nova postura está inserida em um processo muito mais amplo, que, de uma maneira geral, contrapõe-se ao modelo de Igreja anterior, mas também reflete as encruzilhadas que o mundo secular lhe impunha. Para que possamos entendê-lo, devemos nos debruçar sobre um horizonte múltiplo, ou seja, percebê-lo através de várias frentes que contemplem o universo interno e externo à instituição religiosa.

Dessa forma, percebemos que foi a partir dessas modificações que Igreja Católica no Brasil conseguiu misturar-se ao povo, refletindo assim uma dialética que tanto a revigorou como a impulsionou na direção de uma nova práxis. A instituição eclesiástica passa então a ter uma face rejuvenescida e popular. As consequências desse processo são enormes e se estenderam de forma viva por mais de 20 anos. Dentre elas podemos mencionar de maneira concreta a atuação da Ação Católica Rural. Esse organismo teve seu trabalho diretamente ligado a essa versão de igreja mais comprometida com os problemas das classes menos abastadas.

## CAPÍTULO 2

### NAS ENCRUZILHADAS DO TEMPO: O GOLPE, A DITADURA E O CAMPO

O tempo é uma das categorias essenciais para a história. Carregado de múltiplas significações, ele aparentemente se mostra abstrato, todavia sua concretude se traduz na construção histórica de processos efetivamente reais. Estes se apresentam por meio de análises alicerçadas em contrapontos ou em possíveis correlações, tais como: permanência/mudança, continuidade/ruptura, movimento/estagnação, acelerado/lento, entre inúmeros outros binômios que se pode adotar na edificação do conhecimento histórico.

Portanto cabe ao historiador em sua narrativa historicizar o tempo. A partir desse objetivo, surgem distintas concepções. Estas se mostram carregadas de matrizes teóricas que podem ou não expressar perspectivas antagônicas. Existem aquelas análises que endossam a dimensão de tempo longo e sucessivo, outras já disseminam a ótica de período temporal curto, intenso, simultâneo e abrupto. De fato, o que importa é perceber que o tempo é parte integrante da dinâmica histórica, bem como distinguir o tempo do acontecimento com o da produção historiográfica.

Nesse sentido, Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>107</sup> nos chama atenção para a percepção temporal na produção do conhecimento histórico. Ela afirma que devemos considerar ao menos dois tempos específicos: o referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos e o relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses mesmos acontecimentos e processos. (REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 16)

Sendo assim, a categoria temporal em nosso trabalho será conduzida a partir de uma preocupação constante em historicizar, ou seja, colocar em perspectiva histórica o nosso objeto de estudo. Em resumo, dar-lhe um sentido, tendo também a percepção dos tempos específicos, levantados por Lucilia Neves Delgado e citados anteriormente. Caso não viéssemos a ter essa ótica histórica, nosso trabalho estaria relegado a um historicismo ingênuo, que seria marcado por um simples elencar de datas e fatos.

---

<sup>107</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. p. 15-28. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

Dessa forma, o processo histórico que culminou na criação e atuação da Ação Católica Rural, em Pernambuco, durante as décadas de 1960 e 1970, deve ser refletido de uma forma ampla. Nele encontraremos interseções com acontecimentos de cunho nacionais e internacionais. Estes por sua vez, exerceram parcelas de influências no cotidiano da ACR. Todavia não formam unicamente as causas de suas ações. Estas, mais do que nunca, emergem das situações cotidianas enfrentadas por homens e mulheres pobres do meio rural.

Dessa maneira, devemos perceber que os anos sessenta do século XX foram de muitos acontecimentos. O mundo, o Brasil e Pernambuco marchavam de forma dinâmica nesse momento. As possibilidades se apresentavam de maneira viva para as pessoas. Os fatos eram encarados com intensidade. Os indivíduos e os países tomavam partido. O mito da imparcialidade fora relegado ao esquecimento.

Vivia-se em uma sociedade dividida. O sistema capitalista e o socialista abraçavam contra seu peito o globo terrestre. Essa era a guerra fria. Momento histórico surgido após a segunda grande mundial (1939-1945), que teve como uma de suas consequências a imersão do mundo em um conflito tenso, envolvendo duas superpotências; de um lado, os Estados Unidos, representantes do capitalismo; do outro, a União Soviética, símbolo maior do socialismo. Os partidários dos norte-americanos defendiam sua posição por meio de argumentos baseados na livre iniciativa, nos valores liberais e na defesa da civilização ocidental e cristã. Já os simpatizantes dos soviéticos, enfatizavam a justiça, o progresso, a libertação nacional, as reformas e a revolução social (REIS FILHO, 2004, p. 33). Tal divisão parecia esgotar as possibilidades históricas dos povos dos cinco continentes. Pois sua dimensão direcionava-se para campos imensamente amplos, tais como: o político, o diplomático, o bélico, o social, o econômico, o cultural etc.

A ressonância desse embate internacional proliferou-se nos mais diversos âmbitos da sociedade mundial. Inúmeros foram os acontecimentos, de certa forma, isolados, que tomaram proporções gigantescas e que por trás verificou-se a presença intrínseca desse conflito civilizacional. Portanto a dinâmica histórica de cada país passou a sofrer influência da guerra fria, embora seus acontecimentos internos também tenham pautado esse conflito. Na América Latina e no Brasil suas consequências foram sentidas, desde o alinhamento político dos governos até o cotidiano das pessoas.

A Revolução Cubana de 1959, que posteriormente inclinou-se ao socialismo, foi um tempero primoroso nesse caldeirão chamado de América Latina. Ela renovou a esperança em libertar-se das amarras do capitalismo e tornou-se uma realidade concreta para os povos de *Nuestra América*. O exemplo dos barbudos de Sierra Maestra conduziu as esquerdas a acreditarem piamente na vitória. Ela acabou por influenciar toda uma geração de militantes que lutou contra as desigualdades do capital. O espírito libertário do Gen. Abreu e Lima, de Simon Bolívar e de José Martí, encarnados agora nas figuras de Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, pareciam novamente moldar as tentativas de libertar o continente latino americano.

Contudo os acontecimentos cubanos não exerceram somente influências nas ideias e práticas das esquerdas. Os Estados Unidos e seus seguidores acabaram intervindo, de maneira mais direta, na economia e na política da América Latina. Tal fato materializou-se, por exemplo, na chamada Aliança para o Progresso, no financiamento de candidatos conservadores em eleições a cargos públicos e em uma série de golpes militares. Essa reação teve como objetivo imediato a não proliferação de revoluções e governos de cunhos socialistas em nosso continente.

## **2.1 O Brasil da agitação (1945-1964)**

O cenário político internacional, marcado por disputas intensas entre os blocos socialista e capitalista, reverberou na história republicana tupiniquim. Os embates internos do Brasil refletiam, em parte, a dinâmica da guerra fria. A década de 1960 retrata intensamente todo esse contexto. Particularmente por se viver dois momentos distintos: de um lado, o pré-64 e sua democracia controversa; do outro, o pós-golpe civil-militar e seu autoritarismo. Notadamente esses períodos, do ponto de vista político, revelam instantes antagônicos e nos levam a inúmeras interpretações, tendo estas ressonâncias peculiares nas práticas políticas e nas relações humanas cotidianas.

Sendo assim, iremos analisar, neste tópico, o cenário inicial. Na ótica de Octavio Ianni, esse primeiro momento histórico pode ser resumido da seguinte forma:

Entre 1945 e 1964 entram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral. A partir do Golpe de Estado contra Getulio Vargas e o Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, o

processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas. É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada.<sup>108</sup>

Portanto o primeiro instante começa com o fim do Estado Novo, em 1945, e termina com o golpe civil-militar de 1964. Nele encontramos uma enorme agitação política, social e cultural. Tal cenário se constituiu, primordialmente, a partir da intensa participação dos trabalhadores no cenário político, tendo esse protagonismo advindo da chamada tradição trabalhista. Esse fato inaugura um novo tempo para a república brasileira, bem como para a classe trabalhadora. Todavia a atuação dos trabalhadores no campo político, assim como aquilo que definimos como trabalhismo, antecede a queda de Getúlio Vargas. No que tange ao conceito de tradição trabalhista, Angela de Castro Gomes<sup>109</sup>, aponta o seu início no ano de 1942. Nessa data se iniciam os pronunciamentos feitos pelo então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho, no programa a “Hora do Brasil”, nas rádios Nacional e, posteriormente, Mauá.

Esse programa semanal era caracterizado por promover a discussão e o esclarecimento das questões trabalhistas e sociais aos trabalhadores. Embora, também em menor número, remetesse a assuntos ligados ao comércio, à indústria e à conjuntura política nacional e internacional. Neste último caso tendo como tema principal a questão da Segunda Grande Guerra Mundial.

O programa foi ao ar entre os anos de 1942 e 1945. Nele se falava, de forma simples e acessível, às camadas populares, sobre a legislação social e trabalhista. Obviamente servia também para fazer propaganda do Estado Novo e, conseqüentemente, deixar o ouvinte mais próximo do Estado/governo.

Nos anos que se seguem à queda de Vargas, a participação dos trabalhadores aumentou e se deu tanto nas áreas urbanas e rurais. Estes atuaram de forma constante a partir de suas organizações de classe. Foram anos de crescimento considerável dos sindicatos, associações, confederações, federações e ligas camponesas, bem como de

---

<sup>108</sup> IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 17.

<sup>109</sup> Cf. GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

suas atividades políticas, com expressiva presença também de comunistas. Os discursos e as ações dessas categorias passaram a ecoar pelos mais distintos âmbitos sociais, tanto que passaram gradativamente a ocupar um lugar de destaque no contexto político brasileiro.

A participação dos comunistas ocorreu de forma constante, mesmo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) jogado na ilegalidade desde os idos de 1947. Sua presença na organização das reivindicações e lutas dos trabalhadores deu-se hegemonicamente a partir da linha teórica defendida pelo PCB. Esta consistia em uma aliança com a classe burguesa e, conseqüentemente, com a visão de que processo revolucionário seria realizado por etapas. Nesse sentido acreditava-se que o capitalismo ainda não havia se desenvolvido de forma plena e, portanto, a revolução, no primeiro momento, deveria ser democrática burguesa.

Embora o PCB tenha exercido grande influência sobre as determinações e o modo operante dos comunistas, ele não foi o único caminho a ser seguido por estes. A partir de 1962, tem-se o início da fragmentação do partido. Primeiro funda-se o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que defendia a revolução a partir do modelo maoísta. Nos anos que seguem a década de 1960 e 1970, várias dissidências são formadas. Estas, em sua maioria, fundaram-se a partir da crítica a linha teórica e de ação defendida pelo PCB antes e depois do golpe de 64.

Vale salientar que os comunistas não podem ser reduzidos ao universo do PCB e suas dissidências a partir de 1962. Embora evidentemente estes grupos tenham alcançado maior expressão. Eles também fundaram e militaram em outras frentes. Tal fato pode ser exemplificado pela criação e atuação, a partir de 1953, do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T). Deve-se ressaltar que o POR-T teve uma relevante participação no meio rural pernambucano, especificamente na zona da mata norte, no período pré-golpe.

Com a participação dos trabalhadores e com suas demandas ocupando cada vez mais espaço no cenário nacional, ocorre um latente acirramento nas esferas políticas e sociais. Tal contexto apresenta-se como algo novo para a república brasileira, pois, em nenhum momento de sua história, os trabalhadores tiveram tamanha importância e força política.

No que tange ao contexto econômico, este é marcado pela influência do modelo getuliano, que, por sua vez, consistia no desenvolvimento de uma indústria nacional

forte e razoavelmente independente do capital internacional. Nesse sentido abandona-se o modelo agro-exportador como motor da economia. Na visão de Octávio Ianni, essa é a época de implantação do modelo de “substituição das importações” (IANNI, 1978, p. 26). Assim o Estado assume a coordenação do surto industrial. Tal fato registra-se, por exemplo, na indicação dos setores a serem desenvolvidos e receberem investimentos.

Em decorrência desse processo, o Brasil vai se tornando uma sociedade urbano-industrial. Nesse momento a população urbana cresce acintosamente, embora ainda não tenha superado a rural. Este fato carregará inúmeros significados para o transcorrer da vida política brasileira, pois são por meio das constantes demandas dessa população, formada em sua maioria por trabalhadores, que parte das discussões políticas se pautará.

No decorrer desse processo, o ano de 1961 tornou-se marcante. Aqui existe a renúncia de Jânio Quadros e mais uma tentativa de golpe. Este tinha por objetivo principal não deixar João Goulart assumir a presidência. Nesse momento as forças políticas se apresentam de forma clara, ou seja, os trabalhadores, as esquerdas e as forças populares, de um lado; do outro, os conservadores e golpistas. O primeiro instante desse embate mais visível deu-se em torno da disputa entre a rede da legalidade<sup>110</sup> e os golpistas. O desfecho desse episódio deu-se a partir de um acordo. A posse de Jango foi garantida, todavia seus poderes foram limitados pela adoção do regime parlamentarista. Nesse momento Tancredo Neves assume o papel de primeiro ministro.

A partir daí têm início disputas mais intensas por espaços e políticas a serem postas em prática. Os grupos que se alinharam a favor ou contra a posse de Jango, permaneceram ativos e firmes em seus propósitos finais. Eles, de uma forma geral, se contrapunham, por exemplo, a partir das controvérsias envolvendo a necessidade de reformas que o país precisava. Estas ficaram conhecidas por reformas de base e englobavam a urbana, agrária, universitária, fiscal etc. Dessa forma percebemos que os anos que vão de 1961 até 1964 são de grande agitação em todas as esferas da sociedade.

No ano de 1963, com a vitória no plebiscito que devolvia os poderes presidenciais a Jango, iniciou-se um processo de maior acirramento pelas reformas de base. Durante pouco mais de um ano, João Goulart tentou o caminho da negociação,

---

<sup>110</sup> A rede da legalidade, como ficou conhecida, foi criada e liderada por Leonel Brizola. Esta era um movimento político composto por alguns militares e civis, que defendiam o respeito à constituição e, portanto, a legalidade da posse de João Goulart na presidência da república. Cf. FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006, p. 75-86.

que por sinal era sua característica principal. No entanto haviam sido sedimentados inúmeros obstáculos pelas forças políticas. Podemos citar o Plano Trienal<sup>111</sup> proposto pelo governo como exemplo do impasse político em que o Brasil estava inserido. Fora considerado fictício e radical pelos conservadores; já para parte das esquerdas, tímido e moderado.

Após essa tentativa frustrada, onde o Plano Trienal foi veemente criticado por setores da esquerda e da direita, o presidente Goulart tenta instalar um Estado de sítio, em outubro de 1963. Porém não obtém sucesso e apoio nem em suas bases e parceiros políticos, entre eles Leonel Brizola e Miguel Arraes. Para Reis Filho, esse episódio alicerça a imagem de uma confissão de fraqueza; pior, de desorientação do governo e do presidente Goulart (FERREIRA, 2010, p. 338).

Com o início de 1964, a situação política tornou-se mais extremada, de um lado, as esquerdas querendo a aprovação das reformas; do outro, a direita com receio do avanço de propostas “subversivas” no Brasil. Em março, Jango percebe que não existe mais como conciliar e toma partido pela aprovação das reformas. Para tanto, ele sedimenta uma aliança explícita com as forças de esquerda, contrariando de vez os conservadores. Tal fato evidencia-se por meio de uma série de comícios<sup>112</sup> que haviam sido programados para a defesa popular das reformas. O comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, tornou-se um episódio épico para o desfecho desse período histórico da república brasileira.

Opondo-se ao comício do Rio de Janeiro, setores da direita promovem uma resposta à altura do evento de 13 de março. Essa foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Reis Filho observa esse acontecimento da seguinte forma

Menos de uma semana depois, uma resposta negativa veio de São Paulo: a sociedade paulistana protagonizava a primeira grande

---

<sup>111</sup> “Elaborado por Celso Furtado, o plano, segundo análise de Argelina Figueiredo, visava um duplo objetivo: por um lado, obter o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o regime presidencialista; por outro, procurava ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional.” FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006, p. 103.

<sup>112</sup> “O processo prosseguiria em abril [...]. Previam-se novos comícios em Santos (dia 3), Sto. André (dia 10), Salvador (dia 11), Ribeirão Preto (dia 17), Belo Horizonte (dia 19) e Brasília (dia 21), culminando num gigantesco ato público no Dia do Trabalhador, 1º de maio, em São Paulo”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, p. 339.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A explosiva – e eficiente – mistura de valores privados com um programa político. A família e Deus – e a liberdade.<sup>113</sup>

Também podemos fazer menção aos últimos suspiros da república democrática antes do 31 de março. Estes dizem respeito aos marinheiros que foram presos, em sua assembleia, a mando dos comandantes da marinha. Jango, contrariando o Ministro da Guerra e a oficialidade, manda soltá-los. No final de março ocorre outro fato importante, um discurso acalorado do presidente em outra assembleia de militares subalternos, dessa vez da Polícia Militar. Esses episódios foram vistos como um desrespeito à hierarquia militar e serviram para aumentar a ira dos oficiais contra o governo. Nessa perspectiva, o golpe que já vinha sendo elaborado pela direita, há muitos anos, seria questão de tempo.

O hiato temporal não seria longo. Duraria apenas cerca de 2 dias. Ao seu término surge um novo período histórico na tão conturbada república brasileira, a ditadura civil-militar. As motivações que uniram os golpistas passam por um ponto em comum: a aversão ao protagonismo dos trabalhadores na cena política nacional. Tal papel desempenhado por eles estruturou-se a partir da tradição trabalhista, mas também por meio da efetiva presença dos comunistas e da igreja progressista.

A tradição trabalhista preconizava a participação dos trabalhadores no cenário político. A ela se atrela o processo de industrialização e urbanização do país. O trabalhismo, por sua vez, se caracteriza por um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com definição do que se chamava política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista (FERREIRA, 2010, p. 345).

A partir de um olhar mais geral, podemos perceber, nesse momento, pontos de interseção entre o programa trabalhista e a linha teórica hegemônica dos comunistas, ou seja, a do PCB. Eles existiram por meio da defesa de uma aliança estratégica com a burguesia nacional. Tal intuito destinava-se à promoção de uma revolução democrática burguesa. No entanto os seguidores da doutrina marxista não vislumbravam esse como

---

<sup>113</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, p. 340.

ponto final de sua empreitada. O processo revolucionário comunista ia além e concluía-se à medida que os trabalhadores tomados pela consciência de classe promovessem a quebra das amarras que os prendiam ao capital. Essa seria a tão almejada revolução brasileira.

Portanto as forças conservadoras tinham por objetivo encerrar essa tradição. Para eles, o trabalhismo se identificava com tudo o que de pior podia existir na cultura política de então: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo (FERREIRA, 2010, p. 347). A substituição do termo seria um dos métodos para negar a tradição trabalhista, bem como para menosprezá-la e desqualificá-la. Foi com o golpe de 64 que a troca do termo trabalhismo por populismo ganhou respaldo e impulso.

O trabalho de Fernando Teixeira da Silva e Hélio Costa<sup>114</sup> retrata as semelhanças e diferenças presentes nas análises sobre o conceito de populismo. De acordo com esse recente balanço, o populismo está dividido analiticamente por três categorias: a primeira rejeita completamente o termo por acreditar ser inadequado para explicar as distintas realidades históricas, pois traz no seu bojo a questão da incorporação e manipulação das massas. Portanto seus defensores acabam por generalizar o termo em modelos teóricos prefixados.

Na segunda, acredita-se na amplitude do termo, que por sua vez não permitiria fazer um inventário das diferenças entre realidades aparentemente similares. A estratégia de análise está alicerçada em aspectos singulares de cada fenômeno histórico. Aqui os autores estariam preocupados com a fragmentação do processo histórico.

A terceira categoria defende que o termo deva ser utilizado de uma forma ampla, que se manifesta em diferentes sociedades e épocas. Estes se preocupam em relacionar casos particulares com fenômenos mais amplos, localizando elementos comuns existentes em experiências históricas específicas, possibilitando assim análises comparativas.

De forma geral podemos perceber que o termo “populismo” adquiriu um sentido pejorativo e tem sido reavaliado em razão do seu caráter vago para abarcar as análises das complexas realidades históricas. Essa adjetivação surgiu a partir de uma crítica à

---

<sup>114</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço do estudos recentes*. p. 205-271. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

sociedade cada vez mais politizada e com uma intensa participação dos trabalhadores, que tomou conta do Brasil, principalmente no início da década de 1960. De todo modo, o que nos interessa aqui não é a definição específica desse conceito, mas sim a contextualização de uma sociedade repleta de embates e personagens políticos das mais variadas classes sociais.

## 2.2 O 31 de março e suas consequências

Com o encerramento do período de tradição trabalhista ou de democracia populista, o Brasil mergulha em um dos momentos mais sombrios de sua história, marcado pela data de 31 de março de 1964. Nessa data põe-se um ponto final a uma experiência democrática ímpar na república brasileira. No entanto ela também deve ser encarada a partir de um viés mais geral, no qual outros países da América Latina foram vítimas dos interesses de suas elites concatenados aos do imperialismo estadunidense. Porém tal data não se resumiu unicamente a isso. Ela também simbolizou o início da Ditadura Militar, bem como a abertura de uma longa noite que duraria aproximadamente 21 anos.

Nas palavras de Celso Frederico,

O golpe não foi um raio caído de céu azul: ele se inscreve numa impressionante sequência de quarteladas ocorridas na América Latina. Mesmo no que diz respeito à política brasileira, 64 foi o ponto final de uma série de tentativas golpistas urdidas pelo conluio entre militares e seus aliados civis.<sup>115</sup>

A quebra da ordem democrática tornou-se ao longo dos anos objeto de estudo de inúmeros historiadores. Assunto bastante polêmico, ele é repleto de constantes controvérsias, apresentadas, principalmente, por meio de questionamentos que giram em torno dos motivos causadores do golpe, bem como dos culpados. A extensa historiografia sobre o tema aponta então caminhos muitas vezes distintos para sua elucidação.

---

<sup>115</sup> Frederico, Celso. *40 anos depois*. p. 101-115. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

No entanto a visão de Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>116</sup> é bastante pertinente. Para essa autora existem ao menos três pressupostos que se deve levar em consideração ao analisar o golpe e a consequente ditadura que o acompanha. São estes: o olhar dos autores que analisam; os vínculos teóricos desses intérpretes; e, a época ou período nos quais foram produzidas suas interpretações e sua narrativa sobre o acontecimento.

Ainda de acordo essa autora, existem quatro grandes blocos de interpretações que contemplam as explicações sobre os referidos episódios. A primeira delas se baseia em argumentos estruturalistas e funcionais. Nela o modelo de economia desenvolvimentista, caracterizado pela industrialização dependente e baseado na concentração de renda, se contrapõe diretamente ao modelo econômico nacionalista. A partir dessa diferenciação é que os projetos dos distintos grupos se alinham no pré-64.

A segunda enfatiza o caráter preventivo da intervenção civil e militar. Nela se coloca a falta de atitude, incompetência ou habilidade política do governo Goulart em evitar aquilo que se tornava claro a cada instante que se passava, o golpe de estado desencadeado pelas forças conservadoras. Nessa perspectiva a quebra da ordem democrática, pela direita, teria ocorrido a partir de uma contra-revolução, ou seja, eles deram o golpe antes que a esquerda o tivesse dado. Desse modo tal fato alicerça-se no medo de uma possível transição da democracia restrita, que imperava no país, para uma democracia ampliada.

O terceiro bloco se compõe a partir das análises que privilegiam a versão conspiratória. Nesse caso o golpe de 1964 tem um caráter fortemente enraizado na conspiração, pois será levado a cabo por uma aliança, que continha indivíduos, instituições e movimentos nacionais e internacionais, em especial, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a Escola Superior de Guerra (ESG), a Central Intelligence Agency (CIA) e o departamento de estado norte-americano. Esses conspiradores temiam o avanço das forças populares nos órgãos estatais e nas reivindicações sociais, políticas e econômicas. Essa visão segue um caráter conjuntural, muito embora também se utilize de elementos temporais amplos.

---

<sup>116</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *1964: temporalidades e interpretações*. p. 15-28. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

O quarto e último conjunto de análises destaca as ideias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia. Nela se apresenta a ótica da radicalização entre as forças políticas como elemento essencial para a deflagração do golpe, embora também seus defensores venham sendo criticados com certa veemência.

No bojo das explicações sobre o golpe de 1964, Celso Frederico enfatiza que a construção historiográfica deve manter distância da *generalização* que dilui os acontecimentos num todo indistinto. Mas opõe-se também ao *empirismo* que isola o fenômeno estudado de seu contexto global<sup>117</sup>.

Neste sentido as diversas interpretações historiográficas podem dar mais ou menos atenção a um determinado ponto de vista. Porém deve-se buscar entender o movimento de 31 de março a partir de um contexto amplo, que carregue em sua essência aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, diplomáticos etc.

De fato, o golpe não ocorreu de forma aleatória, muito menos foi um fato isolado na história brasileira e latino-americana. Ele foi sim construído sob o signo das peculiaridades de uma sociedade submersa em antagonismos. Nesse sentido sua explicação carrega elementos estruturais e conjunturais. Notadamente os aspectos citados acima devem ser percebidos como retalhos que se entrelaçam na formação do tecido histórico brasileiro. A partir daí é que se tornam claro os reais motivos que levaram as forças de direita a quebrar a ordem democrática. Elas podem ser caracterizadas, de uma maneira geral, por serem conservadoras, capitalistas e anticomunistas.

Vale salientar que essa tradição anticomunista, enraizada em uma parcela considerável da sociedade brasileira, em especial, nas elites, advém, em parte, da influência do catolicismo. Este por natureza tem ojeriza ao modelo político, econômico e social defendido pelos seguidores do marxismo. A Igreja Católica coloca-se então como um dos baluartes opositores ao comunismo ateu. Neste sentido após o golpe de 31 de março, parte da cúpula da instituição eclesiástica no Brasil lança um documento saudando os golpistas. Vejamos abaixo parte dele.

O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo a geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via

---

<sup>117</sup> Frederico, Celso. *Op. Cit.*, p. 102.

a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram [que] se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra.<sup>118</sup>

O processo de construção desse documento se deu a partir da convocação de uma reunião extraordinária da CNBB, realizada entre os dias 27 a 29 de maio de 1964, no Rio de Janeiro. O intuito de tal atitude era posicionar politicamente a Igreja nesse novo cenário. As principais lideranças eclesiais participaram dessa discussão. No entanto não houve consenso quanto ao documento final. Em sua primeira parte que destacamos acima, observamos uma explícita saudação dos bispos aos golpistas. Essa se alicerçou na tradição e medo do comunismo bolchevista ateu que a Igreja possuía.

Em sua segunda parte percebe-se já uma preocupação de alguns bispos progressistas, entre eles, Dom Hélder Câmara, com os rumos que o novo governo poderia seguir. Vejamos abaixo.

Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força, não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transforme em objeto de ódio ou de vindita.<sup>119</sup>

Nesse segundo trecho do documento fica clara a preocupação de alguns bispos com as perseguições políticas já iniciadas pelos golpistas. O uso da violência e tirania já era percebido, assim como a arbitrariedade tão característica da ditadura que acabara de se implantar. O posicionamento desses bispos na elaboração desse documento oficial da CNBB norteará parte de suas atuações no decorrer da ditadura. A luta pela defesa dos direitos humanos será uma das principais bandeiras levantadas pela Igreja Católica nesse momento de exceção.

Portanto, ao discutimos o golpe de estado e a ditadura civil-militar no Brasil, inúmeros são os caminhos que podemos percorrer para analisá-la. Sem dúvida, um

---

<sup>118</sup> Jornal O São Paulo. Ano IX, nº 436: 07 de junho de 1964, p. 02.

<sup>119</sup> *Idem.*

destes pode ser uma reflexão mais apurada sobre a história das forças armadas e seu caráter intervencionista no cenário político brasileiro. A adoção dessa possibilidade em nosso trabalho se apresenta viável para entendermos parte das movimentações que levaram à quebra da ordem democrática em 64, bem como a perpetuação de governos militares durante cerca de duas décadas.

Naturalmente não desmerecemos as outras explicações. Pelo contrário, elas se mostram bastante valiosas, pois completam umas as outras. Além de apontar um conjunto amplo de situações que contribuíram para o desencadeamento e sustentação do golpe. No decorrer de nossa narrativa, serão visíveis pontos de interseção, nos quais estas interpretações se confundem. De todo modo não se pode observar o golpe e a ditadura por meio de um olhar singular, eles devem de ser vistos a partir de uma multiplicidade de olhares.

A partir daí deve-se mencionar que o golpe não foi um fato isolado na história de intervenções das forças armadas brasileiras. Os militares sempre exerceram um papel destacado em alguns momentos da república, desde 1889 até 1964. Essa participação se deu por meio de ameaças, tentativas ou intervenções diretas. Nesse contexto podemos ainda destacar os apoios determinantes em alguns episódios que não configuram a quebra da ordem vigente.

Para uma melhor visualização, podemos enumerar os seguintes acontecimentos: os golpes de 1889, 1930, 1937 e 1945; a Coluna Prestes na década de 1920; a ameaça de deposição de Getúlio Vargas, em 1954; a tentativa de impedir a posse de Juscelino, em 1955 e João Goulart, em 1961; e, finalmente a quebra da ordem democrática de 1964. Percebemos que alguns desses distintos episódios parecem não ter ligação alguma entre si, entretanto, ao olharmos com mais atenção, podemos observar um aspecto de extrema relevância, que diz respeito à constante presença das forças armadas na política brasileira. Como não seria viável, embora seja prudente, analisar uma a uma essas participações, debruçar-nos-emos sobre a última.

Antes de qualquer coisa, torna imperioso se destacarem aspectos relevantes sobre as forças armadas brasileira. Estes dizem respeito à caracterização dessas instituições. Elas possuem um caráter nacional, masculino e hierárquico. Embora tenham suas ações desencadeadas a partir de uma ordem superior, apresentam, internamente, certa heterogeneidade. Outro fator importante diz respeito à forte formação ideológica.

No Brasil as forças armadas colocam-se acima do bem e do mal. Eles se veem como uma espécie de “poder moderador”, que a qualquer momento pode arbitrar na política nacional. O exército então afirma ser o defensor da pátria e o representante do povo. Autodenomina-se de o povo fardado. Tendo em vista todo esse pensamento intervencionista e centralizador, eles colocam-se a favor da bandeira positivista e não da democrática republicana.

Neste sentido o trabalho de Nilson Borges<sup>120</sup> aponta que devemos analisar o papel das forças armadas no cenário político brasileiro a partir de duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares exerciam uma função arbitral-tutelar, ou seja, intervinham, restabeleciam a ordem constitucional e passavam a condução do Estado aos civis; a segunda, pós 64, quando os militares efetivamente passam a ditar as regras do jogo, ou seja, eles assumem diretamente a condução do Estado.

O protagonismo exercido pelas forças armadas brasileira, em especial, pelo exército, após 1964, tem raízes em um processo de modernização interna<sup>121</sup> dessa instituição. Tal modernização se verificou a partir de dois pontos: o primeiro está ligado diretamente ao contexto global da guerra fria, quando havia a necessidade de um posicionamento entre o capitalismo ou o socialismo. O segundo e mais complexo, advém primordialmente do contato de oficiais brasileiros com o exército estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. Foi a partir dessa convivência e articulação que surgiram novos instrumentos de formação teórica para a oficialidade e os civis tupiniquins.

Em decorrência dessa relação entre brasileiros e americanos, criou-se a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. A ESG foi o principal centro teórico formador da oficialidade brasileira durante muitos anos. Também deve-se destacar que civis foram formados nessa instituição. Nela se destacam como parâmetros absolutos as ideias de anticomunismo, de livre comércio e de uma nova Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

---

<sup>120</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. p. 13-42. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. V. 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>121</sup> Serbin dedica um espaço importante em sua obra, a questão sobre a modernização teórica do exército brasileiro. SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 86-107.

Em seu trabalho, Maria Helena Moreira Alves<sup>122</sup> aponta que a DSN brasileira vincula-se a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento católico (ALVES, 1987, p. 33). Ela teria influência direta da ideologia de segurança norte-americana no período da guerra fria, que adota o conceito de guerra total. Assim como da francesa, que já envolvida na disputa com a Argélia, prioriza o combate ao inimigo interno. Para essa autora, a versão tupiniquim da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

[...] constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de estado.<sup>123</sup>

Portanto torna-se relevante ressaltar que os ensinamentos da ESG foram postos em prática pelas forças de direita no cenário político, econômico e social brasileiro. No que tange ao campo da política interna, irrompem alguns questionamentos sobre sua prática. Estes se alicerçam nas interrogações sobre o que seria o Estado de Exceção, implantado pela ditadura e como ele se sustentou durante tanto tempo no Brasil.

A conceituação do termo *Estado de exceção* compõe-se de enormes obstáculos, tanto do ponto de vista político como do jurídico. Embora as teorias mais gerais afirmem que o Estado de necessidade, sobre o qual se baseia a exceção, não pode ter forma jurídica; mas a própria definição do termo tornou-se difícil por situar-se no limite entre a política e o direito. (AGAMBEN, 2004, p. 11)

Porém devemos levar em consideração que os limites destes estados de exceção devem ser observados a partir de um ângulo político e não por meio de um olhar jurídico, pois eles surgem em momentos de crises políticas. Outro importante fator diz respeito ao entrelaçamento de interesses públicos e privados na construção e atuação desse regime. Nesse sentido Agamben afirma que

<sup>122</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>123</sup> *Ibidem*, 1987, p. 26.

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre o público e o privado – estão desativadas.<sup>124</sup>

Também observamos uma ligação tênue entre o Estado de exceção e o Estado de guerra. Agamben nos fala que

[...] o totalitarismo moderno pode ser definido, neste sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.<sup>125</sup>

No Brasil, a instalação da Ditadura Militar e a conseqüente formação do Estado de exceção estão diretamente concatenadas com a Doutrina de Segurança Nacional. O corpo teórico desenvolvido pela DSN trabalhava quatro pontos principais: os objetivos, o poder, a estratégia e a segurança nacional.

Sendo que o alicerce principal da DSN diz respeito à guerra, ou seja, a luta contra inimigos externos (comunismo internacional) e os internos (opositores ao regime). Com isso o Estado se dá o direito de instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel “moralizador”, desmobilizando, com isso, a população. (DELGADO; FERREIRA, 2003, p. 29)

Com a vitória dos golpistas, o Estado de exceção tratou logo de desmobilizar as esquerdas, as forças democráticas mais radicais e os trabalhadores. Serbin afirma que, a partir de 64, mais de 3 mil sindicatos foram fechados (SERBIN, 2001, p. 89). Notadamente o campo, nosso território de pesquisa, foi um dos espaços que mais sofreu com esses desmandos ditatoriais. Houve intervenção na maioria dos sindicatos rurais.

---

<sup>124</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 13.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 13.

Em Pernambuco, apenas quatro ficaram fora da intervenção<sup>126</sup>. Tal atitude ficou conhecida como operação limpeza.

Portanto é por meio dos parâmetros teóricos da Doutrina de Segurança Nacional que o Estado brasileiro se pauta a partir de 1964. Nesse sentido a ditadura impôs, aos trabalhadores de uma forma geral, o recuo das lutas e de suas organizações classistas. As forças políticas de esquerda do pré-golpe simbolizavam agora o inimigo interno que deveria ser combatido a todo custo. Essa perspectiva foi adotada com eficácia e a repressão tornou-se uma política de Estado permanente no pós-64.

Passado o impacto inicial do golpe e mesmo diante de uma forte repressão, os trabalhadores, estudantes e forças opositoras em geral passam a se reorganizar novamente, de forma incipiente, em fins da década de 1960. Também se devem mencionar neste meio as organizações de esquerda, em especial, as revolucionárias, que defendiam com afinco a luta armada. Embora tenham existido tremendos obstáculos para isso, eles conseguem aglutinar forças suficientes para desafiar de algum modo a Ditadura. Esses desafios podem ser medidos a partir da resistência às difíceis condições de vida, de trabalho e de participação política. Sendo esta última assumida, principalmente, pelo movimento estudantil e pelas organizações armadas.

Mediante tal cenário, a repressão política que existia de forma constante desde o início da Ditadura acentuou-se a partir de 1968. A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro, simboliza o início de um período repressivo nunca visto antes na história brasileira.

Devemos encarar esse contexto nacional a partir de um entrelaçamento com o simbólico ano de 1968. Esse, é em si, um marco na história mundial, pois nele encontramos uma gama de manifestações ao redor do mundo. Não necessariamente havia ligações entre esses eventos, todavia eles se colocaram como importantes porque contestaram de alguma forma a situação política, tanto no ocidente como no leste, além de posicionamentos conservadores relacionados à cultura e ao comportamento. Esses fatos estão inseridos naquilo que Hobsbawm<sup>127</sup> vai chamar de Revolução Cultural.

---

<sup>126</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. “Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, Pernambuco em 1968”. p. 171-190. In: *Clio: revista de pesquisa histórica*. Recife: Universitária/UFPE. v. 26, n. 1, 2009, p. 183.

<sup>127</sup> HOBBSAWM, Eric J.. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

No Brasil, 1968 teve um marco muito específico, extremamente vinculado ao movimento estudantil e à luta contra a ditadura militar<sup>128</sup>. Embora existissem outras frentes de luta, tais como: o movimento operário, que em parte foi influenciado pela atuação da Juventude Operária Católica; e o camponês, que apesar da intensa repressão conseguiu promover uma greve de proporções nacionais, na cidade do Cabo de Santo de Agostinho, em Pernambuco. Outro fator relevante neste momento, diz respeito a possibilidade de oposições sindicais venceram as eleições marcadas para este ano. Além do mais havia setores da direita que almejavam o fim da Ditadura e a entrega do poder ao civis. O AI-5 veio então para fechar os últimos canais de diálogo entre os militares e seus opositores e assim acabar com a oposição que ainda ousava se manifestar contra o Estado de exceção imposto em 1964.

O trecho do Diário Oficial do Estado de Pernambuco reproduz as explicações para a decretação do Ato Institucional nº5. Ele então afirma que:

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la.

Considerando que assim se torna imperioso a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural, e a harmonia política e social do país, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.<sup>129</sup>

Neste pequeno trecho do AI-5, podemos destacar alguns pontos relevantes, que apontam uma total sintonia entre as ações do governo militar e os parâmetros pregados pela DSN. Elementos como a ordem e a segurança podem ser entendidos por meio do conceito de guerra interna. A questão do desenvolvimento econômico pode ser encarada através da concepção de formação de um Brasil potência. Saltando essas ligações

<sup>128</sup> ARAÚJO, Maria Paula. “1968, nas teias da história e da memória”. p. 101-116. In: *CLIO: revista de pesquisa histórica*. Recife: Universitária/UFPE. v.26, n.I, 2009, p. 108.

<sup>129</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Ano XLV, nº 270. Recife: 14 de dezembro de 1968.

estreitas, observamos a “problemática” *da harmonia política e social do país*. Esta deve ser percebida a partir da repressão política aos opositores do regime. Ou seja, os indivíduos e as instituições não devem fazer oposição à ditadura fora dos limites impostos por ela, pois caso assim procedam estarão praticando atos subversivos dotados de punição.

Ainda com relação ao AI-5 podemos perceber que este apresenta o que seria a ditadura dali pra frente. A decretação desse Ato significa dizer que o regime se fecha ainda mais, iniciando assim o que ficou conhecido como *anos de chumbo*. Estes compreendem o espaço temporal de parte do governo Costa e Silva até o fim do governo Médici. Nesses anos o Brasil vive um autoritarismo latente. Os direitos sociais, políticos e trabalhistas, por exemplo, não estavam mais assegurados. O *Habeas corpus*, dispositivo jurídico essencial, fora suspenso. Assim como o congresso nacional e assembleias legislativas estaduais foram fechadas.

Os tempos eram de extrema repressão. Esta se abateu pelos mais distintos espaços e instituições. Do campo à cidade, da Igreja à esquerda armada, das forças armadas até os trabalhadores, todos podiam ser considerados subversivos a qualquer momento. Prisões, sequestros, torturas e assassinatos foram praticados em larga escala. Portanto durante o fim de 1969 até o início de 1975, o Brasil esteve mergulhado em um pesadelo. Esses foram os anos que compreendem o governo do ditador Médici, e muito disso ainda foi conservado no governo Geisel.

O governo do General. Emilio Garrastazu Médici foi o mais autoritário dentre todos os governos militares. Nele o uso da repressão, alicerçada, especialmente, na espionagem, na polícia política, na censura e nas infames torturas, tornou-se algo corriqueiro. Os sequestros e assassinatos também preenchiam táticas governamentais e de grupos de extrema direita, entre eles, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). As esquerdas armadas e alguns membros da Igreja sofreram na pele esses métodos utilizados nos anos de chumbo. A utilização da propaganda também pode ser mencionada como elemento característico. São anos de campanhas e lemas nacionais como: “Brasil Potência”, “Brasil: ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura o Brasil”.

Concomitantemente a essas questões envolvendo a repressão e a propaganda, o governo Médici destacou-se pela realização de grandes obras. Entre elas podemos mencionar a construção da ponte Rio – Niterói e da Transamazônica. Tais fatos serviam

como argumentos para justificar o regime autoritário e, conseqüentemente, buscar uma legitimação junto à população.

Carlos Fico<sup>130</sup> em um de seus trabalhos reconstrói os pilares dessa repressão desencadeada pelos militares face aos “subversivos” e à população de maneira geral. Para ele a ditadura atacou em vários campos, estruturando-se, principalmente, a partir da espionagem, da polícia política, da censura e da propaganda. Naturalmente esses mecanismos foram extremamente utilizados nos anos de chumbo.

Na esfera econômica, podemos destacar que os vencedores de 1964 adotaram efetivamente os parâmetros da DSN. No primeiro instante o cenário foi de crise e alta inflacionária. Esta estava atrelada à falta de dinamismo pela qual o modelo de substituição de importações passava e que, por sinal, ainda não havia sido completamente removido. Neste sentido instalou-se o modelo de economia dependente. Em linhas gerais este se baseou na associação efetiva de nosso desenvolvimento econômico ao capital internacional.

Na visão de Octávio Ianni, o desenvolvimento industrial desse período deve ser identificado a partir de um modelo de desenvolvimento associado ou de internacionalização da economia brasileira. De fato, internacionalização do setor industrial (IANNI, 1978, p. 27).

Foi somente em fins da década de 1960 que a economia brasileira voltou a dar sinais de recuperação e crescimento. Nesse sentido, a partir de 1967, tem-se o início do chamado “milagre econômico brasileiro”. Este pode ser caracterizado a partir de dois pontos de vista: o primeiro diz respeito a um crescimento econômico sem distribuição de renda; o segundo, por sua vez, chama a atenção para a necessidade de eficácia da economia como meio de justificar o regime ditatorial.

Existem ao menos outros dois fatores essenciais a serem destacados quanto ao milagre brasileiro, que são de cunho nacional e internacional. No que tange à questão interna, deve-se observar que tal crescimento foi acompanhado de perto por um excessivo arrocho salarial aos trabalhadores, bem como por uma forte política de perseguição e opressão aos opositores do regime. No tocante às peculiaridades externas,

---

<sup>130</sup> FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. p. 167-205. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. V. 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

podemos apontar que esse período está inserido naquilo que Eric Hobsbawm<sup>131</sup> vai chamar de era de ouro da economia mundial. Tendo o seu término marcado pela crise do petróleo, em meados de 1973. Concomitantemente, é a partir daí que o crescimento econômico tupiniquim entra em crise.

Em resumo, o trabalho de Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp aponta que

O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a ideia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento [...]. Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime.<sup>132</sup>

Portanto ao nos determos em análises históricas sobre o período da Ditadura Militar brasileira, devemos levar em consideração inúmeros problemas e percebemos que os cenários político e sócio-econômico andam de mãos dadas, tendo sofridos profundas mudanças após o golpe de 1964. Estas afetaram a sociedade de uma forma geral. Todavia os trabalhadores a sentiram mais de perto.

### 2.3 Experiências de lutas no campo

As lutas e reivindicações das massas empobrecidas do campo sempre estiveram presentes na história do povo brasileiro. Apesar disso, essas manifestações são difíceis de serem identificadas e assumidas pela sociedade em geral, pois, frequentemente, não foram escritas nas páginas da memória coletiva de nossa população.

Essas manifestações surgem como resultado das contradições do desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro, que se estruturou a partir da

---

<sup>131</sup> HOBSBAWM, Eric *Op.Cit.*

<sup>132</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. p. 207-241. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. V. 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 234.

concentração de terra e renda, ocasionando por séculos disputas pelo direito ao uso e à posse da terra. Quase sempre a violência foi uma das características desses embates, que colocaram duas classes opostas em conflito. De um lado, os ricos proprietários e seus latifúndios; do outro, os pobres trabalhadores e sua mão-de-obra.

Nesse sentido observamos que os primeiros conflitos relacionados à questão da terra são oriundos da disputa entre índios e brancos e, posteriormente, entre os escravos negros que se sublevaram contra os brancos<sup>133</sup>.

Dessa forma torna-se clara a existência de uma defesa contínua dos explorados face aos exploradores do campo. Assim como assinala Abreu e Lima:

[...] a resistência e o confronto com os poderosos do campo fazem parte da história do povo brasileiro. Lutas de tribos indígenas, movimentos de escravos, litígios e reações de parcela das populações pobres foram uma constante ao longo de nossa formação.<sup>134</sup>

O campo sempre foi um local de disputas e conflitos. No entanto as primeiras grandes lutas camponesas a terem destaque no cenário nacional foram as que coincidiram com o fim do império e o início da república. Nesse momento surgem os movimentos messiânicos (Canudos, Juazeiro e Contestado) e o cangaço<sup>135</sup>. Essas experiências de alguma forma acabaram por contestar a situação de miséria, exploração e opressão em que viviam milhares de pessoas no interior do país, além de trazerem inserida a problemática da posse da terra.

Portanto, até meados de 1940, o messianismo e o cangaço, foram as experiências dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa; a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato rural serão as formas mais importantes de organização e luta política desses personagens do campo (MARTINS, 1981, p. 67).

O período que compreende o fim da década de 1950 e o início da de 1960 foi marcado por intensas experiências de lutas no campo. Essas resultaram do avanço do capitalismo e suas sempre atualizadas formas de exploração. Em decorrência disso a

---

<sup>133</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>134</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos e projetos*. Recife: Universitária/UFPE. 2005, p. 09.

<sup>135</sup> Para um melhor esclarecimento sobre o este assunto ver: Medeiros, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais do campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989; MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

problemática da terra, evidenciada na discussão sobre a reforma agrária, ocupou um espaço cada vez maior no cenário político nacional. Segundo Medeiros<sup>136</sup>, nesse instante a reforma agrária tornou-se uma proposta colocada na ordem do dia.

Essa nova fase dos conflitos no campo foi inaugurada com a criação, no ano de 1955, da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no engenho Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão, agreste de Pernambuco. Segundo Montenegro<sup>137</sup>, a mobilização dos camponeses de Galiléia tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade.

As lutas e reivindicações dos camponeses acarretaram uma disputa pelo controle das organizações que os representavam. Tal fato ocorreu por eles serem agora vistos como uma classe social importante no cenário político brasileiro, pois estabeleciam de forma concreta seus órgãos classistas e exigiam seus direitos.

Nesse processo podemos apontar três propostas que ganharam destaque: a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a das ligas camponesas e a da Igreja Católica; embora tenham existido outras, como do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Ação Popular e mesmo de setores do governo.

No que diz respeito à proposta do PCB, podemos destacar que, por esse partido ter uma visão marxista ortodoxa, ele acreditava na existência do feudalismo no campo, que por sua vez deveria ser eliminado para o pleno desenvolvimento capitalista. Portanto o fim do latifúndio seria objeto de interesse dos camponeses, bem como da burguesia nacional. Nesse sentido defendia-se um modelo etapista, no qual, no primeiro momento, a partir da formação de uma frente ampla, a revolução deveria atender a um caráter democrático burguês.

Para o PCB, a organização dos camponeses se daria inicialmente a partir das reivindicações mais cotidianas, tais como: a luta pela abolição de vales e do barracão, por um maior prazo nos arrendamentos, por crédito mais barato, entre outras (ABREU E LIMA, 2005, p. 20).

---

<sup>136</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais do campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

<sup>137</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. p. 241-271. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe civil-militar de 1964*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Vale ressaltar que, mesmo estando na ilegalidade, o PCB manteve uma forte presença no campo, chegando nos anos 50 e 60 a influenciar a criação de inúmeros sindicatos rurais. Também foi a partir da atuação do Partido Comunista Brasileiro que se criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954.

No que tange às Ligas Camponesas desenvolvidas a partir SAPP, elas nasceram estatutariamente a partir de objetivos assistencialistas, evidenciados no momento de criação de um fundo de ajuda mútua entre os trabalhadores, a fim de comprar o caixão para os mortos, que anteriormente passavam pela humilhação de serem enterrados no esquife da prefeitura<sup>138</sup>. Posteriormente, com a entrada de Francisco Julião, de intelectuais e estudantes, as Ligas passaram a ter um caráter político-jurídico.

Sua atuação ocorreu paralelamente aos sindicatos influenciados pelo PCB e pela Igreja Católica e foi marcada por uma constante luta jurídica alicerçada no Código Civil. As Ligas ganharam grande repercussão nacional à medida que se expandiram além do Estado de Pernambuco e radicalizaram seu discurso em face da reforma agrária. Exemplo disso foi a aprovação no congresso da ULTAB, realizado em 1961, na cidade de Belo Horizonte, do lema reforma agrária na lei ou na marra.

Com relação à Igreja Católica, deve-se destacar que ela só entrou nesse cenário de lutas e embates no campo, ao lado dos trabalhadores, a partir da década de 1950. Essa atitude pode ser encarada como uma resposta ao avanço do PCB e das Ligas Camponesas, que até então eram os principais influenciadores das organizações classistas no campo. Sua atuação ocorreu de forma conciliatória, buscando a todo o momento o entendimento entre as classes.

Neste sentido, sua atuação reconhecia que as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos camponeses eram oriundas da concentração de terra e renda nas mãos dos latifundiários. Porém acreditava-se que o melhor caminho para acabar ou menos diminuir esses problemas, estariam nas reformas e não na revolução. Dessa forma a Igreja dimensionou fortemente seu trabalho na sindicalização rural.

Com o Golpe civil-militar de 1964, ocorre um recrudescimento nas lutas camponesas. Muito embora ainda exista algum tipo de atividade que possa ser encarada

---

<sup>138</sup> *Idem.*

no âmbito da resistência político-social. Os trabalhadores rurais e seus órgãos de classe sofrem com uma intensa repressão governamental. Em decorrência desse processo, muitas conquistas trabalhistas do pré-64 são relegadas pelos patrões, ocasionando uma maior precarização na vida desses homens e mulheres pobres do campo. Neste sentido Socorro Abreu afirma que

A piora nas condições de vida dos camponeses após o Golpe foi de tal ordem que, frequentemente, afirma-se que eles se encontravam famintos, desesperados, exaustos, sem condições de reagir. Por outro lado, e exatamente devido a essa situação, é possível perceber que, mesmo sem o peso que tinham suas atividades antes de abril de 64, registros de resistência de camponeses à expulsão, e propostas de desapropriação de engenhos feitas pelo próprio governo por intermédio da Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA).<sup>139</sup>

Em Pernambuco, no que tange a participação da Igreja, podemos perceber que ela atuou principalmente a partir do SORPE, que teve grande destaque no pré 64. Pois influenciou um grande número de sindicatos e colocou-se como uma força importante na direção das lutas dos camponeses.

Após o Golpe, a atuação do SORPE foi limitada à medida que muitos dos seus sindicatos sofreram intervenção e os rumos da Igreja em Pernambuco e, em parte do Nordeste, foram influenciados por novos posicionamentos pastorais. Esses podem ser percebidos pelo trabalho de Dom Hélder Câmara à frente da AOR e do Regional Nordeste II da CNBB.

Nesse sentido um questionamento importante surge: porque Dom Hélder, ao assumir a Arquidiocese, não incentivou o trabalho do SORPE e preferiu criar o movimento de Ação Católica Rural? A resposta dessa pergunta pode ser respondida à medida que visualizamos as diferenças nas ideias e no trabalho desses órgãos.

---

<sup>139</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. “Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, Pernambuco em 1968”. p. 171-190. In: *Clio: revista de pesquisa histórica*. Recife: Universitária/UFPE. v. 26, n. 1, 2009, p. 183.

O SORPE nasceu como resposta conservadora da Igreja ao avanço do PCB e das Ligas. Sua atuação esteve diretamente ligada à sindicalização rural, enfatizando a formação de lideranças que viessem a assumir os órgãos de classe. Neste sentido o sindicato seria o meio utilizado para influenciar ou controlar as lutas do campo. Dessa forma seu trabalho ocorreu de forma moderada, apesar de promover críticas e ações em face da situação de exploração dos trabalhadores.

Já a Ação Católica Rural pode ser caracterizada como um movimento de evangelização libertadora. Tendo como objetivo a conscientização dos camponeses em face da sua missão de cristão no meio em que vive e de como membro de uma classe social que deve lutar por direitos, ou seja, a atuação da ACR buscava preparar os homens e mulheres pobres do campo para que eles vivenciassem o evangelho em sua realidade. A partir desse intuito, almejava-se uma ação concreta. Todavia essa não seria exclusivamente concretizada a partir dos sindicatos, mas sim em todos os ambientes onde existisse exploração e injustiças.

## CAPÍTULO 3

### **AÇÃO CATÓLICA RURAL: PRÁTICAS DE UM COMPROMISSO LIBERTADOR**

Neste capítulo abordaremos a construção da Ação Católica Rural e seu trabalho junto às massas. Este se compõe como sendo o mais desafiador e intrigante de ser escrito, pois aqui apresentaremos nossas análises de um movimento que, apesar de sua importância, pouco foi estudado por historiadores. A responsabilidade da construção de uma interpretação que venha a contribuir para a historiografia tornou-se, ao longo da pesquisa, algo fascinante, temeroso e animador. Lançar um olhar sobre um movimento que buscava conscientizar os camponeses, em um período de autoritarismo, requer inúmeras reflexões e cuidados.

Na historiografia, há um respeitável conjunto de escritos que destacam as formas de organização e de lutas dos camponeses, bem como a ditadura militar e a Igreja Católica. No entanto pouca ou quase nenhuma atenção foi dada à Ação Católica Rural. Sabemos que o objeto desses estudos anteriores não se fez a partir da ACR, por isso talvez se explique a lacuna. Todavia em nossa pesquisa priorizamos o trabalho desse movimento e, a partir, daí buscamos preencher de forma inicial este espaço, tendo a consciência de que esta dissertação não esgota o objeto de estudo e muito menos pode ser encarada como sendo a história oficial do movimento.

Para nós é fascinante adentrar em um universo tão amplo e rico e, ao mesmo tempo, pouco explorado por historiadores. Também nos seduz perceber que passados mais de 45 anos de sua criação, a Ação Católica Rural permanece viva nos corações daqueles que dela participaram. Angústias e alívios, tristezas e alegrias seguem presentes nas memórias de homens e mulheres, leigos ou membros da hierarquia católica que ao longo dos anos se fizeram partícipes na construção dos seus objetivos e de suas práticas. Em nosso trabalho buscamos, então, compreender o papel desse movimento e de seus membros.

Para consecução de tal iniciativa, levantamos um conjunto expressivo de fontes. Estas giram em torno, especialmente, de documentos produzidos pela própria ACR, sendo estes compostos por relatórios de encontros, assembleias, jornais e entrevistas realizadas com alguns de seus militantes. A estes se acrescentam registros oriundos do

DOPS, jornal O São Paulo e da publicação do *Boletim Arquidiocesano*. Ao longo de nossa narrativa, confrontamos e entrelaçamos essas fontes. Sabendo que esses documentos só nos falam quando são interrogados. Assim eles exprimem vestígios, pistas que cabem ao historiador desvendar.

Pretendemos, a partir daí, trilhar apenas um dos muitos caminhos que se apresentaram na construção do conhecimento histórico. Essa estrada percorrida ilustra mais do que o caminhar de um movimento, ela traz à tona a participação de pessoas comuns, que ousaram se organizar, denunciar e lutar por seus direitos. Na linguagem da própria ACR, se animar.

Dessa forma, abordaremos inicialmente o caminhar da Ação Católica Rural a partir do contexto histórico de sua construção e de seu trabalho. Neste ponto priorizamos a realidade política ditatorial e a tradição de lutas dos camponeses pernambucanos, a chegada do Pe. José Servat em Pernambuco e o diálogo entre a ACR e a Arquidiocese de Olinda de Recife.

Em um segundo momento, verificamos como era o funcionamento interno da ACR. Aqui destacamos essencialmente a construção dos objetivos e as estruturas. Em seguida, focaremos nas dificuldades encontradas para a manutenção do trabalho.

### **3.1 Construindo um caminhar: o nascimento da Ação Católica Rural**

O Brasil é um país passivo, harmonioso, livre de guerras e conflitos sangrentos. Sua história foi escrita a partir do protagonismo das elites, contando com participações pontuais de classes médias e massas empobrecidas. Essa é a perspectiva enraizada no senso comum nacional e que por décadas tomou conta da historiografia. Tal afirmação atende a um objetivo político de negar as lutas das camadas populares, bem como de isolá-las e classificá-las de forma secundária no tecido histórico brasileiro.

Os recentes trabalhos promovidos, principalmente, por historiadores, vêm desmistificar essa tese. A história do Brasil foi sim composta de inúmeros conflitos que se entrelaçam. Estes ocorreram desde a chegada dos colonizadores portugueses. Partes desses embates deram-se no campo em decorrência de uma estrutura econômica alicerçada na concentração de renda e de terras. As massas empobrecidas do interior

constantemente também se fizeram presentes nessas lutas e, portanto, não podem ser relegadas a um mero papel de coadjuvantes.

O constante intuito de revisar a história nos leva a perceber que mesmo diante de um cenário adverso, composto, particularmente, pela ditadura civil-militar, os trabalhadores do campo ousaram se organizar e lutar por suas reivindicações. Dentro dessa perspectiva é que nos deparamos com o trabalho da Ação Católica Rural. Nesse sentido, ao propormos uma análise histórica sobre a ACR, devemos levar em consideração ao menos três caminhos que se cruzam. Estes são fundamentais para entender sua criação e seu caminhar junto às massas.

A primeira estrada a ser percorrida diz respeito ao cenário político, econômico e social do campo. Nele encontramos uma forte tradição de lutas e resistências dos camponeses em face da situação de miséria e exploração vividas por estes. Esses embates se deram desde o período colonial. Após o golpe de 64 e a implantação da ditadura civil-militar, as manifestações políticas dos trabalhadores foram sendo cada vez mais escassas. Contudo não desapareceram. Pernambuco retrata muito bem tal contexto. Apesar das adversidades, por aqui houve grupos que se mantiveram firmes dentro dessa tradição de luta camponesa. A ACR torna-se então um exemplo prático dessa empreitada.

Portanto a Ação Católica Rural é fruto, por um lado, das tradições de lutas camponesas, por outro, de uma presença cada vez mais constante da Igreja nesse cenário. Esta ocorreu, principalmente, a partir da atuação nos sindicatos. Em Pernambuco, podemos destacar como parte dessa influência católica no campo as ações desencadeadas pelo Pe. Paulo Crespo, à frente do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), criado no ano de 1961. Na ótica de Abreu e Lima, esse órgão

[...] tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo e levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada.<sup>140</sup>

Ainda com relação à atuação do SORPE, podemos destacar que ela também englobou outra preocupação especial, a formação dos trabalhadores. Estes passavam

---

<sup>140</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Op. Cit.*, p. 42-43.

constantemente por cursos, que dialogavam com temáticas ligadas aos problemas cotidianos dos camponeses, à construção de lideranças e à idealização do sindicato. Também devemos fazer menção aos inúmeros sindicatos que foram criados a partir da atuação do SORPE, entre eles, o de Vitória de Santo Antão.

Outra iniciativa de destaque relacionada à presença da Igreja no campo foi a do Pe. Melo. Ele atuou a partir do município do Cabo de Santo Agostinho, onde auxiliou camponeses em lutas contra usineiros e empresas situadas na localidade, entre elas, a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO). Embora tenha inicialmente estado ao lado dos menos favorecidos, padre Melo foi assumindo posições cada vez mais à direita, sendo que sua casa, nesse município, chegou mesmo a sediar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ABREU E LIMA, 2005, p. 44).

O discurso propagado por padre Melo compunha-se de um forte teor conciliatório. O mesmo acreditava que os camponeses conseguiriam alcançar suas conquistas trabalhistas, como, por exemplo, o salário mínimo, a partir do momento que os proprietários aumentassem seus lucros. Nesse sentido as ações promovidas por trabalhadores estariam, em último caso, também beneficiando os patrões a majorarem o preço dos seus produtos, em especial, a cana-de-açúcar. Em tal perspectiva as iniciativas defendidas por Pe. Melo assemelhavam-se aos ensinamentos propostos pela carta de Leão XIII de 1891. A *Rerum Novarum* acreditava na possibilidade do capitalismo se humanizar e, conseqüentemente, na conciliação entre patrões e empregados. Essa ideia serviria para que os trabalhadores não radicalizassem a sua luta. Abreu e Lima ainda destaca que

A marca desse discurso do Padre Melo, porém, não é só o espírito de conciliação, mas de condicionamento da melhoria dos trabalhadores ao aumento do lucro dos patrões, como se a miséria daqueles não fosse fruto das ações destes.<sup>141</sup>

Podemos ainda mencionar outra iniciativa envolvendo a Igreja no campo. Esta ocorreu a partir de uma experiência de formação e conscientização de leigos, que desenvolveu-se na Diocese de Pesqueira<sup>142</sup>, agreste de Pernambuco, desde os idos de

---

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>142</sup> Diocese criada pela burla *Archidiocesis Olindensis Recifensis*, do Papa Bento XV, em 1918. A Diocese de Pesqueira sofreu três desmembramentos ao longo de história, realizados em função do

1963. Tal intento motivou-se através da Juventude Rural Católica (JRC), que surgiu como um programa anual de formação humana e cristã para os jovens, por meio de equipes de base articuladas por uma coordenação nacional. Essa iniciativa decorreu da preocupação do bispo Dom Severino Mariano de Aguiar em acompanhar as lideranças ligadas à Igreja, na construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira e das lutas a serem travadas por este. O responsável por assistir tal movimento, foi o Pe. José Maria da Silva. Com a criação da ACR, esta experiência logo foi incorporada e, o Pe. José Maria tornou-se animador da Ação Católica Rural nesta região.

O segundo caminho a ser seguido depara-se com a renovação da Igreja Católica, em âmbito nacional e internacional. Essa reformulação ocorreu a partir da década de 1950. Nela, parte da instituição religiosa muda consideravelmente seu discurso e suas práticas em face das desigualdades do campo. Em decorrência de tal atitude, ela passa a ocupar um espaço de influência nas organizações classistas e nas reivindicações dos camponeses.

A terceira trilha a ser encarada, nos mostra a dificuldade de se promover um trabalho de conscientização da realidade em pleno período autoritário. Aqui as atitudes de qualquer natureza que viessem a contestar o *status quo* vigente, seriam cabíveis de repressão. Então o regime de exceção se compõe como mais um grandioso obstáculo a ser ultrapassado por aqueles que militaram na Ação Católica Rural.

Desse modo, o surgimento da ACR e seu labutar estão diretamente concatenados com o contexto acima referido. A isso se soma a participação individual e coletiva de seus militantes. Temos a consciência que esses indivíduos foram a Ação Católica Rural viva. Nestes se sobrepõem, em muitos momentos, os interesses do movimento face aos pessoais. Portanto não seria prudente deixá-los de lado, ou mesmo diminuir sua importância na vida orgânica dessa marcha, pois, segundo Marc Bloch, o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens (BLOCH, 2001, p. 54).

Naturalmente as experiências pessoais e de lutas coletivas, de cada indivíduo, contribuíram e moldaram discursos e ações do movimento. Portanto o caminhar da Ação Católica Rural se confunde com a vida de alguns de seus membros. Neste sentido

---

surgimento de novas dioceses: Petrolina, em 1923; Afogados da Ingazeira, em 1956; e, Floresta, em 1964. Atualmente a Diocese de Pesqueira tem em seu território eclesiástico treze municípios, estes são: Alagoinha, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Pesqueira, Poção e Sanharó na região agreste; Arcoverde, Buíque, Pedra, Sertânia e Tupanatinga na região do sertão.

o Pe. José Servat<sup>143</sup> é um exemplo bastante pertinente. O surgimento da ACR está, em parte, diretamente ligado a sua vinda ao Brasil, que aconteceu a partir de políticas migratórias de padres, de dioceses mais ricas para dioceses pobres, em fins da década de 1950.

Pio XII por meio da carta *Fidei Donum*, editada em 1957, faz um apelo para que padres fossem mandados para África. No governo de João XXIII, essa mesma ideia foi utilizada. Todavia com uma diferença. Quem pedira socorro fora a América Latina. Tal mecanismo se tornou necessário devido à falta de padres nessas localidades. Isso decorre, em parte, da crise de vocações que o continente latino americano, em especial, o Brasil, vivia. Outra perspectiva de encarar a convocação papal é percebê-la como uma contra proposta ao avanço socialista em nosso continente.

Portanto a vinda de Servat ao Brasil está atrelada a políticas do Estado do Vaticano. Todavia tal perspectiva não responde unicamente a essa questão. O padre francês, como ficou conhecido no meio camponês do Nordeste brasileiro, também veio ao nosso país a partir de sua concepção missionária. Em seu depoimento torna-se claro essa ideia, no momento em que ele afirma:

Sempre concebi minha missão, não apenas fechado num pequeno lugar da França, mas também numa dimensão mais universal. [...] Pensava na China, este gigante em desenvolvimento. [...] O bispo dizia-me sempre que uma China existia na sua diocese, local que poderia exercer a minha atividade. Pensei também no Brasil que conhecia por minhas leituras.<sup>144</sup>

No trecho desse depoimento observamos que o papel a ser desempenhado por um padre não poderia se restringir unicamente aos fazeres internos de uma paróquia. Na ótica de Servat, sua missão como padre deveria transpor as paredes da Igreja, bem como o universo de sua paróquia francesa. Outro fator relevante a ser apontado é a questão que diz respeito aos lugares onde ele pensou em atuar. A China seria sua primeira opção, muito embora também tenha o Brasil exercido um fascínio sobre sua decisão.

<sup>143</sup> Nascido em Pamiers, França, em 1922. Ordenou-se padre em 1947. No Brasil, foi fundador e assistente da Ação Católica Rural, bem como compôs a equipe do Seminário Regional Nordeste II (SERENE II) e do Instituto de Teologia do Recife (ITER). Também fundou a pastoral dos pescadores. Em 1990 tornou-se pároco da cidade de Itapissuma.

<sup>144</sup> Depoimento concedido ao Prof. Drº. Antônio Torres Montenegro, no dia 16 de dezembro de 1999, no município de Itapissuma - PE.

Após a convocação de João XXIII, Pe. Servat se oferece imediatamente para o serviço. Mesmo exercendo em sua paróquia um trabalho que o satisfazia e, que por sinal se assemelhará ao que será desenvolvido no Brasil. Em suas palavras ele afirma que:

[...] gostava muito do meu trabalho na França, pois chegara a uma fase em que apareciam resultados. O movimento que nesse tempo chamávamos de Ação Católica Rural, realmente atingia toda a diocese. Sentia-me realizado, pois pela primeira vez conseguíamos uma coordenação feita de camponeses e não somente de assessores.<sup>145</sup>

Observamos, portanto, que Servat labutará na França em um movimento também chamado de Ação Católica Rural. Neste os camponeses exerciam um papel central. A realização profissional se dera a partir do momento em que a coordenação do movimento fora assumida também por esses camponeses, e não somente assistentes, ou seja, por membros da hierarquia católica. No decorrer de nosso trabalho se tornarão claras as semelhanças entre as atividades e objetivos, realizados pelo padre francês em sua nação e os desenvolvidos aqui no Brasil.

No entanto sua vinda ao Brasil ainda estava cercada de interrogações. Como o castelhano havia sido sua língua de formação, depois do francês, acreditava-se que fosse deslocado para algum país da América Latina que falasse espanhol. Somente nos idos de 1964, quando Servat participa de encontros realizados entre bispos sul-americanos e franceses, que por sua vez acompanhavam a Ação Católica naquele país, é que se decidirá seu novo lugar de atuação. Vale ressaltar que tais encontros foram realizados durante as sessões do Vaticano II e nestes acontecem os primeiros contatos entre Dom Hélder Câmara e o Pe. José Servat.

O primeiro contato entre os dois marcou positivamente o padre francês. Em sua memória ele retrata esse episódio, desta forma:

Vejo, ainda, esse homem pequeno, magrinho, envolvido num amplo sobretudo de frio, gesticulando, abraçando, na rua, a homens e mulheres, no meio de um povo surpreso com esses gestos bem brasileiros. Na residência dos Bispos brasileiros, a *Domus Mariae*, tive as primeiras conversas com esse homem apressado, aceitando sem

---

<sup>145</sup> *Ibid.*

discutir todas as condições apresentadas. Nesse tempo, desejava saber o que se queria de mim antes de assinar um contrato de trabalho missionário para o Nordeste.<sup>146</sup>

Ainda envolto nos labirintos de sua consciência, que o fazia duvidar de seus reais afazeres na Arquidiocese de Olinda e Recife, Pe. Servat relata em seu depoimento, um diálogo com Dom Hélder.

Perguntei a Dom Hélder qual seria minha função e ele me deu um texto onde mais ou menos dizia: ‘Quero o despertar e a atuação do laicato cristão no momento histórico em que vive o Nordeste, ou seja, desejo uma presença da Igreja não somente do tipo sindical, mas acompanhando, através do Evangelho, as pessoas engajadas nas diversas lutas para a transformação da sociedade’.<sup>147</sup>

Tendo aceitado o trabalho proposto por Dom Hélder, era hora de ajustar os trâmites burocráticos de sua vinda. Esse processo durou alguns meses. Quando chegou ao Brasil, Servat trazia sua experiência de laboro da Ação Católica, junto aos camponeses do interior da França. Porém a realidade brasileira em nada se comparava com a francesa. As peculiaridades vividas pelos homens e mulheres pobres do campo de nossa nação chocaram o padre recém-chegado. O mundo novo que Servat descobria causa-lhe marcas impressionantes. Essas foram assim descritas:

Lembro-me sempre dos primeiros contatos que tive no Brasil e de ver esse mundo do interior praticamente sem vida e sem nenhuma esperança. Descobri também a escravidão que eu não conhecia. Ela marcou o povo que vive na Zona da Mata deixando-o sem memória, sem história, sem consciência e sem confiança nele mesmo. Descobri esse mundo rural na vida e nas casas dos trabalhadores.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. SOARES, Edla. TEDESCO, Alcides (Orgs.). *Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política*. Recife: Universitária/UFPE, 2002, p. 77

<sup>147</sup> Depoimento concedido ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

<sup>148</sup> *Ibid.*

Vale a pena ressaltar que a chegada de Servat à AOR, deu-se no início do governo de Dom Hélder Câmara. Severino Vicente da Silva<sup>149</sup> afirma que a passagem desse bispo simboliza um breve período de progressismo nessa arquidiocese tão tradicionalista. Esse foi marcado por iniciativas democráticas que visavam de uma forma geral a corresponsabilidade entre leigos e membros da hierarquia, ou seja, o arcebispo idealizava uma igreja popular, servidora e aberta ao laicato.

Nesse sentido, os discursos e ações de Dom Hélder caminhavam na perspectiva de mudança da Igreja. Como vimos no primeiro capítulo, essas estruturaram-se oficialmente a partir das resoluções do Vaticano II e de Medellín. Na AOR tal contexto foi efetivamente sentido à medida que se criaram pastorais, movimentos e organismos que refletiam essa ideia. Entre eles podemos destacar: o Instituto de Teologia do Recife (ITER), o Seminário Regional Nordeste II (SERENE II), a Pastoral Rural, a Comissão de Justiça e Paz, o Encontro de Irmãos, a Operação Esperança e a Ação Católica Rural.

No bojo dessas iniciativas nota-se uma constante presença de padres estrangeiros. Estes por aqui desembarcaram vindos de Igrejas da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, além de Igrejas que tradicionalmente enviavam missionários para o Brasil, como é o caso da Alemanha e Espanha (SILVA, 2006, p. 178).

Esses sacerdotes vinham para o Recife a convite do Dom. Suas principais motivações giravam em torno da fama internacional que o arcebispo alcançara e das iniciativas empreendidas, que colocavam a AOR como baluarte da igreja progressista. Neste sentido, alguns utilizavam a expressão “*igreja dos sonhos*”<sup>150</sup> para definir a Arquidiocese de Olinda e Recife. Na visão de Silva,

Os contatos que Dom Hélder mantivera com bispos de diversos países durante o Concílio em muito favoreceram a Arquidiocese como centro de atração desses padres. A confiança que os bispos depositavam em Dom Hélder foi importante para a escolha da Arquidiocese como campo de ação para muitos daqueles missionários.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Recife: Universitária /UFPE, 2006.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p.178-179.

Mediante todo esse contexto, a chegada do Pe. José Servat ao Brasil marca o início da Ação Católica Rural. Os contatos iniciais com membros da hierarquia eclesial foram feitos a partir das indicações de Dom Hélder e apontam, de um lado, para a busca pelo conhecimento de experiências e indivíduos envolvidos com a presença da Igreja nas lutas dos camponeses; do outro, para a possibilidade de atrair pessoas para o trabalho a ser realizado pela ACR. No depoimento de Servat, encontramos essa perspectiva. Vejamos abaixo:

Inicialmente, o trabalho da ACR foi idealizado por mim. As primeiras pessoas com quem me reuni, indicados pelo bispo, foram os padres Melo e Paulo Crespo, com quem trabalhei muito no começo. Fui recebido, em Jaboatão, na casa de Paulo Crespo. Depois me reuni com a direção do seminário regional. Também, encontrei apoio do Reitor do Seminário, Marcelo Cavalheira e do padre Zildo Rocha, também reitor posteriormente. Houve muitos debates com professores e alunos do seminário e, estes, ajudaram-me a conhecer a realidade nordestina. Conversava com estas pessoas, mas elas não faziam parte de nossa equipe. Praticamente, na diocese de Recife, não apareceram padres que assumissem o trabalho no campo, pois toda a pastoral estava voltada aos problemas da cidade.

Eu fiz um grande esforço para reunir-me com os seminaristas em formação que estudavam no Seminário localizado em Camaragibe. Depois, os seminaristas espalharam-se e foram morar em diversos bairros da cidade. Acompanhei sempre pequenos grupos de seminaristas que queriam trabalhar na ACR.<sup>152</sup>

No depoimento de Servat observamos ainda um ponto de extrema relevância que merece ser mencionado. Esse diz respeito ao tom personalista do seu discurso, que acaba o valorizando de maneira exacerbada. O mesmo afirma que o trabalho da ACR foi idealizado a partir de sua iniciativa. Neste sentido o padre francês se apresenta como o elemento essencial para a construção e o caminhar da Ação Católica Rural. Embora reconheçamos a importância de José Servat para o movimento, devemos ressaltar que este não o fez sozinho. Afinal a história não pode ser feita por um único indivíduo. Ela

---

<sup>152</sup> Depoimento concedido ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

é, sim, construída de forma coletiva. Na perspectiva de personificação da ACR na figura de Servat, Maximínio Pereira relata a importância do padre para o movimento.

Mas sem o padre Servat não podia existir a ACR não, porque também não existia esse tipo de trabalho né? Esse tipo de trabalho que queria ajudar e agir, preparar o povo para a vida, não existia não, no campo não.<sup>153</sup>

A supervalorização da figura de Servat dentro da ACR acaba por encobrir a participação de outros membros, bem como de tornar o movimento dependente dele. De fato, padre Servat foi o principal nome da Ação Católica Rural, todavia a ideia de se criar o movimento deu-se a partir da visão de Igreja de Dom Hélder. O padre francês foi o homem convidado pelo arcebispo para pôr em prática o trabalho. Obviamente ele teve grande influência na sua caminhada, no entanto, tornar-se-ia um erro depositar unicamente em Servat todo e qualquer sucesso ou insucesso do movimento.

Portanto o surgimento da ACR dá-se em meados de 1965. Tal fato é noticiado assim no jornal *Grito no Nordeste*:

Fim de Maio de 1965 chega ao Nordeste (Recife) o Pe. José Servat convidado para cooperar na formação de um laicato adulto nas zonas rurais desta região brasileira.

Junho e Julho contactos com vigários de paróquias rurais. Primeiros esboços da futura A.C.R (Ação Católica Rural) em Jaboatão, Moreno, Vitória, Cabo. O padre quer começar com os mais pobres: os camponeses dos engenhos já sofrendo da terrível crise açucareira.<sup>154</sup>

Nesse trecho da primeira publicação do *Grito*, em janeiro de 1967, visualizamos que o discurso foi produzido posteriormente ao acontecimento, que ocorreu em 1965. Tal fato carrega inúmeras implicações. Uma delas pode ser a preparação prévia do discurso, que neste caso, acaba por colocar Servat como centro irradiador da ACR. Essa

<sup>153</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

<sup>154</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano I, nº I: Jan/Mar 1967, p. 14

é a visão elaborada pelo francês, que acabou sendo absolvida pelos militantes do movimento.

Ainda com relação à reportagem citada acima, observamos que o trabalho foi iniciado a partir dos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho. Esses são parte do território eclesial da Arquidiocese de Olinda e Recife<sup>155</sup> e, apresentavam um recente passado de lutas dos trabalhadores, em especial, no campo. Além do mais, esses municípios carregavam uma forte presença da Igreja no meio rural. Esse fato decorre, principalmente, das atuações dos padres Melo e Crespo. Sendo esse último a principal liderança do SORPE. Notamos, também, que os camponeses envolvidos na labuta da cana-de-açúcar são considerados inicialmente o público alvo. Em seu depoimento, Servat aponta algumas dificuldades no contato com estes personagens.

Os trabalhadores da cana não queriam conversar comigo e não respondiam as perguntas que lhes fazia. Quando eu falava, eles lembravam do catecismo das crianças, da missa ou dos assuntos de padre. Mais tarde, explicaram-me que este tipo de assunto como terra, salário e trabalho, eram assuntos de Francisco Julião e das ligas camponesas e isso fez ‘o pau cantar!’<sup>156</sup>

Mesmo com essa dificuldade de contato, não podemos pensar a construção da Ação Católica Rural sem esses encontros. Foi por meio dessa prática que a ACR surgiu e estruturou-se. No início utilizou-se a tática de buscar lideranças camponesas ligadas à Igreja, em especial, aquelas que vivenciaram o sindicato antes do golpe. Também podemos destacar que membros da instituição religiosa que já tinham um trabalho nessa área ou mesmo queriam se engajar nessa caminhada foram convidados. Como exemplos desses dois grupos de pessoas, podemos mencionar, respectivamente, Maximínio Pereira de Lima, no município de Vitória de Santo Antão e, o Pe. José Maria da Silva, na região de Pesqueira.

---

<sup>155</sup> Antes Diocese de Olinda, foi elevada, em 1910, à categoria de Arquidiocese e Sede Metropolitana, pela bula “Cum urbs Recife”, do papa Bento XV. A partir daí passou então a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife. Seu território eclesial abrange dezenove municípios mais Fernando de Noronha. Portanto as cidade que compõe a AOR são: Abreu e Lima, Amaraji, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Escada, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Pombos, Primavera, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

<sup>156</sup> Depoimento concedido ao Profº Drº. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

No que concerne aos membros da hierarquia católica, Pe. Servat relata em seu depoimento os contatos que foram feitos para a montagem da equipe da Ação Católica Rural. Vejamos:

Nós iniciamos o movimento da ACR num período muito difícil: o tempo da ditadura militar. Em nossa equipe, juntaram-se leigos e padres, alguns, brasileiros como o padre José Maria da Diocese de Pesqueira em Pernambuco; este sempre continuou fiel ao movimento apesar das obrigações de vigário. O padre Afrânio de Arapiraca em Alagoas, o padre João da Silva (Joãozinho) membro da Igreja Síria, Monsenhor Espedito da Diocese de Natal e padres residentes no Piauí. Outros padres eram europeus a serviço no Nordeste como o padre José Tournier na Bahia e depois Alagoas, Frei Godofredo, alemão e franciscano, padre Javier, francês e hoje bispo de Viana no Maranhão, padre Gerônimo, português em Teófilo Otoni –MG, padre André Witte, belga e hoje bispo de Rui Barbosa na Bahia e padre Benoni, belga também na Bahia.<sup>157</sup>

Notamos no relato de Servat que muitos padres que se engajaram no movimento de ACR eram estrangeiros. Esse fato reflete dois caminhos importantes: o primeiro diz respeito à grave crise de vocações que existia no Brasil, ocasionando uma importação de padres de dioceses, principalmente, europeias. O segundo pode ser destacado a partir do envolvimento desses padres estrangeiros em movimentos, pastorais ou ações de qualquer tipo, que colocavam a Igreja mais próxima do povo, ou seja, estes eram mais propícios a adotarem experiências ditas progressistas. Tal fato tem origem nas inovações teológicas advindas da Europa, em especial, da França e da Alemanha, com as quais muitos já haviam mantido contatos antes de desembarcarem em solo brasileiro. Outros acabaram por se converterem a essa nova maneira de ser Igreja a partir da realidade nordestina. Há também de se mencionar a amplitude geográfica que esses padres trouxeram à Ação Católica Rural. Neste sentido a ACR atuou desde o estado de Minas Gerais até o Pará.

Deve-se também esclarecer que seminaristas e jovens leigos, das mais diversas regiões de Pernambuco e do Nordeste, desejosos de participarem, dessa marcha logo se incorporaram ao trabalho, assumindo muitas vezes posições de destaque dentro do

---

<sup>157</sup> Depoimento concedido ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

movimento. No trecho da reportagem do *Grito* isso fica claro, quando se afirma que já em 1965:

Paulo começa a assumir a permanência e se apresentam para colaborar os seminaristas pioneiros que desejavam se preparar para o futuro trabalho pastoral no campo: Hélio Coimbra de Sergipe, [...] e Moysés Rodrigues, já vigário Ipirá, na Bahia.<sup>158</sup>

No trecho do *Grito* acima mencionado, observamos a presença de Paulo assumindo a permanência. Esse foi Paulo Correia da Silva, nascido na cidade de Itaporanga, Paraíba. Um leigo estudante de direito, que desde o início da ACR incorporou-se ao trabalho. Sua função no movimento foi de coordenador da equipe central, uma espécie de diretoria do movimento no Nordeste. Seu trabalho à frente da Ação Católica Rural foi interrompido por um acidente de carro, em 1968, quando se encaminhava para atividades no município de Sairé, agreste de Pernambuco. Destacamos também a presença de padres e seminaristas de outros estados da região, neste caso, Bahia e Sergipe.

Desta forma, o Pe. Servat articula uma rede de pessoas que tinham a disposição de refletir e lutar, a partir do evangelho cristão, contra os desmandos impostos pela lógica capitalista no cotidiano dos pobres do campo. Na visão de Maximínio, essa fase de construção, de nascimento, se deu da seguinte forma:

Logo no momento que o padre veio, logo em cima, depois do golpe. E começou a andar nos engenhos, não falava nem português, e começamos a encontrar as pessoas [...] que tinham uma história no município, que tinham uma liderança, que participava de sindicato, de associação [...]. Isso foi que nasceu a ACR, foi por esse caminho aí.<sup>159</sup>

Apesar dos obstáculos iniciais, apresentados pela dificuldade de contatos junto aos camponeses e aos membros da hierarquia católica dispostos a assumir o trabalho no campo, a atuação da ACR continuou. Esse ocorreu com um pleno apoio da Arquidiocese de Olinda e Recife e de seu arcebispo. Havia uma total confiança no

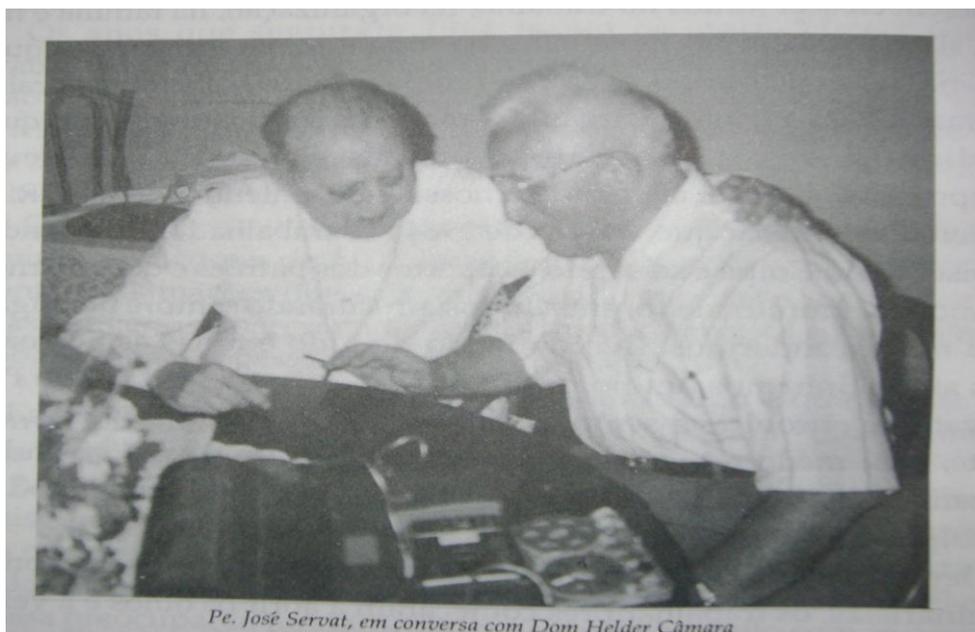
<sup>158</sup> Jornal *Grito* no Nordeste. Ano I, nº I: Jan/Mar 1967, p. 14-15.

<sup>159</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

movimento e na pessoa do Pe. Servat. A relação entre Dom Hélder e a Ação Católica Rural nunca foi de hierarquia, mas sim de comunhão. Não existia, portanto, intervenção ou qualquer coisa do tipo.

Maximínio Pereira de Lima observa a relação entre a ACR e Dom Hélder desta forma:

[...] a gente podia caminhar como quisesse, era só convidar ele, e ele estava em todo o encontro central, ela estava em todo encontro regional. Ele não dava um ‘pitaco’ do que tava certo ou errado, [...] já tinha confiança e também tava conversando toda hora com a gente, conversando como tava a caminhada de trabalho. Toda a repercussão, toda a perseguição que existia Dom Hélder sabia de tudo.<sup>160</sup>



**Figura 3** - Conversa entre o Pe. José Servat e Dom Hélder Câmara<sup>161</sup>

Já na ótica do Pe. Servat, a relação entre Dom Hélder e o movimento, bem como sua pessoa e seu trabalho, pode ser vista da seguinte maneira:

<sup>160</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

<sup>161</sup> SERVAT, Pe. José. *Um Grito no Nordeste: a experiência da A.C.R. no Brasil, 1965 a 1986*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2000, p. 16.

Dom Hélder sempre me considerou como um padre que recebeu a missão de cooperar com ele e com os bispos do Brasil. Algumas vezes, disse-me que recebia bastante críticas a respeito do nosso trabalho com os camponeses, críticas de padres, bispos e principalmente de proprietários da Zona da Mata. Dom Hélder confiava em mim, e sempre lembrava que eu tinha mais experiência do que ele para definir os métodos e as atividades do nosso trabalho. Ele queria ser informado sobre tudo para poder assumir conosco a responsabilidade de algo que não desse certo. As relações foram sempre boas, apesar de algumas vezes divergir sobre análise da realidade, principalmente nos primeiros anos.<sup>162</sup>

O depoimento de Servat nos leva a refletir sobre alguns pontos. O primeiro, diz respeito às queixas que eram feitas sobre seu trabalho ao arcebispo. Nestas observamos que padres e bispos se fazem presentes. Eles poderiam exercer tal atitude por discordarem da visão de Igreja que se estruturou na AOR e influenciou a vida orgânica da ACR. Também por não quererem nem um tipo de trabalho que viesse a promover a “agitação” dos camponeses de sua diocese ou ainda por não concordarem com a atuação do movimento e do Pe. Servat.

Ainda com relação às críticas, nota-se que os proprietários de terras da zona da mata, região historicamente envolvida em conflitos entre ricos e pobres do campo, não aprovaram a atuação do padre francês. Obviamente tal fato era esperado, pois o trabalho promovido pela ACR visava, de uma maneira geral, a transformação da realidade de miséria e exploração, pela luta dos camponeses. Também se torna claro que Dom Hélder não recebeu ponderações de camponeses, os principais beneficiados da atuação do Pe. Servat e da Ação Católica Rural.

O segundo ponto a ser refletido está concatenado com a confiança e apoio integral que o arcebispo de Olinda e Recife depositava na atuação de Servat e da ACR. Neste observamos que Dom Hélder dava “carta branca” para o trabalho. A única exigência seria ser informado das atividades, pois assim poderia assumir a responsabilidade de eventuais erros e problemas. Essa atitude do arcebispo era repetida a outros organismos da AOR.

---

<sup>162</sup> Depoimento concedido ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

Tal atitude insere-se na visão de que a Igreja e alguns bispos exerceram durante a Ditadura um papel de escudo, ou seja, movimentos e pessoas que lutavam contra a estrutura e os desmandos defendidos pelo Estado de exceção estariam mais protegidos militando a partir da instituição eclesiástica. Essa ótica também é compartilhada por Löwy<sup>163</sup>, quando menciona que vários movimentos sociais em defesa dos direitos humanos ou de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais encontraram abrigo sob o guarda-sol protetor da Igreja. Nesse sentido o próprio padre Servat afirma que o arcebispo de Olinda e Recife apoiava esse trabalho pastoral e ficava como ponto de segurança<sup>164</sup>.

Portanto o trabalho promovido pela Ação Católica Rural começou a estruturar-se a partir da chegada do Pe. Servat à Arquidiocese de Olinda e Recife. Contudo ele não poderia ter existido sem o apoio de Dom Hélder, bem como de alguns membros da hierarquia católica e dos camponeses que compraram a ideia. Deve-se ainda destacar que as iniciativas anteriores da Igreja no meio rural nordestino, em especial, em Pernambuco, serviram de algum modo para influenciar. A ACR surgiu em 1965, no entanto, ela não se fez do nada, não é um movimento isolado da Igreja.

### **3.2 “Ser fermento da massa”: a prática de trabalho da ACR**

Fruto da interseção das experiências de lutas dos camponeses com uma nova postura de parte da Igreja, que a colocava ao lado dos menos favorecidos. Somando-se a isso um contexto de repressão imposto pela Ditadura Militar. Surge a Ação Católica Rural, em 1965.

A ACR nasce objetivamente a partir da ideia de Dom Hélder, em promover uma conscientização, por meio do evangelho, da realidade política, econômica e social em que estava inserido o meio rural nordestino. Essa iniciativa visava, a partir de um olhar religioso, à manutenção de lutas e reivindicações históricas dos trabalhadores, que existiram antes de 1964. Tal intento desencadeou-se a partir da chegada de Servat ao Brasil e não ficou restrito aos sindicatos, como a maioria das experiências envolvendo a Igreja antes do Golpe, ele se expandiu e, principalmente, atuou a partir de outras lutas que eram travadas no cotidiano dos camponeses. Além do mais almejava-se um

---

<sup>163</sup> LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 144-145.

<sup>164</sup> SERVAT, Pe. José. *Op. Cit.*, 2000.

processo prático de libertação. Para Servat, o Movimento quis afirmar-se como *movimento de Trabalhadores rurais* e como *movimento de evangelização*, nascido da Igreja e fiel à missão de libertação integral das pessoas e dos grupos<sup>165</sup>.

O processo de libertação pensado pela Ação Católica Rural pode ser definido a partir do artigo: *PÁSCOA, FESTA DA LIBERTAÇÃO DO HOMEM*, publicado no jornal *Grito no Nordeste*. Vejamos então, trechos desse documento:

#### O QUE SIGNIFICA LIBERTAÇÃO NO MEIO RURAL DE HOJE?

Libertar-se, é fazer desaparecer tudo o que impede os homens de serem homens, de viverem como pessoas e filhos de Deus.

Libertar-se de situação de inconsciência. O homem não tem presente em si essa idéia, que ele é homem, pessoa, não bicho ou coisa; que ele vale pelo fato de ser pessoa humana e não pelo fato de possuir ou conhecer muitas coisas. É que ele tem uma vocação a realizar ao serviço dos homens e de Deus, que para isso tem deveres e sobretudo direitos como o de se desenvolver.

Liberta-se duma situação de medo: o homem rural vive no medo. Medo do dono, medo da polícia e dos poderes públicos, medo do padre, medo de Deus que castiga ...

O homem deve se descobrir capaz de fazer o seu destino unido a uma classe organizada, exigindo respeito a todos os direitos seus, pela força da união e do número.

A religião deve ser mensagem de amor e de esperança, possibilitando que todos os homens se realizem plenamente.

Liberta-se duma situação de desconfiança entre os pobres, de desunião, de egoísmo, sem organização econômica, social, política, de aceitação duma escravidão geral oposta à verdadeira vocação dos homens...

Tudo isso é o pecado pessoal de cada um de nós, pecado inconsciente quase sempre, mas real. Não podemos aceitar esse pecado que destrói a pessoa humana e o filho de Deus que é cada um de nós. [...]

Uma libertação verdadeira deve colocar tudo ao serviço do homem, “do homem todo e de todos os homens”.

---

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 23.

Uma libertação verdadeira deve colocar cada homem ao serviço dele mesmo e de todos os outros, dando a todos a possibilidade de tomar responsabilidade e de colocar ao serviço do mundo os talentos que recebeu.

Uma libertação não pode se basear sobre o interesse de um grupo, de uma classe, de bloco econômico, político ou religioso. Ela deve se realizar como serviço à humanidade toda, permitindo a cada pessoa e a cada povo, a sua [condição] de desenvolvimento, começando pelos mais fracos e injustiçados até agora.

Uma libertação verdadeira não separa libertação pessoal da libertação coletiva, libertação espiritual da libertação material, libertação da alma e libertação do corpo: tudo é um só. O mal se situa no coração, é certo, mas as consequências se concretizam na escravidão da vida cotidiana.<sup>166</sup>

O trecho desse artigo expressa o sentido de libertação almejado pelo trabalho da ACR. Nele visualizamos a junção de três esferas que devem ser superadas pelos oprimidos do meio rural: a consciência, a sócio-religiosa e a político-econômica. A primeira apresenta-se como a inconsciência individual. Para superá-la deve-se perceber o homem como sujeito de sua própria história, ou seja, como capaz de reconhecer seus direitos e deveres perante a sociedade e o plano religioso.

Na segunda, os homens e mulheres do campo devem libertar-se dos medos que carregam. Medo dos aparatos da sociedade civil, tais como: polícia e poderes públicos, bem como dos patrões, que em muitos casos ditam as regras de suas vidas. Medo dos padres e do Deus opressor que castiga. Para remover-se desse sentimento, deve-se unir-se e agir de forma coletiva em organizações de classe. Também compreender que a religião não se caracteriza pelo castigo, mas sim pelo amor e a esperança a um Deus misericordioso e ao próximo.

Na terceira e última, surge o egoísmo, a desconfiança e a desunião entre os próprios homens do campo, que acabam por inseri-los em uma escravidão econômica, política e social. A superação dessa problemática se daria a partir da verdadeira vocação

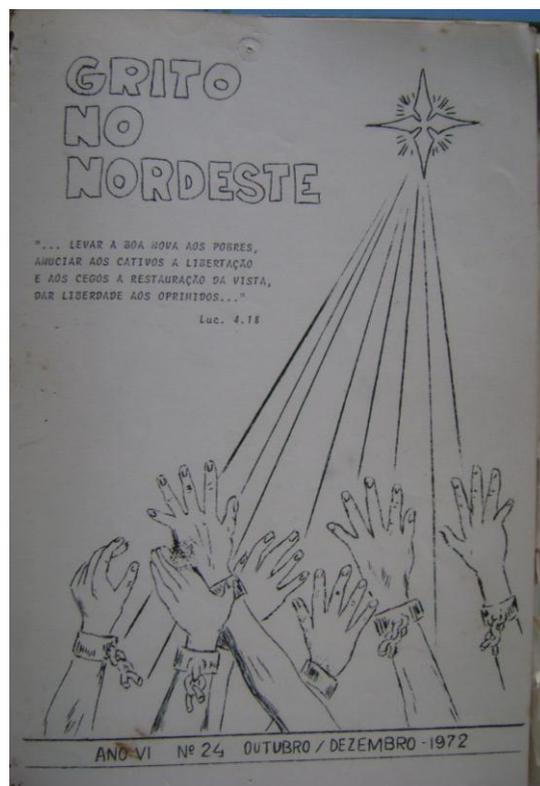
---

<sup>166</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano IX, nº IV: Jan/Mar 1969, p. 2-4

dos homens, ou seja, a luta pela liberdade e por um mundo justo. Assim como se prega no discurso religioso.

Portanto a ideia de libertação pregada pelo movimento de Ação Católica Rural se compõe a partir de um discurso religioso, que visa o reconhecimento e a superação, por meio de uma prática coletiva, das situações de opressão material e espiritual, que são vividas cotidianamente pelos homens e mulheres pobres do campo.

Nas duas capas dos jornais *Grito no Nordeste*, reproduzidas abaixo, observamos imagens e mensagens que compõe esse universo do discurso libertador atrelado diretamente a religião. Na figura 04 coloca-se que o sofrimento passado por Jesus na cruz, é também aquele vivido por milhares de pobres do campo. Nesse sentido tal exemplo deve servir como elemento de reflexão para o processo de libertação. Na figura 05, visualiza-se que a religião pode ser utilizada como meio de reflexão e ação em prol da quebra das correntes que prendem os homens e mulheres as mais variadas condições de submissão e opressão em suas vidas.



**Figura 4 e Figura 5 - A religião como meio de alcançar a libertação**<sup>167</sup>

Nesse sentido o trabalho prático da ACR pôde ser percebido, à medida que alguns camponeses passaram a pensar e agir, de acordo com a proposta de libertação, pregada através do evangelho cristão traduzido na realidade concreta. Essa perspectiva teológica acabou por aproximar ainda mais a Igreja dos fiéis e tem seus alicerces institucionais fincados nas orientações do Vaticano II e da II Conferência Geral do CELAM. Nos depoimentos de trabalhadores, publicados no Jornal *Grito no Nordeste*, podemos ter uma noção aproximada da realidade desse trabalho, bem como das mudanças sofridas pela instituição eclesiástica e a visão deles do que seria a Ação Católica Rural. Vejamos abaixo:

O que é a ACR?

Depoimento de [Calixto] Santos (Maranhão). – Eu fui despertado pela catequese, mas só fazia coisas: preparava comunhões, crismas, fazia reuniões com os adultos para ensiná-los a estudar o Evangelho e a celebrar o culto dominical. Mas a maneira de apresentar o Evangelho não transformava nada na vida. Era um Evangelho conversado como uma espécie de romanos. Em São Luís do Maranhão, descobri a ACO e a Revisão de Vida. Isto exigia uma ação. Fiquei interessado em descobrir um Evangelho/vida, nas lutas do campo. Antes não tinha razão para entrar nas lutas do campo. Ficava só na conversa e nada mudava.

Na ACR encontrei razões para continuar a luta na minha terra, encontrei um outro Padre e uma outra Equipe no Encontro Regional de Recife em 66.

Ao voltar de Recife depois do Encontro eu disse aos meus companheiros: “Não se pode viver como cristão sem viver a sua Fé nas lutas da vida. A esmola não promove. É preciso colocar as pessoas na situação de poder se salvar sozinhos”.

No meu lugar as pessoas só confiam na Igreja, [...] no ensino da Igreja, e na Bíblia. Quando eu falava as pessoas pensavam que era só ideias minhas. Ideias de um homem. Refleti e utilizei o Evangelho

---

<sup>167</sup> Fotografia 04 - Jornal Grito no Nordeste. Ano IV, nº XIII: Jan/Mar 1970. Capa. Fotografia 05 - Jornal Grito no Nordeste. Ano VI, nº XXIV: Out/Dez 1972. Capa.

para fazer as pessoas caminharem. Comecei primeiro pelo texto do Evangelho de São João sobre o mandamento do amor. (S. João Cap. 15, 12) “Amai-vos uns aos outros assim como eu vos amei”.

A ACR é bomba da lâmpada do ‘petromax’. Sem bombear duas ou três vezes na noite não alumia. Na vida é preciso que os cristão se encontrem para descobrir o que Deus quer deles no meio e na classe social onde eles vivem. A ACR é a luz, fermento e sal. Ela é a Igreja viva no campo. Não Igreja de Pedra, mas Igreja de carne, de homens.<sup>168</sup>

Calixto Santos foi uma das lideranças da Ação Católica Rural no Maranhão. Também chegou a integrar a equipe regional do movimento. No seu depoimento publicado no *Grito*, observamos como as mudanças sofridas pela Igreja, a partir da segunda metade do século XX, influenciaram a dinâmica de fiéis e movimentos internos a instituição. Nesse sentido a reflexão sobre o evangelho mudou radicalmente. Agora esse era apresentado como um instrumento de transformação, de revisão da vida e de ação em prol das lutas dos menos favorecidos. Nessa nova perspectiva de ser Igreja, o leigo passou então a exercer um papel fundamental.

Foi alicerçado nesse novo lugar ocupado pelo leigo que Calixto Santos descobriu a importância da participação dos cristãos no meio das lutas travadas pelos trabalhadores. Primeiramente através da ACO do Maranhão, depois por meio do Encontro Regional da ACR, realizado em 1966, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE. A partir daí ele põe em prática o trabalho da Ação Católica Rural no seu Estado. Em sua visão, a ACR teve um papel decisivo na conscientização e na maneira que os camponeses passaram a enxergar a Igreja e suas vidas, pois ela trouxe a vivência cotidiana desses homens e mulheres para dentro da instituição, ou seja, a vida concreta desses personagens passara a servir de cenário para a interpretação do evangelho.

Em outro testemunho, publicado também no *Grito no Nordeste*, podemos observar outras características do movimento de Ação Católica Rural. Vejamos abaixo:

#### TESTEMUNHOS DOS LEIGOS:

---

<sup>168</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº IV: Set/Dez 1967, p. 5

João Costa – “Participei de uma reunião com o Padre SERVAT que, como todos, veio com a preocupação dos agricultores de Pesqueira. Ter terra para trabalhar.” – Esse Padre vai dar terra – pensei. E dentro de 4 a 5 reuniões fiquei neste sentido. Mas pouco a pouco descobri que estas reuniões da ACR não resolveram diretamente o problema da terra. Mas estas reuniões me mudaram. Trouxeram para mim uma maneira de ver as coisas, o Espírito do Evangelho.

Antes era cristão obedecendo aos padres dentro da “Igreja de burro”. O Padre pra mim era dono da Igreja, mandava, era sabido, fazia a verdade; eu tinha medo desse ser misterioso.

Só as irmandades dos Padres faziam a minha vida religiosa. Descobri outros deveres e outras coisas a fazer. Fui transformando-me dentro de uma outra vida. Entendi: O papel do cristão é ser um homem verdadeiro. De cumprir os mandamentos do Evangelho, de realizar as coisas pelas quais o próprio Cristo lutou, morreu e venceu.

Eu me transformei sobre a humanidade, sobre a justiça, sobre a fraternidade.

– O que é a ACR? – Eu sei que é a Igreja viva caminhando no campo.<sup>169</sup>

No depoimento de João Costa, leigo da região de Pesqueira, observamos como o trabalho, às vezes insistente, da ACR mudou sua visão da instituição religiosa, dos padres e, conseqüentemente, do evangelho. João, além de enxergar os padres como sendo donos da Igreja e da verdade, os via dotados de esperteza e mistérios. Isso lhe causava medo. O processo de evangelização realizado pela Ação Católica Rural não fez esse camponês mudar somente suas concepções, mas procurou desenvolver a responsabilidade de cristão nas ações transformadoras da Igreja e do meio em que ele vivia.

Por fim, João Costa utiliza a expressão, *é a Igreja viva caminhando no campo*, para definir a ACR. Calixto Santos, no testemunho citado anteriormente, faz uso de uma expressão também parecida, *é a Igreja viva no campo*. Tal fato pode indicar a preparação prévia desse discurso nas esferas organizacionais do movimento. Essa atitude poderia ter a finalidade de homogeneizar a conceituação da ACR, em todos os

---

<sup>169</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº IV: Set/Dez 1967, p. 4.

lugares onde ela atuou. Também podemos pensar essa proximidade de visões, a partir do sentimento particular enraizado em cada um dos participantes. Afinal a Ação Católica Rural foi um movimento da Igreja desenvolvido no meio rural nordestino e, para os camponeses, poderia simbolizar algo novo, com o qual não estavam acostumados, pois, segundo o testemunho de João Costa, as práticas da ACR divergiam daquela “*Igreja de burro*”, que ele estava habituado a viver.

Para o Pe. João Francisco da Silva<sup>170</sup>, também conhecido por padre Joãozinho,

[...] a ACR tinha esse trabalho de fazer com que os camponeses, eles próprios, tomassem consciência da realidade, e eles próprios assumissem a sua responsabilidade, e inclusive enfrentar as dificuldades que tivesse, qualquer tipo de dificuldade. Então a ACR um momento tinha esse sentido de fazer a Igreja sair da sacristia, seu santo: São José, seu Santo Antônio, não! Vamos continuar fazendo a reza dos santos, mas nós temos que fazer a vida acontecer, um pouco dentro da ideia de Dom Hélder. No jornal [...] mostrei, Dom Hélder descalço, um bocado de gente com o andor né? Ele descalço por quê? Cheio de lama no meio do povo; ele sabia que tava fazendo a parte dele, o povo sabia que ele estava com eles, a Igreja estava com ele. Então a ACR tem um pouco isso, seria uma pastoral, que a ACR não era pastoral – que é movimento – a ACR seria uma pastoral profética, o que é ser profética? É denunciar as injustiças e pregar a felicidade, pregar a justiça.<sup>171</sup>

No depoimento do padre Joãozinho, nota-se que o trabalho da ACR teria o objetivo de tirar a Igreja da sacristia para colocá-la no meio e a serviço do povo. Desta forma ela poderia ser encarada como uma pastoral profética, na ótica de seus militantes. Agindo nas denúncias de injustiças e pregando a felicidade. Essa ideia segue a perspectiva de uma linha progressista, que articulou-se dentro da instituição eclesiástica com a finalidade de promover mudanças. Dom Hélder Câmara foi um dos mais eminentes quadros desse grupo, pois além de possuir uma grande articulação política, conseguiu atrelar, como poucos, o discurso e a ação renovadora. O exemplo do

<sup>170</sup> João Francisco da Silva, nascido na cidade de Timbaúba, Pernambuco. Trabalhador rural até a década de 1960. Ordenou-se padre e membro da Igreja Síria, posteriormente tornou-se dirigente da ACR.

<sup>171</sup> Depoimento concedido ao autor, no dia 11 de abril de 2011, na cidade do Recife.

arcebispo influenciou decisivamente a caminhada da ACR e fez os camponeses enxergarem que a Igreja estava ao seu lado, vivenciando sua fé e seus problemas.

Portanto a Ação Católica Rural, na ótica dos seus membros, seria um movimento nascido das respostas dos cristãos às especificidades do mundo rural. Dessa forma sua atuação ocorreu em sintonia com uma evangelização que promovesse a libertação integral dos homens e das mulheres do campo. O exemplo bíblico de Jesus Cristo libertando o seu povo foi trazido para a realidade concreta dos camponeses. Tal intuito objetivava fazer com que as pessoas assumissem as responsabilidades de cristãos em um mundo de transformações.

O papel a ser desempenhado por um militante cristão ou um militante da ACR, assumindo as responsabilidades em um mundo em transformação, foi objeto de discussão interna do movimento, bem como do Jornal *Grito no Nordeste*. O Artigo que reproduzimos abaixo, intitulado *O militante*, retrata esse debate. Vejamos então:

#### O MILITANTE

Quando falamos em militante, vem-nos logo a ideia de ação, de serviço a uma causa. O militante só realizará sua missão se tiver uma fé viva. O militante cristão é alguém possuído da ideia de renovação, de transformação do mundo. O seu ideal é levar o Evangelho a ser vivido pelas pessoas, a fim de que todas se sintam irmãs e o mundo se torne verdadeiramente realidade, onde haja o encontro dos homens entre si e dos homens com Deus.

Convidado a trabalhar no meio onde vive, ele procurará despertar as pessoas para um trabalho dentro do seu meio, levando-as, através da “ação” a dialogarem com seus semelhantes e com seu Criador.

Geralmente a militância resulta de um comprometimento com um grupo que por sua vez procura engajar-se num trabalho com o meio. Este trabalho implica portanto, em disponibilidade, generosidade e amor a um ideal, que se abraça e procura servir integralmente.

A Ação Católica Rural, de sua parte, quer despertar, anunciar e sustentar estes militantes cristãos, que serão “testemunhos do Evangelho” em plena vida de hoje, para a construção de um mundo melhor.

O militante da A.C.R. será então, autêntico cristão, testemunha de Cristo pela caridade.

A nossa preocupação deve ser: pôr-nos em contato com o sentido íntimo das colegas, que nos revelam afeição particular das pessoas, fazendo-nos ver em cada uma um pensamento de Deus; que nos aproximam mais do Cristo nosso irmão [...]. Devemos ficar sempre atentos para nossos semelhantes, com a luz voltada para a consciência de solidariedade, de estímulo, de apoio material a moral.

Procuramos sempre ver o lado positivo – as qualidades mais do que os defeitos de nosso próximo.

Pelo batismo fomos incorporados à vida de Cristo. Não podemos consentir que, por nosso descuido ou negligência, essa vida divina defina em nós.

Deus é o amigo por excelência que deseja viver conosco. Devemos abrir nossos corações para que seja invadido pelo amor. Assim nossos atos e gostos serão um prolongamento da ação divina. Também nós podemos ter de sofrer por causa da nossa fé, em Cristo e na Igreja. Já no antigo testamento o Senhor tinha inspirado um dos autores sagrados a escrever o seguinte:

‘Aquele que anda pelo caminho direito e que teme a Deus, é desprezado por aquele que anda pelo caminho do mal.’ (Prov. 14,2)

Fazei, Senhor, que nós militantes da A.C.R. sejamos cristãos que possam atrair os nossos irmãos a uma agenda que os leve até vós.

Elvira A. Paes

(Alagoinha – Pesqueira – PE.)<sup>172</sup>

Esse artigo foi assinado por Elvira Paes, militante leiga do agreste de Pernambuco. Dona Elvira, como ficou conhecida na ACR, foi uma das principais lideranças femininas no movimento. Sua atuação marcou o trabalho da ACR nas regiões do agreste e do sertão pernambucano, tendo maior destaque na descoberta e formação de jovens quadros. Na ótica do padre Joãozinho ela *era considerada a “mãe da ACR”*<sup>173</sup>. Como exemplo de sua atuação, podemos mencionar a descoberta de uma das eminentes lideranças camponesas, Manoel Santos. Esse foi militante da ACR, entre os anos de 1973 e 1978. A partir daí começou a assumir diversos cargos nos órgãos de classe dos trabalhadores rurais, tais como: presidente do STR de Serra Talhada, da

<sup>172</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano II, nº VIII: Out/Dez 1968, p. 14.

<sup>173</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), entre 1993 e 1998 e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre 1998 e 2009. Atualmente Manoel Santos é deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no estado de Pernambuco.

Em seu artigo, Elvira Paes indica como deveria agir esse militante cristão e da ACR. Suas palavras apontam para um comprometimento com a renovação do mundo, da Igreja e dos cristãos. A fé, vivida intensamente no meio rural, tornar-se-ia objeto de ação, em busca de um despertar individual e coletivo das pessoas. A vida e suas ações foram interpretadas a partir do evangelho e em prol da realização de um plano divino, onde fosse construído um mundo melhor para todos.

No relatório do primeiro Encontro Regional da ACR, realizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Piedade, no ano de 1966, encontramos também essa perspectiva de atuação do movimento e de seus militantes.

O que todos nós, nesse encontro descobrimos: somos homens vivendo num mundo que chamamos rural, mundo que se desenvolve, que transforma, que entra nessas mutações que caracterizam os tempos modernos.

Somos homens que de mais em mais estamos a nos despertar para a necessidade de participar da construção, da transformação desse mundo. Nós mesmos somos membros do povo de Deus e queremos realizar nossa vocação de cristãos no mundo.

A essa necessidade chegamos em todos os círculos de estudos.

Como podemos bem conhecer esse meio rural, ver linhas de desenvolvimento que ahi aparecem? Como nos ajuda[mos] uns aos outros no esforço para realizar o que exige de nós a nossa fé? Cada vez mais devemos concluir que um homem só não pode fazer nada.

É para responder a essas necessidades que descobrimos na ACR uma forma de movimento que vem atender a essas necessidades. Movimento de cristãos ao serviço do campo todo para despertar as boas vontades e sustentar os que já tomaram responsabilidade ao serviço do meio rural.

Movimento isto é, coisa que se move e faz mover os outros, que adapta às condições de vida, à situação social dos homens no campo, sejam trabalhadores, sejam proprietários ou patrões. Movimento que é

um instrumento, um meio não uma finalidade, um serviço das pessoas, do mundo e da Igreja para que todos possam ajudar-se na realização das vocações de cada um no mundo e no povo de Deus.

O que esperamos dele: que tenha a única preocupação de abrir as pessoas aos apelos de Deus, de fazer repercutir o Evangelho em todo o mundo rural, nas consciências das pessoas que nele vivem e nas instituições que ali nascem e se desenvolvem, na situação e problemas que nele aparecem.

Movimento que quer nos despertar e animar a nós cristãos conscientes para nesta evolução do mundo, colocando-se ao serviço de todos para que tudo seja em prol do desenvolvimento integral das pessoas que poderão viver a sua vocação de homens responsáveis e de filhos de Deus.<sup>174</sup>

Nesse trecho do relatório, devemos destacar a visão missionária que é dada ao movimento de ACR por seus membros. Ela constitui-se a partir da convocação que é feita aos cristãos do meio rural. Esses são vistos dentro de um mundo que passa por mudanças, no qual a Igreja e os seus fiéis deveriam participar. Mediante esse cenário, observamos que o movimento de ACR, coloca-se como um instrumento para o despertar dos camponeses. Tal intuito tinha por objetivo fazer com que os cristãos assumissem, por meio de um discurso religioso, suas vocações e responsabilidades diante do desenvolvimento integral das pessoas.

Os objetivos e a forma de trabalho adotado pela Ação Católica Rural estavam diretamente concatenados com a premissa maior idealizada por Dom Hélder, ou seja, conscientizar e atuar a partir do evangelho cristão, fazendo com que os camponeses assumissem suas responsabilidades, mas também lutassem por seus direitos. Dessa maneira, o movimento almejava dar condições para todos os participantes poderem descobrir uma Fé pessoal, adulta, geradora de uma práxis libertadora na vida individual como no engajamento nas lutas sócio-políticas, em vista de uma mudança da sociedade<sup>175</sup>. Tal tarefa não seria realizada de forma impositiva, mas sim por meio da

---

<sup>174</sup> Relatório do Primeiro Encontro Regional da Ação Católica Rural, realizado entre os dias 29 de outubro e 2 de novembro de 1966, na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE, p. 22. Acervo da ACR, atualmente sob guarda do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>175</sup> SERVAT, Pe. José. *Op. Cit.*, p. 25.

comunhão com os trabalhadores. Afinal os camponeses deveriam assumir o papel de protagonistas de suas vidas. Neste sentido, o Padre Joãozinho afirma que

O objetivo da ACR, pelo que eu entendo, era o seguinte: fazer com que os camponeses – as pessoas do meio rural – entre eles mesmo[s], se conscientizassem, certo? Se conscientizassem da realidade que eles poderiam conseguir mudar a vida, melhorar a vida...<sup>176</sup>

As palavras do padre Joãozinho nos apontam alguns elementos para reflexão, entre eles: que conscientização seria essa? E como se daria tal processo? De acordo com a proposta da ACR, o termo conscientizar estaria ligado ao reconhecimento e entendimento dos problemas diários enfrentados nas casas, nas famílias e no trabalho dos camponeses. Tendo a percepção de que esses não são casos isolados, mas sim coletivos. A partir daí se notaria que as problemáticas são comuns e, mais ainda, que as causas têm a mesma origem. Há de se destacar que havia peculiaridades, entretanto as questões mais gerais orbitavam em torno da fome, da miséria, da posse da terra, do desemprego, do salário etc. Mediante a ótica de Thompson<sup>177</sup>, o processo realizado pela ACR se remeteria ao crescimento ou nascimento de uma consciência de classe. Sendo esta caracterizada pela consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores.

No que tange à realização concreta do processo de conscientização, podemos destacar que este se deu a partir do evangelho cristão. Dessa forma os camponeses, a partir de suas próprias iniciativas, deveriam refletir sobre seu cotidiano e, posteriormente, assumir a responsabilidade de lutar por suas necessidades. Evidentemente tais atitudes deveriam estar concatenadas ao plano de Deus.

Já o padre José Servat afirma:

O que me pareceu essencial na ACR foi desenvolver, no trabalhador, a responsabilidade do pensamento, da organização e da orientação do seu movimento. Sei que é muito difícil e que nossa influência é muito grande. [...] No sindicalismo rural, organizado por líderes trabalhadores, a libertação popular se dá à medida que as pessoas são

<sup>176</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

<sup>177</sup> THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

capazes de descobrir as suas próprias necessidades e dificuldades, e depois concebem as respostas possíveis. A intuição primeira – muitas vezes me interrogo por que posso esquecer desta intuição,- é a de fazer tudo para que o povo se expresse, assuma e tome a iniciativa, mesmo quando estas iniciativas não são as mesmas que teríamos tomado.<sup>178</sup>

No depoimento de Servat observamos algumas dicotomias, bem como se o compararmos ao do padre Joãozinho. Essas se apresentam no momento que ele relata a essência do trabalho da ACR. Este seria desenvolver no trabalhador a responsabilidade do pensamento e da organização do seu movimento. Notadamente tal intuito soa como uma tarefa impositiva e realizada de fora pra dentro da classe social, pois reconhece os camponeses como uma classe propícia a ser moldada. Além de acabar por classificá-los como incapazes de alcançar esses objetivos por si mesmos. Contudo a prática idealizada pela Ação Católica Rural e enaltecida no segundo trecho do depoimento de Servat e do padre Joãozinho anteriormente citado seria deixar o povo se expressar, assumir e tomar as iniciativas, mesmo que estas não fossem as mesmas pensadas pelos dirigentes do movimento.

De fato, os objetivos da Ação Católica Rural seriam estabelecidos a partir da leitura da realidade concreta vivida pelos camponeses e da formação e desenvolvimento de lideranças leigas. Vale ressaltar que em cada região de Pernambuco e do Nordeste havia especificidades. Portanto o contexto sócio-político podia sofrer algumas alterações. Nelas nos deparamos com a vida em família, no trabalho e em sociedade. Naturalmente essa realidade era encarada à luz da fé cristã, ou seja, procuravam-se encontrar exemplos e parábolas bíblicas que pudessem se assemelhar aos problemas diários vividos pelos homens e mulheres pobres do campo. Nesse sentido as resoluções dessas problemáticas estariam ligadas a um processo de libertação. Na mensagem de natal, tradicionalmente publicada nas edições do *Grito*, encontramos um artigo de Servat que reflete essa ideia. Vejamos:

Sempre é a mesma coisa ... nos sítios e nos engenhos se fala de fome, desemprego, salários injustos, falta de terra para trabalhar, falta de escola para desenvolverem-se jovens e adultos.

---

<sup>178</sup> Depoimento concedido ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

Severino reconhece que se paga mais frequentemente o salário mínimo, mas as tarefas impostas aumentaram ao ponto de não poder ganhá-lo num dia. Muito se falou, em discursos, sobre reformas agrárias e outras... mas encontram-se as mesmas choupanas, as mesmas barrigas inchadas de multidões de meninos famintos, o mesmo medo que paralisa as boas vontades em frente das estruturas que oprimem. [...]

Isto é nosso mundo do Nordeste de 1967, estes são os problemas dos homens desse meio rural onde vivemos. No primeiro Natal, Jesus Cristo filho de Deus feito homem apareceu num mundo semelhante. Aceitou nascer, viver, trabalhar como os pobres da época na Terra da Palestina ocupada pelos romanos. Fez-se totalmente um de nós, revestiu-se de toda a realidade humana que conhecemos.

Mas não entrou para aceitar as coisas como a encontrou, para ficar parado. Ao contrário, se situou como fermento, como luz do mundo, como REDENTOR, libertador de todos os homens e do homem todo = Corpo e Alma.

O Natal é isso: Cristo entre nós, Deus conosco para realizar a comunidade dos homens da justiça, na caridade, no respeito total de toda pessoa humana.

Apesar de todas as dificuldades, este esforço começado tem que ser continuado por todos nós. É para isto que somos cristãos. Somos homens como os outros, vivendo as mesmas condições, angustiados por preocupações semelhantes. [...]

Já sabemos que continuamos Jesus Cristo, que temos a missão de viver e de fazer que o mundo viva seu Evangelho e isto na vida de todos os dias. Com Jesus Cristo Temos que transformar o mundo dos homens, temos que colocar no mundo rural de hoje a justiça que falta, o respeito das pessoas, as condições necessárias para um desenvolvimento integral. Isso será, não um presente recebido, não um favor concedido por acordo, mas conquista de um povo consciente unido, ativo que vai viver a mensagem de Jesus Cristo. Não pode existir paz para os homens de boa vontade se não se faz a justiça.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº IV: Set/Dez 1967, p. 1-2.

Em outro artigo publicado também no *Grito*, agora por ocasião da Páscoa, também visualizamos a mesma linha de raciocínio. O título se chama *Morrer e Ressuscitar* e, refere-se ao fim da Quaresma. Nele, este período tão tradicional do calendário cristão é atrelado à vida cotidiana dos camponeses. Vejamos então:

#### MORRER E RESSUSCITAR

‘Em verdade, em verdade, vos digo, se o grão que cai na terra não morrer, ficar infecundo. Mas se morrer, produz muito fruto’ (João, 12-24)

Cair no chão, morrer, ser destruído, tal é a regra da vida? O tempo da Quaresma, de Paixão, da Semana Santa que vamos viver nos lembra essas situações de morte, de destruição que existem no mundo. Devemos tomar consciência delas, assumi-las, com Cristo que sofreu e morreu.

Continuam entre nós, nos homens passivos, conformados “como mortos”, nas pessoas crucificadas pela doença, a injustiça, a ignorância, o pecado do mundo de hoje. Continuam a paixão de Jesus esses homens do povo que não podem ser “gente” de verdade, essas mulheres humilhadas, esses jovens sem preparação para o futuro “cassando” o pão dum lado a outro do Brasil.

Mas sofrimento e morte são uma etapa que deve ser vivida. Apesar das aparências, no interior do grão continua a semente da vida.

‘O Reino de Deus é como um homem que lança a semente á terra. Dorme, levanta-se, da noite ou do dia, e a semente brota e cresce, sem ele perceber. Pois a terra, por si mesmo, produz primeiro a planta, depois a espiga e, por último, o grão abundante da espiga. Quando o fruto amadurece, ele mete-lhe a foice porque é chegada a colheita’ (Marcos, 4-26-29)

Depois da Paixão, da morte de Jesus Cristo, aparece a Ressurreição. Cristo viveu realizando a sua Páscoa, passando pela morte, e assim chegando a vida nova que nunca vai terminar.

O Cristo Ressuscitado é a promessa e a certeza que nossa ressurreição está já, se realizando. O Cristo ressuscitado é a ressurreição de todos nós, membros do seu corpo.

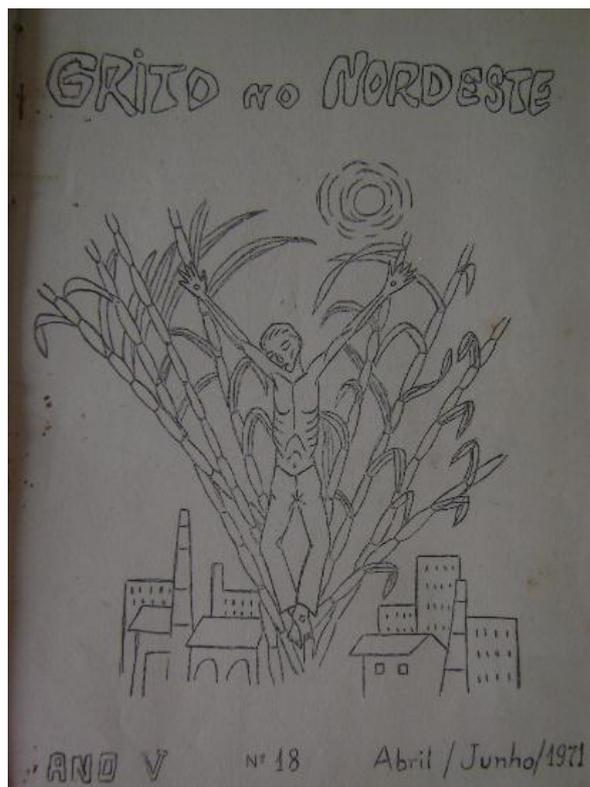
Como fazer descobrir e viver a tantos homens semelhantes ao grão que morre, a realidade duma Ressurreição que devemos juntos com o Cristo sempre realizar no Nordeste de Hoje.<sup>180</sup>

Nos dois artigos, observamos que os problemas cotidianos dos camponeses eram refletidos a partir de uma leitura religiosa simplificada e traduzida na realidade concreta. Esse fato tornar-se-ia necessário para o melhor entendimento dos camponeses, bem como para a identificação e introspecção do passado bíblico, como elemento de estímulo à reflexão e à luta por justiça na atualidade. Também por ser a religião um ponto de interseção entre esses homens e mulheres. Deve-se ressaltar que esse tipo de análise não se restringiu ao *Grito*, muito pelo contrário, ele estruturou-se por meio da base, ou seja, pelos contatos travados com os camponeses em seu ambiente de vida. O *Grito* foi a reprodução material das ideias e ações desempenhadas pela ACR.

Na figura abaixo, visualizamos a importância desse discurso religioso para o trabalho da ACR. Nela encontramos uma junção dos exemplos bíblicos com a realidade dos camponeses. Neste caso específico, observamos que assim como Jesus Cristos foi crucificado pelos romanos, o trabalhador da cana-de-açúcar é pelos patrões, ou seja, pelos donos de engenhos ou usinas. Essa imagem carrega um significado difícil de ser medido, pois apresenta os trabalhadores padecendo do sofrimento causado pela injustiça e opressão econômica, bem como pela repressão política existente. Imagens como essas, publicadas no *Grito no Nordeste*, serviam entre outras coisas para aproximar o movimento dos trabalhadores.

---

<sup>180</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano VIII, nº XXIX: Jan/Mar 1974, p. 2.



**Figura 6 -** Crucificação do trabalhador da cana-de-açúcar<sup>181</sup>

O trabalho de base era uma das características da Ação Católica Rural. Ele foi o meio e o fim que norteou sua atuação. Todavia devemos nos remeter ao contexto histórico do período, que era marcado pela repressão da Ditadura Militar. Logo, como fazer para chegar aos camponeses nos engenhos, nos sítios e nas fazendas? Como proceder para ganhar a confiança desses personagens tão massacrados em nossa história? As respostas dessas perguntas estão atreladas à vivência das dificuldades diárias enfrentadas pelos trabalhadores pobres do campo e ao esforço dos membros da ACR em colocar-se ao lado desses. Afinal, na maioria dos casos, eles também eram camponeses.

Em seu depoimento, padre Joãozinho relata uma das práticas utilizadas pelo movimento para se chegar aos camponeses. Vejamos abaixo:

[...] tu imagina padre Servat pegar dois matuto[s] aqui – João Rufino e Nascimento – botar dentro de um fusca e ia para o interior da Bahia fazer reunião com quatro ou cinco camponeses lá, e dava tudo certo a

<sup>181</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano V, nº XVIII: Abr/Jun 1971. Capa.

reunião. O padre Tournier [...] chegou lá no centro da Bahia para ficar com o pessoal. Aí durante o dia ele ia trabalhar com o pessoal do roçado [...] aí disseram: ‘Olha, vai ter reunião hoje de noite com o padre. Aquele padre que fica andando pelo mato com o pessoal’, para eles era uma coisa de louco, um padre ir para o mato, trabalhar com a enxada. De noite o pessoal ia e a casa enchia de gente [...] <sup>182</sup>

Essa tática de contato da ACR com camponeses, em muito foi favorecida pela presença e apoio de vigários e lideranças camponesas imbuídas de um compromisso libertador, em determinadas regiões do Nordeste. No caso acima referido, o padre José Tournier atuou como ponte para o diálogo a ser estabelecido entre a Ação Católica Rural e os homens e mulheres pobres do campo do interior da Bahia. Deve-se destacar também a disposição, o comprometimento e a coragem desses membros das equipes regionais, que se deslocavam por longas e exaustivas distâncias, a fim de promover reuniões e encontros. Eles deixavam a família e a labuta de lado, em favor de um trabalho de conscientização dos seus pares. Embora, ao se afastarem de seu laboro cotidiano, tenham, na maioria dos casos, recebido o valor financeiro das diárias equivalentes aos dias parados. Tal procedimento ocorria, de fato, porque estes possuíam pequenos sítios de onde tiravam o seu sustento. Seria improvável, por exemplo, encontrar um trabalhador da cana-de-açúcar envolvido nessas atividades.

Outro ponto a ser tratado, diz respeito ao amplo território de atuação da ACR. Ela se fez presente em todos os estados do Nordeste, Minas Gerais e Pará. A intensa participação do Pe. José Servat pôde ser sentida nessas localidades. Ele estava localizado na Arquidiocese de Olinda e Recife, porém, por não está diretamente ligado a uma paróquia específica, podia se locomover livremente Brasil afora, sem se preocupar com as atribuições cotidianas de um vigário. Em algumas edições do jornal *Grito no Nordeste*, existia um espaço destinado a relatar as visitas/viagens de Servat. Vejamos:

VISITAS DO PADRE JOSÉ SERVAT (assistente da A.C.R.)

Pe. Servat, no dia 22 de junho a 23 de julho tomou contato com os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

22-25: ALAGOAS

---

<sup>182</sup> *Ibid.*

Encontros com padres em Maceió. Descobre-se um desejo e uma necessidade de atuação dos cristãos no campo. A catequese só não basta.

Penedo:

Com o bispo e com os padres da S.C. visitamos a Cooperativa da Diocese e pensamos sobre o papel dos cristãos nas experiências apostólicas que começam.

25/junho – 2/julho: SERGIPE

Diocese de Propriá – Japarutuba – O Pe. Geraldo vai despertar os leigos para uma ação no campo.

Diocese de Aracaju – pe. Souza e pe. Afonso constatarem que há muitos problemas de saúde e educação dentro da Diocese.

Terras e dinheiro para o povo do campo trabalhar faltam. Houve um contato entre pe. Servat e Dom Távora e com o pessoal do Centro de Treinamento do M.E.B.

2- 18 – BAHIA

Salvador: conversas com o bispo de Salvador, Dom Eugênio Sales. Visitas e encontros em Muritiba – área de grande produção e comércio de fumo.

O Pe. Pedro Ribeiro quer fundar algumas equipes da A.C.R.

Feira de Santana:

Visitas e encontros em Riachão do Acuípe, com a colaboração de Francisca, que pertenceu à Equipe Nacional da JAC. [...]

Diocese de Amargosa:

Houve contatos com o clero diocesano.

Senhor do Bom-Fim:

Constata-se nesta diocese a carência de sacerdotes.

Diocese de Rui Barbosa:

Encontro com o pe. Moisés, que foi o primeiro seminarista a trabalhar com o pe. José Servat, ainda em Recife. [...]

Retorno a Salvador e depois passagem por Alagoinhas, Esplanada, Diocese de Estância e região de Maruim, onde surgem militantes.<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº III: Jan/Mar 1967, p. 7.

As viagens de Servat indicam uma série de caminhos percorridos. Nelas nos deparamos, de um lado, com encontros envolvendo membros da hierarquia católica, de outros movimentos ou organismos da Igreja e camponeses; do outro, com a participação em cursos de formação e o conhecimento de experiências de trabalho ligadas ao campo.

Ainda com relação aos contatos travados no campo, outra experiência relatada, agora por Maximínio, em Pernambuco, nos mostra a importância da absorção de lideranças camponesas no trabalho diário da ACR. Essa iniciativa tornou-se bastante proveitosa, pois favoreceu em muitos pontos a atuação do movimento. No primeiro instante, esse favorecimento ocorreu através do conhecimento da região, tanto do ponto de vista geográfico como do histórico de lutas. No segundo momento, ele se deu por meio das ligações já existentes com os camponeses. Por último, podemos mencionar a confiança depositada pelos trabalhadores nessas lideranças. Portanto assim nos fala Maximínio:

[...] no caso aqui de Vitória, eu conhecia todo o pessoal do engenho [...] Então eu que fazia toda a comunicação e esse convite e as visitas, como Rufino fazia na região de Carpina, [...] como outra pessoa, num outro município fazia [...] fazer reunião nos engenhos, fazer reunião nas comunidades, e lá o pessoal que esperava você, também era o pessoal que juntava o pessoal para ir para a reunião, e aqui muitas das vezes o padre ia também. O padre Servat, às vezes ele ia também, ia com agente para dar uma visão profunda do trabalho que se queria chegar [...] <sup>184</sup>

Em seu depoimento, Maximínio revela parte dos objetivos da ACR, ou seja, reunir os camponeses nos seus locais de moradia, para refletir sobre a realidade concreta de suas vidas. Nesse sentido as reuniões se davam entre os próprios trabalhadores e os animadores do movimento, que na sua maioria eram também camponeses. Notadamente a presença de padres e leigos mais esclarecidos, do ponto de vista técnico, não seria uma regra. Embora em muitas ocasiões estes se fizessem presentes. Essa tática de reuniões somente de trabalhadores poderia deixá-los mais a vontade para discutir, expressar suas angústias, alívios, tristezas, alegrias etc. Afinal, todos eram camponeses e sofriam com os mesmos problemas. Dessa forma, Maximínio relata que

---

<sup>184</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

A ACR [...] tinha um papel muito importante, era para promover, pensar, conversar, deixar você ficar a vontade, dizer o que você pensa, falar da sua vida toda, da vida de seus companheiros, da vida da sua família [...]<sup>185</sup>

Nos encontros que se realizavam com a presença de Servat, a linha de trabalho continuava a mesma. Os camponeses deveriam se expressar, sem que o padre ou qualquer outro membro da equipe, que o acompanhava, interferisse. Para tanto, o padre francês utilizou-se da prerrogativa, no início do trabalho e nos locais que ainda não era conhecido, de não falar bem o português e nem conhecer a realidade brasileira. Tal atitude serviu como estímulo para os trabalhadores relatarem sua realidade. Além do mais, os camponeses acabavam por sentirem-se prestigiados, pois a Igreja e um padre advindo de outro país estavam em suas casas, em suas comunidades, para lhes darem ouvidos. Em seu depoimento o Servat relata:

Uma estratégia pedagógica que utilizei bastante foi permitir que o povo se expressasse por ele mesmo e dissesse o que pensava. Isso me ajudou muito nos primeiros contatos. Quando chegava em um lugar em que não era conhecido dizia: ‘Eu sou francês, nasci e vivi longe desse Brasil e quero que me façam conhecer a vida de vocês!’ Obrigava-me a não dizer nada, nem eu nem os que acompanhavam. Estava curioso e desejoso de ser, por eles mesmos, introduzido no mundo deles. Em geral, o processo pedagógico dava-se desta forma; ‘É verdade, o padre não nasceu aqui. Quer saber e se entrosar mais conosco. Vamos contar.’ Apresentavam as suas famílias com esta multidão de detalhes concretos que exigem muito tempo, mas permite um contato humano profundo, onde a afetividade abre caminhos para a inteligência.<sup>186</sup>

Em reuniões e encontros realizados com camponeses em suas comunidades, bem como nos grandes eventos da ACR, leiam-se encontros regionais e nacionais, o método utilizado para reflexão da realidade cotidiana foi o Ver, Julgar e Agir. Essa metodologia

---

<sup>185</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

<sup>186</sup> Depoimento concedido ao Prof. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

ocupou todas as esferas da Ação Católica Rural e, teve o papel de aproximar a realidade concreta dos trabalhadores ao evangelho cristão.

Vale ressaltar que o Ver, Julgar e Agir é um método de análise conjuntural, criado Bélgica, no início do século XX, pelo então padre Joseph Cardijn, para atender às necessidades de trabalho pastoral junto aos operários. Na América Latina essa metodologia foi inserida pela Ação Católica, ainda na década de 1950. Posteriormente, a Teologia da Libertação a incorporou e a usou como elemento essencial da sua caminhada.

A novidade introduzida pela TdL ao método do Ver, Julgar e Agir foi a incorporação das ciências sociais como elemento de suas análises. Essas se mostraram viáveis à medida que propiciaram um entendimento não só conjuntural, mas também estrutural do problema da miséria e exploração do continente Latino Americano. Nesse sentido a Teologia da Libertação assumiu o materialismo histórico como instrumento de reflexão, tornando o espaço político, econômico e social um lugar também teológico. Na ACR esse método foi utilizado desde o início do trabalho. Embora não se apresente, junto aos camponeses, uma discussão ampla sobre sua história, prerrogativas e ligações no universo católico hierárquico.

### **3.3 O Movimento de Ação Católica Rural e suas peculiaridades**

O movimento de Ação Católica Rural estruturou-se a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife. Nela funcionava sua sede, que na maior parte do tempo localizou-se na Rua do Giriquiti, bairro da Boa Vista, centro do Recife. Na AOR também foram realizados os principais eventos da ACR, tais como: encontros de leigos e padres e assembleias nacionais e regionais. Também foi nela onde ocorreu a publicação do jornal Grito no Nordeste.

O trabalho desenvolvido pela Ação Católica Rural em muito foi favorecido e influenciado pelo apoio e a estrutura dados pela Arquidiocese de Olinda e Recife e por Dom Hélder Câmara. O contexto histórico da AOR, que em parte foi marcado por inovações teológicas e por posicionamentos em favor dos menos favorecidos economicamente e dos perseguidos pela Ditadura Militar, foram também assumidos pelo movimento. Portanto pensar a ACR sem essa intrínseca ligação com a Arquidiocese seria um equívoco, pois, apesar da expansão por outros estados

brasileiros, o centro nervoso da ACR localizava-se em Recife. Nesse sentido o cotidiano da AOR foi vivido intensamente também pela ACR.

Contudo a atuação da Ação Católica Rural não se restringiu às zonas rurais da Arquidiocese de Olinda Recife. Muito pelo contrário, ela se expandiu e alcançou todas as regiões geográficas do Estado de Pernambuco, leia-se: zona da mata, agreste e sertão, além de outros estados do país. Por um lado, em muitas dessas localidades os bispos e padres não apoiaram o movimento, ocasionando a formação de mais um obstáculo ao trabalho a ser desenvolvido. Por outro, havia bispos que estimulavam a atuação da ACR em suas dioceses.

Naturalmente por ser um movimento e não uma pastoral, a ACR podia existir em regiões onde os representantes da hierarquia católica não a vissem com bons olhos. No entanto as dificuldades seriam maiores. Nesses casos bastavam alguns leigos dispostos a participarem do trabalho a ser desenvolvido. No depoimento do padre Joãozinho, ele relata essa situação. Vejamos abaixo:

[...] pastoral tem que ser ligado à paróquia e ao Bispo, mas a ACR é um movimento. Então um movimento ele independente do poder local da Igreja, se tiver um fiel, como diz o matuto, se tiver um fiel lá que quer, então ele pode fazer o movimento da ACR. [...] Então em muitos lugares o Bispo não aceitava, tinha lugar que o padre não aceitava, mas o povo participava, porque era uma coisa direta.<sup>187</sup>

Podemos perceber, no depoimento do padre Joãozinho, que existia uma oposição dentro da própria instituição religiosa ao trabalho desenvolvido pela ACR. Tal fato causou problemas ao cotidiano do movimento. Esses podem ser percebidos à medida que bispos e padres não ofereciam espaços para reuniões, dificultavam a participação dos leigos e queixavam-se das atividades de Servat a Dom Hélder.

Essas dificuldades não impediram a ACR de continuar sua caminhada. Pois a Ação Católica Rural foi um movimento ligado à CNBB Regional Nordeste II<sup>188</sup> (CNBB/NE-II) e com inscrição e reconhecimento do Conselho Nacional dos Leigos

<sup>187</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

<sup>188</sup> De acordo com a divisão utilizada pela CNBB, o Regional Nordeste II compreende as dioceses localizadas nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

(CNL), como movimento de evangelização. Portanto não dependia da política pastoral das dioceses e dos seus respectivos bispos para manter o seu trabalho.

A ligação entre a ACR e a CNBB/NE-II em muito foi favorecida pela presença de Dom Hélder como liderança eclesial da região. Esse ocupou a presidência do Regional durante alguns anos. Além dele existiram outros representantes da hierarquia católica que incentivaram e comungaram das experiências de trabalho promovidas pelo movimento de Ação Católica Rural, entre os quais podemos mencionar: Dom Lamartine de Recife, Dom Milton Corrêa Pereira de Garanhuns, Dom Acácio Rodrigues Alves de Palmares, Dom Antônio Soares Costa de Natal e Dom Manoel Tavares de Araújo de Caicó.

Essa boa relação com a CNBB/NE-II pode ser percebida à medida que alguns bispos lançam um documento de apoio ao manifesto assinado pela Ação Católica Operária e ao relatório da Ação Católica Rural e Juventude Agrária Católica sobre a situação dos trabalhadores urbanos e rurais no Nordeste. Vejamos abaixo:

Aos Militantes da Ação Católica Operária (ACO), da Ação Católica Rural (ACR) e da Juventude Agrária Católica (JAC)

Os bispos pertencentes ao Regional Nordeste II (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande Norte), reunidos em sessão ordinária durante os dias 12, 13 e 14 de julho, tomaram conhecimento do manifesto da Ação Católica Operária sobre a situação dos trabalhadores do Nordeste e do relatório apresentado pela Ação Católica Rural e pela Juventude Agrária Católica sobre o meio rural nordestino.

Diante de documentos tão objetivos, cumpre-nos agradecer-vos, caros Militantes e Assistentes, a contribuição que eles representam em prol da verdade e da justiça. Ao ensejo de nossa reunião, queremos reafirmar nossa inteira solidariedade aos trabalhadores, especialmente aqueles que passam fome, sofrem pressões ou são vítimas de injustiças. [...]

Recomendamos a todos os trabalhadores que apesar das dificuldades da hora presente, continuem confiando em seus sindicatos e prestigiando suas associações. Ainda que esses instrumentos de promoção e defesa do operariado não possam resolver todos os casos

satisfatoriamente, é neles que está a esperança dos trabalhadores. Somente pela união de todos será possível a defesa dos interesses coletivos. Ao mesmo tempo, porém, lembramos a todos os trabalhadores que, defendendo seus direitos, não esqueçam, em nenhuma circunstância, seus deveres para com o trabalho e se esforcem para se tornarem sempre mais conscienciosos e eficientes na execução de suas tarefas profissionais. Reafirmamos enfim nossa confiança e nosso apoio às organizações de Ação Católica que atuam no meio operário e no meio rural.

Recife, 14 de julho de 1966.

Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife); Dom José Maria Pires (João Pessoa); Dom Antônio Machado (Maceió); Dom José Adelino (Garanhuns) também em nome de Dom Nivaldo Monte (Natal); Dom Manoel Pereira (Campina Grande); Dom Severino Mariano (Pesqueira); Dom Augusto Carvalho (Caruaru); Dom Antônio Campelo (Petrolina); Dom Manuel Lisboa (Nazaré da Mata); Dom Francisco Xavier (Floresta); Dom Acácio Alves (Palmares); Dom José Lamartine Soares (Auxiliar de Dom Hélder) também por delegação de Dom Gentil Diniz Barreto (Mossoró).<sup>189</sup>

Esse documento assinado por alguns bispos da CNBB/NE-II expressa o compromisso e a solidariedade para com o trabalho e as denúncias realizadas pelos movimentos de leigos, leia-se: ACO, ACR e JAC. Condenando as injustiças sofridas pelos trabalhadores em face da dialética capital/trabalho e conclamando-os a se manterem firmes nas lutas por seus direitos e nas suas organizações de classe.

Em outras regionais da CNBB, também houve bispos que apoiaram o movimento de ACR, entre eles podemos destacar: no Nordeste III<sup>190</sup>, Dom José Vicente Távora de Aracaju, Dom Florêncio Sisínio de Vieira de Amargosa (BA) e Dom José Florisberto Cornelis de Alagoinhas (BA); já no Nordeste I<sup>191</sup>, Dom José Delgado de

---

<sup>189</sup> Os Bispos do Nordeste II (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) e a situação dos trabalhadores urbanos e rurais nordestinos. Documento publicado na reunião ordinária dos bispos do Regional Nordeste II, em 14 de julho de 1966.

<sup>190</sup> Na divisão utilizada atualmente pela CNBB, o Regional Nordeste III compreende as dioceses dos estados da Bahia e de Sergipe.

<sup>191</sup> Atualmente o Regional Nordeste I da CNBB, compreende as dioceses localizadas no Ceará.

Fortaleza, Dom Antônio Batista Fragoso de Crateús e Dom José Freire Falcão de Limoeiro do Norte.

O apoio dado por esses bispos do Nordeste foi fundamental para o desenvolvimento da ACR, pois por meio deles o movimento conseguiu seu alicerce institucional nas mais inócuas regiões. Além do mais, esses homens da hierárquica católica davam o respaldo necessário para que padres e leigos de suas respectivas dioceses caminhassem em direção a um processo de evangelização libertadora no campo.

Ainda no universo das relações estruturais do movimento de ACR, podemos destacar sua ligação com a Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos (FIMARC)<sup>192</sup>, entidade reconhecida pela Santa Sé como organização internacional católica. No entanto deve-se ressaltar que tal reconhecimento não tornava a FIMARC um órgão oficial da Igreja, portanto ela estava livre de interferências diretas do Vaticano.

A criação da FIMARC e seus objetivos iniciais foram apresentados aos militantes da ACR pelo jornal *Grito no Nordeste*, desta forma:

1962- Em Lourdes (França), sentiu-se a necessidade de uma Organização Católica Internacional de Adultos Rurais. Esta Organização reagruparia todos os movimentos católicos rurais de diversos continentes, que trabalhavam até então de maneira isolada.

Em abril de 1962, reuniram-se delegados de 13 movimentos de diversos continentes e decidiram criar a FIMARC, tendo uma vocação apostólica e educativa e se propondo a fazer a promoção cristã e humana de todo o meio rural. Criou-se uma direção provisória, que teve como missão e tarefa a preparação da Primeira Assembleia Constitutiva.

1964 – Em Fátima (Portugal), houve a reunião de 50 pessoas representantes de 13 movimentos nacionais de vários países.

Esta Assembléia de Fátima criou os Estatutos do Movimento Internacional e adotou um regimento interno. [...]

---

<sup>192</sup> Entidade surgida em 1962, com sede em Bruxelas, Bélgica. Sua fomentação ocorreu a partir da necessidade de se estabelecer um órgão internacional que congregasse os movimentos de leigos no meio rural ao redor do mundo.

Eis as grandes tarefas traçada em Fátima em 1964:

- Alagar a colaboração entre os diversos movimentos de leigos rurais adultos.
- Ajudar o encaminhamento e crescimento dos novos movimentos de cada nação, reforçando assim as ações de solidariedade.
- Colaborar com outros movimentos internacionais e de maneira especial com o MIJARC (Movimento Internacional dos Jovens Agricultores Católicos).

Estava dessa maneira fundada a FIMARC e traçadas as grandes linhas de sua atuação no mundo rural.<sup>193</sup>

A relação entre a Ação Católica Rural e a FIMARC estabeleceu-se em fins da década de 1960, embora sua filiação ao órgão internacional só tenha ocorrido no ano de 1974. No jornal *Grito no Nordeste*, podemos observar o quanto essa proximidade foi enaltecida.

A FIMARC tinha proposto a cidade de Recife, aqui no Nordeste, como local da realização da 3ª Assembleia Mundial, mas por causa de muitas dificuldades pelas quais passavam a nossa região, não foi possível que esta Assembleia fosse feita em Recife. Devido a isto, é que a Assembleia foi transferida para Valência na Espanha. [...]

O responsável do Movimento Rural de Adultos do Nordeste do Brasil foi convidado pela FIMARC, para participar da Terceira Assembleia Mundial em Valência (Espanha).

Este delegado dos cristãos rurais do Nordeste ficará na Espanha durante os 6 dias da Assembleia e na volta ficará alguns dias em Portugal, a fim de se relacionar com os rurais portugueses.<sup>194</sup>

Observamos nesse trecho do *Grito*, que essa proximidade entre a ACR e a FIMARC levou o órgão internacional a propor que sua Assembleia Mundial viesse a ser realizada em Recife. Tal fato pode ser encarado, por um lado, a partir do prestígio exercido pela Ação Católica Rural e por Dom Hélder Câmara, bispo conhecido

<sup>193</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano IV, n° XIII: Jan/Mar 1970, p. 7-8.

<sup>194</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano IV, n° XIII: Jan/Mar 1970, p. 9.

internacionalmente por suas posições políticas e pastorais, frente à FIMARC; por outro, podemos observar essa proposta como dotada de simbolismo. Afinal, o Nordeste brasileiro e, em especial, o estado de Pernambuco, carregam um intenso histórico de experiências de lutas no campo.

Notamos também que a proposta da FIMARC não se concretizou, tendo como justificativa os problemas vividos por essa região. Contudo esses não são mencionados no *Grito*. Mas podemos ter uma ideia de quais eram. Um deles estaria ligado à Ditadura Militar. Afinal, o país estava mergulhado em uma forte repressão política que afetava cotidianamente a cidade do Recife e AOR de forma especial.

A repressão ditatorial frente à Arquidiocese tinha o objetivo direto de atingir Dom Hélder, pois este se colocava de forma aberta, tanto em âmbito nacional quanto internacional, contra a Ditadura e muitas de suas práticas. As medidas repressivas contra o arcebispo não tinham limites. Prova disso é a proibição aos meios de comunicação, da divulgação do seu nome e de qualquer atividade na qual estivesse envolvido, mas principalmente, o sequestro, tortura e assassinato do padre Henrique<sup>195</sup>, em maio de 1969.

O evento a ser realizado na capital pernambucana em 1970 foi transferido para a cidade de Valência, na Espanha. Nele ocorreu a participação de um representante do Nordeste que, posteriormente, foi conhecer algumas experiências do movimento de leigos em Portugal.

Embora a referida Assembleia não possa ter sido realizada em 1970, posteriormente outro evento desse porte ocorreu. Esse foi a 6ª Assembleia Mundial da FIMARC, realizada em 1982, no Recife. Apesar de o Brasil já estar vivendo um processo de abertura política, os órgãos de repressão da ditadura acompanharam de perto essa iniciativa. Em seu relatório podemos visualizar como se observou tal evento.

No período de 20 de jul a 04 de ago de 82 foi realizada no Seminário de Olinda/Pe (Sé de Olinda), à 6ª Assembleia Geral da FIMARC [...], sob coordenação de MARCÍLIO (evangelizador da ACR [...], no Recife, e seminarista de Pesqueira/ PE; MANOEL BISPO

---

<sup>195</sup> Para um melhor esclarecimento sobre o caso do padre Henrique, ver: CUNHA, Diogo. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: Universitária/UFPE, 2008.

(evangelizador da ACR, de Jacobina/PA), membro da equipe central da ACR com supervisão do Padre José Servat (Presidente da ACR); contando com participação de delegações do PERU, SUIÇA, BÉLGICA, países da ÁSIA, CHILE, [...] NICARÁGUA, ALEMANHA, MÉXICO, FRANÇA, ESPANHA, países da ÁFRICA e o BRASIL. As delegações eram constituídas de camponeses e minifundiários dos seus locais de origem, totalizando 66 (sessenta e seis) pessoas, entre as quais 18 (dezoito) mulheres, padres e bispos.<sup>196</sup>

Outro exemplo que mostra uma estreita ligação entre a ACR e a FIMARC é a visita dos membros do comitê executivo do órgão internacional ao Recife, em meados de junho de 1975. Esse encontro resultou na elaboração e publicação de um dos números da revista *Voix Du Monde Rural*<sup>197</sup>.

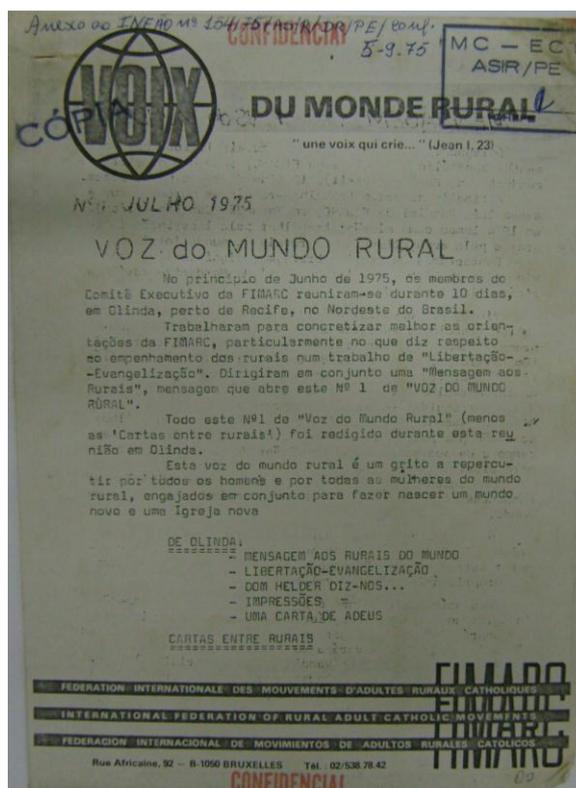


Figura 7 - Edição de julho de 1975 do Jornal Voix Du Monde Rural elaborado em Pernambuco<sup>198</sup>

<sup>196</sup> Prontuário Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos. Fundo SSP nº 29.230. Acervo DOPS – PE. APEJE.

<sup>197</sup> Periódico publicado pela FIMARC.

<sup>198</sup> Prontuário Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos. Fundo SSP nº 29.230. Acervo DOPS – PE. APEJE.

Vejamos abaixo a descrição desse contato, a partir da ótica DOPS-PE:

No princípio de junho de 1975, os membros do Comitê Executivo da FIMARC reuniram-se durante 10 dias, em Olinda, perto do Recife, no Nordeste do Brasil.

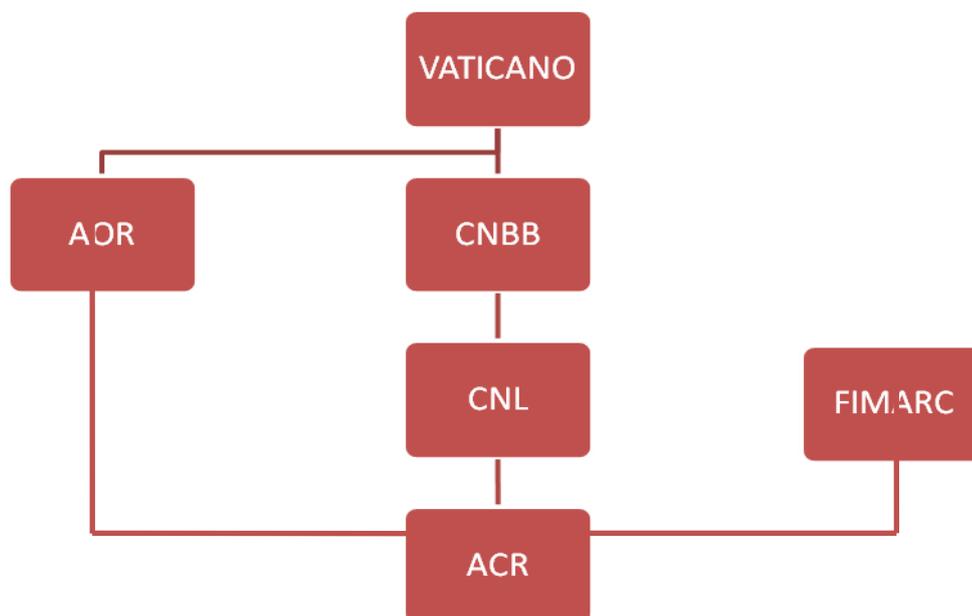
Trabalharam para concretizar melhor as orientações da FIMARC, particularmente no que diz respeito ao empenhamento dos rurais num trabalho de ‘libertação-evangelização’. Dirigiram juntos uma ‘Mensagem aos Rurais’, mensagem que abre este nº 1 de ‘VOZ DO MUNDO RURAL’.<sup>199</sup>

Esse encontro teve o objetivo de conhecer a realidade do meio rural do nordeste do Brasil, bem como promover um intercâmbio de experiências de trabalho realizadas por movimentos de leigos ao redor do mundo. Também se observou a participação de Dom Hélder nas discussões levantadas durante reunião e na mensagem final publicada na revista da FIMARC.

Como meio de promover um melhor entendimento das ligações do movimento de Ação Católica Rural no universo católico, elaboramos o organograma abaixo. Vale ressaltar que esse atende aos limites do recorte temporal adotado nessa pesquisa. Na década de 1980, com as mudanças sofridas pela ACR, devemos reconsiderar essas conexões.

---

<sup>199</sup> Prontuário Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos. Fundo SSP nº 29.230. Acervo DOPS – PE. APEJE.



**Figura 8** - Organograma elaborado por Pedro Henrique Pachêco da Silva.

Essa estrutura em que a Ação Católica Rural alicerçou-se foi fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho. Nele o movimento priorizou sua atuação junto às bases, ou seja, aos homens e mulheres pobres do campo. Afinal a ACR colocou-se como um movimento de leigos, cujo objetivo era evangelizar de forma libertadora.

Portanto o movimento atuou diretamente junto aos camponeses. Esses personagens foram os responsáveis diretos pela expansão e penetração da ACR no meio rural pernambucano e nordestino. Independente do apoio e incentivo dados pela Igreja institucional, os camponeses acolheram e fizeram o movimento prosseguir.

Toda estrutura interna da ACR foi pensada e articulada a partir do trabalho de base. As equipes de animação formadas em grande parte por camponeses foram o maior exemplo dessa perspectiva de trabalho. No relatório da Assembleia Geral do movimento de 1973, realizada no Seminário de Olinda, entre os dias de 28 de outubro a 04 de novembro, o trabalho de base é instrumento de reflexão. Vejamos:

Como se faz o trabalho na base, onde vivem as pessoas? [...]

O contato: encontrar-se com as pessoas onde é possível, (casas, lugares de trabalho, nas calçadas, nas feiras, conversando sobre os seus problemas, em tudo o que faz a vida quotidiana). É a maneira

mais fácil de encontrar pessoas. Tem sempre lugares de encontros naturais que devemos valorizar.

A conversa que nasce nesses contatos sobre as situações, os problemas da vida. Depois do bate-papo, levantam-se as perguntas mais sérias: Por que tal situação? O que Deus pensa? O Que se pode fazer? Assim, aparecem os problemas comuns de necessidades, as necessidades do meio.

É a única maneira de fazer em muitos lugares, como em algumas regiões da cana de açúcar, onde há perseguição contra o camponês consciente que quer fazer reuniões<sup>200</sup>.

No trecho desse relatório, o trabalho de base é instrumento de reflexão da Assembleia Geral do movimento, onde representantes de 11 estados do país estavam presentes. Nesse sentido aponta-se desde os lugares onde deve ocorrer a atuação, bem como o procedimento de trabalho adotado. Também se apresenta uma dificuldade de laboro junto aos trabalhadores residentes na região da cana de açúcar. Essa se mostrou a partir da perseguição e repressão, desencadeadas pelos proprietários de terra e pelos aparatos de governo, às atividades que promovessem a conscientização dos camponeses.

Dessa forma as pequenas e curtas reuniões, realizadas a partir de encontros naturais, podem ser encaradas como de grande valia para o movimento, pois a partir delas havia a troca de experiências sobre suas realidades concretas, assim como poderia se organizar outro tipo de atividade.

Na figura publicada abaixo, podemos visualizar que esses encontros naturais foram objetos de reflexão do *Grito no Nordeste*. Na capa do exemplar nº11, observamos a reprodução de uma imagem que pode ser considerada razoavelmente comum para os trabalhadores, ou seja, pequenos grupos se reúnem em locais de convivência coletiva próximos a sua residência e discutem sobre os problemas enfrentados no seu cotidiano. Vale ressaltar que tais reuniões poderiam ser marcadas previamente ou como na maioria dos casos acontecia de forma involuntária. O termo utilizado na imagem “*Vamos botar a cabeça para pensar*”, é bastante significativo, pois trás a ideia de uma discussão das diversas realidades vividas por esses homens e mulheres pobres do campo.

---

<sup>200</sup> Relatório da Assembleia Geral do movimento de Ação Católica Rural. Realizada no Seminário de Olinda-PE, entre os dias 28 de outubro e 04 de novembro de 1973. Acervo ACR.



**Figura 9** - Camponeses discutem sobre sua realidade<sup>201</sup>

Ainda no universo desses locais de encontros naturais, Pe. Joãzinho revela em seu depoimento uma tática bastante utilizada pelo movimento para se promoverem reuniões com camponeses e burlar a repressão estatal e patronal. Essa se alicerçou em um elemento comum aos trabalhadores rurais, a religião. Vejamos:

[...]a gente não podia ir na casa de um trabalhador visitar, porque a repressão ia saber quem eram aquelas pessoas, foi fazer o quê? Aí a religião era a única porta que podia entrar, era a religião. Então [...] ia rezar o terço com o pessoal e tal, como maneira de entrar em contato, porque a repressão era muito forte. As mulheres ficavam rezando o terço, enquanto os homens iam se reunindo fora [da] casa para conversar sobre os problemas.<sup>202</sup>

<sup>201</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano III, nº XI: Jul/Set 1969. Capa.

<sup>202</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

No depoimento do padre Joãozinho, observamos que a reza do terço, atividade religiosa popular muito comum nas zonas rurais do Nordeste, foi utilizada como instrumento para aglutinar e promover reuniões com camponeses. Essa tática mostrou-se viável. Afinal permitia um contato mais próximo e direto entre os trabalhadores, sem a interferência do patrão ou da polícia.

Característica também importante desses encontros são os espaços destinados aos homens e mulheres. Elas ficavam responsáveis pela reza do terço, enquanto eles se deslocavam para discutir os problemas de cunho social, político e econômico que afligiam as famílias camponesas. Essa lógica reflete os alicerces de uma sociedade patriarcal, que se estruturou também no meio rural nordestino.

Ainda com relação ao trabalho de base da ACR, podemos apontar que apesar de haverem elementos comuns aos camponeses das mais distintas regiões, havia peculiaridades inerentes a cada localidade. Essas deveriam ser percebidas e analisadas, pois a partir daí o laboro do movimento se moldaria a elas. Nesse caso a atuação em uma região canavieira naturalmente apresentava-se diferente de uma do agreste ou do sertão.

Outros espaços de diálogos e trocas de experiências também foram valorizados pelo movimento de ACR. Esses se apresentaram a partir da realização de encontros e assembleias regionais e nacionais, que normalmente aconteciam no seminário de Olinda. Os participantes eram em sua maioria membros do movimento, todavia encontravam-se, em algumas ocasiões, representantes de outros organismos na Igreja, tais como: do SORPE, da Pastoral Rural e da JAC. Os camponeses do sexo masculino formavam a maior parte, no entanto existia a participação também de mulheres, assim como do Arcebispo de Olinda e Recife e seu auxiliar, Dom Hélder Câmara e Dom Lamartine, respectivamente.

Esses eventos simbolizavam a comunhão entre os membros da ACR e era considerado seu ponto máximo. No depoimento de Pe. Servat, ele relata em tom saudosista essas atividades.

São tantas lembranças e saudades [...] Vejo grupos do Maranhão e do Piauí chegando entusiasmados no velho seminário de Olinda e dizendo: 'Não podemos viver sem participar destes encontros!'. Saíam dos sítios com fé e desejo de conhecer, mas vinham quase sem roupas

e sapatos e, muitos, sem documentos oficiais. [...] Chegavam em Olinda, depois de dias de sofrimento, nos precários ônibus daquela época. Vinham cheios de alegria e cantando; descobriam-se irmãos dos outros que chegavam de diversos estados, e até da Bahia e Minas Gerais. [...] O mais presente entre eles era Deus, amado e respeitado por esta gente pobre mais rica de fé. O entusiasmo tornava-se grande: “Se continuarmos dez anos este trabalho – dizia um deles – vamos mudar o Brasil.”<sup>203</sup>

Nesses encontros, as equipes regionais de cada estado apresentavam um balanço sobre a situação de caminhada do movimento, relatando as dificuldades e os frutos do trabalho desenvolvido. Também eram realizadas análises que contemplavam a situação econômica, política e social que influíam diretamente a vida dos camponeses. Podemos ainda mencionar as reflexões acerca do papel da Igreja no meio rural.

Um dos encontros de maior destaque foi realizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo, em janeiro de 1968. Feito em parceria com a JAC, tinha o intuito de tornar o movimento nacional. Nele participaram representantes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Maranhão e outros estados do Nordeste.

Ao término do encontro, decidiu-se que cada região presente teria um coordenador, que por sua vez se reuniria periodicamente com os demais para refletir sobre o movimento. Dessa forma ficou decidido que a coordenação nacional seria constituída por Paulo Correia, Geraldo Crispim da Cruz e Gentil Bonato, representantes, respectivamente, do Nordeste, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O padre escolhido como assistente foi Celso Moreira. Outra questão importante foi que a referência para coordenação seria Paulo Correia.

Apesar do esforço de tornar o movimento nacional, essa tentativa logo foi esquecida, pois o principal articulador, Paulo Correia, chegou a óbito em 1968. Deve-se ressaltar que logo em seguida foi promulgado o Ato Institucional nº 5, o que acarretou mais dificuldades para concretização desse intuito, porque a repressão governamental a iniciativas desse porte tornou-se algo constante. Sendo assim a ACR continuou sua a

---

<sup>203</sup> Depoimento concedido ao Prof. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

atuação quase que exclusivamente nos estados do Nordeste, embora a parceria com o trabalho da JAC tenha permanecido.

Nesse tocante da relação da ACR com outros movimentos, podemos destacar que existiu uma maior proximidade com o trabalho desenvolvido pela Ação Católica Operária (ACO) e pela Pastoral Rural. Essa aproximação ocorreu através de trocas de experiências em assembleias e encontros pessoais. Embora Servat, quando da sua chegada ao Brasil, também tenha procurado estabelecer um diálogo com SORPE, através de Pe. Crespo.

### **3.4 Grito no Nordeste**

A publicação de jornais e boletins tornou-se ao longo dos anos uma tradição dos movimentos, associações, sindicatos e partidos políticos ligados aos trabalhadores. Essa atitude reside, por um lado, na tentativa de contrapor-se às informações veiculadas nos grandes órgãos da imprensa corporativista, que por sua vez defendem o ponto de vista dos patrões e marginalizam os empregados; por outro, na criação de um espaço para divulgação de ideias e atividades envolvendo os trabalhadores e seus órgãos de classe e políticos.

Durante muito tempo essas fontes foram desconsideradas pelas análises historiográficas, pois se defendia que fossem imbuídas de um forte caráter tendencioso, mostrando apenas a visão dos trabalhadores. Apesar de consistirem em um rico acervo acerca dos órgãos classistas e políticos, bem como do cotidiano dos trabalhadores. Segundo Tania Regina de Luca<sup>204</sup>, somente a partir da

História do movimento operário, que desfrutou de grande prestígio nos círculos acadêmicos brasileiros especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma das suas fontes privilegiadas. Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato

---

<sup>204</sup> DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

permitido pelo papel e máquina disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com subscrição dos próprios leitores para sobreviver.<sup>205</sup>

Essas fontes apresentam uma série de fatores envolvendo os órgãos classistas e políticos dos trabalhadores, bem como peculiaridades do seu cotidiano. De fato carregam informações que dificilmente são objetos de análises dos jornais corporativistas, que dependem da venda de publicidade em suas páginas para poderem se manter. Tania Regina de Luca observa que

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca de segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíram em instrumento essencial de politização e arregimentação.<sup>206</sup>

Assim como outros movimentos, a Ação Católica Rural sentiu a necessidade de publicar seu Jornal/Boletim impresso, denominado Grito no Nordeste, publicação de 15 a 25 páginas, geralmente trimestral, tendo formato pequeno (tamanho A4), que era vendido a seus militantes, pois deveria se manter com essas contribuições. Assim como a diversas paróquias e dioceses espalhadas pelo Nordeste. Em meados da segunda metade da década de 1970, o *Grito no Nordeste* chegou a possuir cerca de 10 mil assinaturas. Como informativo, o jornal permite que se acompanhem os trabalhos mais gerais da ACR, pois traz notícias relativas a viagens, encontros, formação e atividades das equipes, inclusive com os nomes das direções etc. Dessa forma foi possível perceber a preocupação de que nas equipes se procurasse garantir uma razoável participação de

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 119.

mulheres. A primeira equipe foi composta por nove pessoas, sendo cinco mulheres; a segunda teve quatro mulheres e a terceira também<sup>207</sup>.

O jornal chegou a ter uma Página Feminina, que trazia desde receitas até reflexões sobre problemas do trabalho produtivo das mulheres (dificuldades, questões salariais etc.). Uma das reportagens mais interessante publicadas nesse espaço indica uma forte participação feminina na ACR e as dificuldades encontradas por estas no cotidiano da vida camponesa. Vejamos:

“Mãe militante: A Ação Católica Rural quer esclarecer sobre questões Sindicais, leis trabalhistas, previdência social, questões ligadas a cooperativas enfim tudo o que tem relação com o camponês, porque ela se preocupa com o homem e o homem se preocupa com tudo isto.

Outra mãe entra no palco: Com uma foice nas mãos, cabeça baixa e pensativa. “Meu esposo trabalha para ganhar o pão de cada dia. E amanhã ... se ele cair doente, o que comeremos?

- Eu preciso também trabalhar. Botar um roçado, mas ... não tenho terra. Que farei?

Narrador: Mas ela descobre que o Sindicato tem compromisso com o homem do campo mostrando-lhe também o valor da pessoa humana. Ao sindicato a mãe camponesa recorre em busca de seus direitos, e exige terra para trabalhar. [...]

Mãe militante: O mundo caminha para Deus. Tudo o que a gente fizer de bom será uma colaboração com Deus.

(Entra em cena uma mulher com frutos do roçado e começa a falar:)

- “Mães camponesas, foi por tua coragem, teu suor e teu sacrifício que veio para tuas mãos calejadas o pão abençoado de teus filhos.”<sup>208</sup>

Essa reportagem deriva de um trecho da peça teatral, cujo título é Valor da mãe camponesa, apresentada no sítio Lagoa de Dentro, no município de Pesqueira, agreste

<sup>207</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº.III: Jun/Ago 1967.

<sup>208</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano II, nº.VI: Abr/Mai 1968. p. 12-14.

de Pernambuco, em comemoração ao dia das mães. Nela encontramos alguns elementos importantes, tais como: a preocupação com a participação do público feminino no cenário político e econômico que envolve as vidas das famílias camponesas; a quebra da visão tradicionalista de que o espaço político é derivado para os homens; e, por fim, a questão do sindicato como espaço de esclarecimento e reivindicação das questões de direitos trabalhistas em pleno período ditatorial.

Ainda com relação a Página Feminina do Grito, observamos que também foram feitas denúncias a respeito da esterilização de mulheres do campo, o que, segundo o jornal, era apoiado por alguns sindicatos. Na época havia uma discussão sobre a necessidade de se diminuir as famílias muito grandes, particularmente no Nordeste, o que era apontado como causa da miséria em que essas famílias se encontravam. Essa política de controle da natalidade era denunciada por setores de esquerda como uma ingerência dos interesses norte-americanos no país, já que parte das verbas destinadas à implementação dessa política vinha dos Estados Unidos. O Brasil era bastante extenso para comportar um número maior de habitantes, desde que tivessem condições de viver com dignidade, o que era obrigação do governo oferecer. Do ponto de vista da Igreja Católica, essa denúncia assumia um caráter mais forte e moralista, em virtude da ideia de que a sexualidade e o casamento devem ser vistos como voltados para a procriação<sup>209</sup>.

Em termos mais políticos, o jornal é uma importante fonte de informações sobre a situação que se vivia no período, trazendo denúncias sobre questões relativas à exploração dos trabalhadores rurais em todo o Nordeste, já que a ACR tinha uma área de abrangência bastante ampla. Assim sendo, relata, entre outros casos, a prisão e espancamento do presidente do sindicato de Timbaúba, bem como a perseguição e enfrentamento havido no Maranhão com o dirigente sindical Manoel da Conceição<sup>210</sup>.

Algumas vezes, reproduzia artigos publicados em jornais da grande imprensa, que nessa época ainda debatiam, eventualmente, assuntos que não eram bem vistos pelo regime militar. Como exemplo desse tipo de reportagem, podemos mencionar a discussão sobre a seca, que atingiu a região Nordeste no ano de 1970.

---

<sup>209</sup>Jornal Grito no Nordeste. Ano I, nº II: Abr/Jun 1967.

<sup>210</sup>Jornal Grito no Nordeste. Ano II, nº VII: Jul/Set 1968.



**Figura 10** - Retratos da seca que atingiu o Nordeste<sup>211</sup>

A capa da edição nº 19 do *Grito*, publicada em 1971, trás uma imagem que retrata a questão da seca no Nordeste. A discussão desse tipo de acontecimento não poderia ser relegada no jornal do movimento, pois atingia diretamente uma série de trabalhadores rurais. O debate promovido pelo jornal buscava analisar as condições específicas do problema climático, assim como revelar as dificuldades sofridas pelos camponeses e esclarecer às medidas tomadas pelo governo.

Ainda nesse universo de artigos publicados de outros jornais, temos um artigo do professor Nelson Chaves, sobre a questão da fome na Mata Sul, ou mesmo a denúncia de assassinato de trabalhadores rurais. Em 1971 reproduz análise do deputado Marcos Freire publicada no Diário de Pernambuco, a respeito da questão da terra e da reforma agrária no Brasil<sup>212</sup>.

Também é possível acompanhar o que acontecia em termos de legislação, já que a ditadura militar criou alguns programas relativos à questão rural e que servia de mote para que o boletim informasse, esclarecesse e criticasse parte dessas medidas, já que

<sup>211</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano IV, nº XIX: Jul/Set 1971. Capa.

<sup>212</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano V, nº XVII: Jan/Mar 1971.

aquelas que poderiam favorecer ao homem do campo não eram efetivamente implementadas. De qualquer modo era uma maneira de permitir que os militantes da ACR se apropriassem de um conhecimento que ajudava a torná-los referência para outros trabalhadores rurais, que poderiam recorrer a eles para consulta relacionada a alguma questão sobre legislação e direitos. Nessa época os sindicatos rurais mais comprometidos também exerciam essa função. Assim é que, quando da criação do FGTS, do FUNRURAL ou do PROTERRA, o jornal trazia informações, comentários e críticas a respeito.

Questionamentos sobre o engajamento dos seus militantes eram feitos com frequência, no sentido de um apelo cristão a que se integrem aos sindicatos, mesmo que dirigidos por interventores, e a que assumam seu compromisso com o Evangelho mesmo em momentos cruciais.

Um fato marcante ocorreu quando, no final de 1972, foi feita a denúncia sobre trabalhadores metralhados no município de Escada, num episódio que ficou conhecido como o Massacre de Matapiruma. O Boletim Arquidiocesano do Recife publicou a notícia, com base no jornal Estado de São Paulo, que por sinal foi o único no país a noticiar o caso. Esse episódio envolveu 72 trabalhadores desse engenho que reclamavam férias, décimo-terceiro salário, repouso remunerado, entre outros direitos e tiveram a causa ganha, mas o dono do engenho não pagou e ainda, com apoio de pessoas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), promoveram o massacre, quando, dos três líderes, um foi morto, José Inocência Barreto; outro foi preso, João Inocência; e o terceiro ficou ferido, mas conseguiu se evadir do local, Luiz Inocência Barreto, conhecido também como “Luiz Carneiro”. Os três eram irmãos. Como reagiram, o vigia e pistoleiro do engenho, Severino Fernandes da Silva, também foi morto, além de agentes do DOPS terem saído feridos.

O caso de Matapiruna contou com uma importante participação da Igreja Católica, especialmente, através do arcebispo Dom Hélder Câmara e da Ação Católica Rural, bem como de outros setores da sociedade, incluindo aí a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), que se incomodavam com as atrocidades cometidas pela Ditadura e pelos latifundiários face aos trabalhadores rurais. Esse grupo liderado por Dom Hélder teve um papel decisivo na fuga e, na conseqüente, manutenção da vida do trabalhador rural foragido, bem como na

ajuda financeira a família deste e dos outros que foram acometidos pelo Massacre. Em seu depoimento Pe. Servat relata como funcionou a ajuda ao trabalhador. Vejamos então:

Partindo deste fato, nasceu uma grande solidariedade em favor destes pobres camponeses. Advogados, professores, paróquias, conventos, bispos, padres e principalmente a ACR fizeram tudo para salvar os trabalhadores e exigir justiça. Os doutores Adalberto Guerra, Antonio Montenegro (FETAPE) e Marcus Cunha deram tempo e longas caminhadas sem nada exigir. Os conventos da Madalena e de São Bento, tal como a paróquia do Morro da Conceição, ajudara a salvar Luiz Inocêncio. Assumi a responsabilidade com o acordo e com o apoio das equipes da ACR, e cinco sindicatos, apesar da prudência da Federação. [...] Transportávamos Luiz Inocêncio com o Fusca da ACR de um lugar para outro, pois era necessário salvar o companheiro e ganhar tempo para que a justiça fosse feita ao trabalhador rural.<sup>213</sup>

Notamos no depoimento de Pe. Servat, que a estrutura da AOR e da ACR foram fundamentais para abrigar o trabalhador Luiz Inocêncio. Esse passou por vários lugares, incluindo conventos e paróquias, como meio de despistar os órgãos de repressão que estavam a sua procura. Observamos também que o Fusca da Ação Católica Rural foi comumente utilizado como meio de transporte para deslocar com segurança o camponês perseguido.

No início de 1973, o jornal da ACR traz uma reflexão publicada no Boletim Arquidiocesano a respeito, citando João XXIII: “Quando, numa pessoa, surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosamente a consciência do dever: no titular de direitos, O DEVER DE RECLAMAR ESSES DIREITOS COMO EXPRESSÃO DE SUA DIGNIDADE; dos demais, o dever de reconhecer e respeitar tais direitos”<sup>214</sup>. E prossegue:

Como pode ser evangelizado o homem para o qual está fechada a perspectiva de promoção humana? (...) Até que ponto somos nós,

<sup>213</sup> Depoimento concedido ao Prof. Antônio Torres Montenegro, anteriormente citado.

<sup>214</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano VII, nº XXV: Jan/Mar 1973.

pastores do povo inteiro de Deus, dependentes da minoria que procura fazer-nos participar dos seus privilégios (por exemplo, pela ajuda financeira às nossas obras de assistência) usando assim nossa influência contra a promoção da maioria? Será que nossa evangelização é mensagem de esperança? Qual é o conteúdo que damos a essa esperança?<sup>215</sup>

Em que pese esse questionamento ser dirigido ao clero, também pode ser pensado como um chamamento aos militantes dos movimentos de leigos, comprometidos com a perspectiva de uma Igreja engajada e libertadora.

O jornal trazia de vez em quando questões internacionais, como a Guerra do Vietnã, a crise do petróleo, a questão da terra em outros países, entre outros, com o objetivo de informar e também possibilitar uma melhor compreensão da realidade aos membros do movimento. Muitas vezes os assuntos eram aprofundados com dados e análises, sendo que, em alguns casos, o tema continuava a ser focalizado no número seguinte do jornal, ou em edições posteriores. Assim podemos enquadrar a questão da terra, dos assalariados rurais, das lutas dos trabalhadores ao longo da história.

Uma ação prática que permite ter-se uma certa noção do trabalho da ACR vem da publicação dos resultados de uma pesquisa a respeito do raio de ação dos sindicatos rurais. Foram feitas entrevistas nos seguintes estados: Ceará, 97; Rio Grande do Norte, 92; Paraíba, 334; Pernambuco, 232. Cerca de 50% das pessoas entrevistadas disseram que não conheciam o sindicato; metade dos membros das diretorias dos sindicatos era formada por pequenos proprietários, quase todos eleitos nos últimos três anos; boa parte dos núcleos da ACR tinham membros participando das diretorias sindicais<sup>216</sup>. Ao analisar esses dados, pode-se supor que os estados da Paraíba e de Pernambuco são os que têm uma maior quantidade de militantes, dado o volume das entrevistas conseguidas; que a atuação desses militantes é maior em regiões de pequena propriedade, ou seja, Agreste e Sertão; e que o trabalho da ACR dera frutos, na medida em que tem membros participando de diretorias.

---

<sup>215</sup> *Idem.*

<sup>216</sup> Jornal Grito no Nordeste. Ano VII, nº XXVIII: Out/Dez 1967.

O jornal era escrito basicamente, até 1968, por padre Servat e Paulo Correia. A partir de então outras pessoas passaram a colaborar de forma mais intensa com a publicação, que era impressa em mimeógrafo a álcool, como tantos boletins à época.

O *Grito* foi um veículo de comunicação importante para o movimento de Ação Católica Rural, pois sua publicação refletia-se no cotidiano do movimento. Sua importância é relata assim por Maximínio Pereira:

Olhe, para mim o coração desse movimento para as suas bases, e fazer crescer as bases, foi o *Grito no Nordeste*, porque ele partia da realidade do povo, e partia do trabalho que o pessoal fazia nas bases [...] porque um jornal que não dá notícia que é do povo, não é um jornal.<sup>217</sup>

Esse trecho do depoimento de Maximínio Pereira corrobora com a ideia de que a publicação do *Grito no Nordeste* foi um instrumento essencial para a consolidação, crescimento e atuação do movimento de Ação Católica Rural. Suas reportagens aproximavam o militante dos camponeses e serviam como meio de reflexão da realidade destes.

---

<sup>217</sup> Depoimento concedido ao autor, anteriormente citado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho insere-se na constante preocupação da historiografia de revisitar um dos períodos mais complexos da história recente do Brasil, a Ditadura Militar (1964-1985). Muito já se escreveu sobre esse momento histórico, no entanto algumas lacunas ainda se fazem presentes. Uma delas se apresenta no instante em que a participação da Igreja Católica no processo de conscientização e organização de lutas dos camponeses, no pós Golpe de 1964, não é objeto de análises mais profundas.

Esse hiato historiográfico existe à medida que os estudos sobre a Igreja Católica no pós-64, privilegiam, de um lado, seu posicionamento político em face da Ditadura, enfatizando a luta por direitos humanos, a condenação das torturas e a perseguição a membros da hierarquia eclesiástica etc.; do outro, as discussões acerca das disputas internas pelo comando da CNBB e da implantação das resoluções do Vaticano II e de Medellín nas dioceses.

Diante desse cenário, nossa dissertação analisa a criação e a atuação do movimento de Ação Católica Rural, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1965 e 1979. Portanto procura ocupar um espaço ainda pouco trabalhado. Percebendo que a atuação da ACR seu deu a partir da junção de uma realidade adversa, vivida por milhares de camponeses, com um discurso religioso voltado para a libertação integral dos homens e mulheres pobre do campo.

Nesse período o movimento de trabalhadores rurais retraiu-se bastante em nível geral. Em Pernambuco, por exemplo, houve uma greve que durou uma semana em 1968, no município do Cabo. Os sindicatos mais comprometidos com seus associados procuravam dar uma assistência jurídica e entrar com causas trabalhistas na Justiça. Algumas vezes, isso funcionava a contento. Outras, como foi o caso de Matapiruma, resultou em violência contra os trabalhadores. No Agreste e Sertão, os sindicatos atuavam mais como repartições públicas, para atender ao FUNRURAL e dar assistência médica aos associados. De qualquer modo, os trabalhadores que se associavam conseguiam sair, um pouco, da total dependência ao patrão.

Nesse quadro pode-se considerar que o trabalho da ACR, de conscientização e tentativa de levar seus militantes a atuar nos sindicatos e nas comunidades, contribuiu de alguma forma para fortalecer o movimento dos trabalhadores rurais nesse período.

Lutas mais significativas feitas pelos pequenos proprietários e trabalhadores em geral só vão surgir no final dos anos 70 e, nesse momento, há uma confluência de diversos setores da Igreja com o propósito de fortalecer essas mobilizações.

Nesse período o movimento de Ação Católica Rural passa por um esvaziamento, pois muitos dos seus quadros adentram em outras experiências de luta política e social. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, é apontada nas fontes orais utilizadas em nosso trabalho, como uma das causas desse processo.

Nesse instante podemos visualizar, por um lado, que o movimento foi utilizado por alguns de seus militantes como o único meio de atuação política possível à época; por outro, que ele cumpriu seu papel histórico, preparando os camponeses para atuarem nas suas organizações classistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Universitária / UFPE, 2005.
- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARRETTO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massagana, 2004.
- BEOZZO, José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teologia da Libertação: balanço e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRUNEAU, Thomas C.. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A escola dos annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* História e memórias do Seminário Regional Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CLIO. REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA. nº 26, v.1. Recife: Universitária/UFPE, 2009.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). *Conclusões de Medellín/II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CUNHA, Diogo. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: Universitária/UFPE, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

DUSSEL, Enrique (Org.). *História liberationis: 500 anos de história da igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.

ESBOÇOS. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº 12, 2004.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O Tempo da Ditadura. V. 4. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

IGREJA CATÓLICA. *Documentos de Gregório XVI (1831-1846) e de Pio IX (1846-1878)*. São Paulo: Paulus, 1999.

HOBBSBAWM, Eric J.. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LIBANIO, João Batista. *Concílio vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LUKACS, Georges. *Historia e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil – República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINS, Jose de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Historia dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MONTENEGRO, Antônio Torres; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (Orgs.). *Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política*. Recife: Universitária/UFPE, 2002.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*: E.P. Thompson. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- PAPA João XXIII. *Carta encíclica Mater et magistra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Carta encíclica Pacem in Terris*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1963.
- PAPA Leão XIII. *Carta encíclica Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- PAPA Paulo VI. *Carta encíclica Populorum Progressio*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PORFÍRIO, Pablo F. de A.. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Universitária/UFPE, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- RIVAS GUTIÉRREZ, Exequiel. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- SALEM, Helena (Org.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERVAT, Pe. José. *Um Grito no Nordeste: a experiência da A.C.R. no Brasil, 1965 a 1986*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2000.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Recife: Universitária /UFPE, 2006.

THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## **INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES**

Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco – Recife

Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Artes e Documentação da UFPE – Recife

### **Acervo do Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco – APEJE**

Fundo SSP nº: 27.568, 30.386, 29.010, 29.541, 29.230, 30.402, 3.960.

Prontuário Individual de Maximínio Pereira de Lima nº 26.209.

### **Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife**

Boletim Arquidiocesano, 1965, 1968.

### **Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo**

Jornal O São Paulo, 1964 (nº: 429, 431, 433, 434, 436, 437, 438); 1965 (nº: 484, 503, 514, 515); 1968 (nº: 658, 659, 660, 662, 663)

### **Arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco**

Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1968.

### **Acervo do movimento de Ação Católica Rural**

Jornal Grito no Nordeste, 1967-1975.

Relatórios de Encontros e Assembleias, (acervo não catalogado)

### **RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

**João Francisco da Silva** trabalhador rural até os anos 60, tornou-se, posteriormente, padre e dirigente da Ação Católica Rural. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2011.

**Maximínio Pereira de Lima** presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão até 1964. Posteriormente tornou-se dirigente da Ação Católica Rural. Foi preso pelo regime militar em 1966 e após o processo de reabertura voltou à presidência do Sindicato. Entrevista concedida no dia 26 de abril de 2011.

**Padre José Servat** de origem francesa, chegou ao Brasil em 1964. Foi fundador e assistente da Ação Católica Rural e fez parte da equipe do Seminário Regional Nordeste II e do Instituto de Teologia do Recife. Depoimentos concedidos a Maria do Socorro de Abreu e Lima, em 02 de abril de 1997, e Antônio Torres Montenegro no dia 16 de dezembro de 1999.